Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Arqueologia

Dissertação

Volume I

"Museu Rainha Dona Leonor: o Inventário de 1898 no esteio da coleção inicial e seus impactes na História da Arqueologia em Beja"

Diogo Manuel Magro Maurício

Orientador(es) | André Miguel Carneiro
Ana Cristina Martins
João do Nascimento Marques Barreira

Évora 2026

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Arqueologia

Dissertação

Volume I

"Museu Rainha Dona Leonor: o Inventário de 1898 no esteio da coleção inicial e seus impactes na História da Arqueologia em Beja"

Diogo Manuel Magro Maurício

Orientador(es) | André Miguel Carneiro
Ana Cristina Martins
João do Nascimento Marques Barreira

Évora 2026

A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente	|	N. J. Almeida (Universidade de Évora)
Vogais	|	André Miguel Carneiro (Universidade de Évora) (Orientador) Maria Armanda Palma Salgado () (Arguente)

Évora 2026

Resumo

No final do século XIX, Beja desenvolveu-se com a inserção de linhas férreas que permitiram um contacto direto com as ideias culturais que germinavam na capital. A população de Beja via a instrução como sinónimo de prosperidade, levando a Arqueologia e a Museologia a darem importantes passos para o seu desenvolvimento nesta região. Neste contexto é inaugurado o Museu Arqueológico Municipal de Beja em 1892, tendo uma coleção inicial sustentada por exemplares do *Museu Sesinando Cenaculano Pacense* e por outros tantos oferecidos por populares ou figuras ilustres da sociedade pacense. Em 1898 Joaquim António de Vargas, conservador e bibliotecário, elaborou o Inventário de 1898 com intuito de catalogar esse acervo inicial. O presente estudo aspira contextualizar e descrever o Inventário de 1898, reintroduzir o seu autor no Estado da Arte e compreender os impactes que este documento teve no Museu Rainha Dona Leonor e na História da Arqueologia em Beja.

Palavras-Chave: História da Arqueologia; Beja; Inventário; Museu; Portugal Oitocentista.

Title: Rainha Dona Leonor Museum: the 1898 Inventory at the heart of the early collection and its impact on the History of Archaeology in Beja

Abstract

At the end of the 19th century, Beja developed with the addition of railway lines, allowing direct contact with the cultural ideas that were emerging in the capital. The population of Beja saw education as a path to prosperity, leading to important developments in Archaeology and Museology in the region. In this context, the Municipal Archaeological Museum of Beja was inaugurated in 1892, with an initial collection supported by items from the *Sesinando Cenaculano Pacense Museum* and items donated by ordinary people or distinguished figures in the pacense society. In 1898, curator and librarian, Joaquim António de Vargas prepared the 1898 Inventory to catalog this initial collection. This study aims to contextualize and describe the 1898 Inventory, reintroduce its author in the State of the Art, and understand the impact this document had on the Rainha Dona Leonor Museum and the History of Archaeology in Beja.

Keywords: History of Archaeology; Beja; Inventory; Museum; Nineteenth-Century Portugal

Agradecimentos

Aos orientadores desta dissertação, Doutor André Miguel Serra Pedreira Carneiro, Doutora Ana Cristina Nunes Martins e Dr. João do Nascimento Marques Barreira, pela confiança no meu trabalho e potencial, por toda a ajuda prestada e principalmente pelo constante incentivo ao meu desenvolvimento enquanto investigador.

Aos demais docentes que moldaram o meu percurso académico na UE, dentre estes em particular Jorge de Oliveira, Leonor Rocha, Nelson J. Almeida e Susana Gómez Martínez.

Ao Museu Rainha Dona Leonor, pela confiança votada e pela crença de que eu seria capaz de honrar e executar uma adequada contextualização do Inventário de 1898 e por toda a ajuda prestada, flexibilidade de acesso aos materiais necessários e principalmente pelo acolhedor ambiente de trabalho.

Ao Museu Nacional de Arqueologia, em particular ao Doutor Carlos Morgado e à Doutora Lívia Cristina Coito que auxiliaram a consulta ao epistolário de JLV num momento de obras e transição para o MNA de modo que este estudo incluísse a informação presente nesse epistolário.

A todos os funcionários do Museu Rainha Dona Leonor e da Biblioteca Municipal de Beja, em particular ao Sr. António Faustino e ao Sr. Nelson Batista.

Ao Arquivo da Câmara Municipal de Beja, ao Arquivo Distrital de Beja, ao Registo Civil de Beja, às Finanças de Bejas e aos seus respetivos funcionários pela disponibilidade em colaborar com esta investigação mesmo na ausência de informação, ferramentas ou na impossibilidade de partilhar dados.

Aos meus amigos e amigas pelas palavras de apoio e pelos momentos partilhados que tornaram mais ligeiro o processo de preparação desta dissertação, em particular ao Paulo Neves, Miguel Garras, Nuno Rota, José Neves, Bernardo Barreiros e Duarte Fernandes.

De coração ao Olegário Maurício, à Carla Maurício e à Inês Raposo por toda a paciência e apoio incondicional.

Muito obrigado!

Dedico esta dissertação à memória de Maria Joaquina da Silva (1940-2017) e Manuel Magro (1939-2024).

"(…) pois estamos convencidos de que a leitura constante, metódica e escolhida, dissipa as trevas que obscurecem muitos cérebros, orienta na prática do bem (…)." – **Joaquim António de Vargas (1923).**

Índice

1. Introdução, Conceitos e Metodologias……..……...….16

2. Estado da Arte……..……..21

3. Frei Manuel do Cenáculo: A sua contribuição para o catálogo do Inventário de 1898…….26

3.1 Do *Grand tour* pela Europa até ao estabelecimento na diocese de Beja……..27

3.2 *Museu Sesinando Cenaculano Pacense* e a génese da Museologia em Beja…...…29

3.3 O fim do *Museu Sesinando Cenaculano Pacense* e seu impacte…….....31

4. Do Museu Municipal de Beja ao Museu Rainha Dona Leonor: o contributo do Inventário para a coleção inicial……...34

4.1 O final do Século XIX em Beja e a sede por instrução……...35

4.2 Do acentuado crescimento do Museu Municipal de Beja ao Museu Rainha Dona Leonor ……...37

4.3 A criação do Museu Rainha Dona Leonor e o impacte do Inventário de 1898 na coleção inicial ……..41

5. Joaquim António Vargas e a sua época: elementos para o conhecimento de seu percurso……...……...44

5.1 O bibliotecário e conservador do Museu Arqueológico Municipal de Beja…...….…45

5.2 Os *Apontamentos para a História de Beja coligidos pelo Bibliotecário Municipal*…….50

5.3 Arquivo Distrital de Beja e Processo de Casamento……...56

6. O Inventário de 1898, entre a construção original e a descrição atual……..60

6.1 O estado atual de conservação do Inventário de 1898……61

6.2 A estrutura e detalhes do Inventário de 1898……..63

6.3 O Inventário no seu contexto original……73

7. Abel Viana e os primeiros trabalhos sobre o Inventário de 1898……...74

7.1 Do Minho até Beja, a trajetória profissional de Abel Viana……74

7.2 Alguns exemplares do Inventário de 1898 sob a visão de Abel Viana e as suas variadas tipologias…….76

7.2.1 O Inventário de 1898 nas *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo-Alentejo*……...85

7.2.2 A *Secção Lapidar* do Inventário de 1898 sob a visão de Abel Viana…...……88

7.2.3 *Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes*, outras menções ao Inventário de 1898……96

8. Outras menções ao Inventário de 1898 na bibliografia disponível……...98

8.1 Além de o *Arquivo de Beja*, como o Inventário de 1898 surge nas publicações de Abel Viana…….....99

8.2 José Leite de Vasconcelos e o contacto com Joaquim António de Vargas……101

8.3 Bases de dados *online* e como Joaquim António de Vargas surge representado nestas…….105

8.4 Como circulam as informações relativas ao Inventário de 1898 e seu autor na atualidade……...……107

9. Considerações finais e perspetivas em aberto……110

10. Fontes e documentação consultada……..114

10.1 Fontes e documentação de Arquivo……...114

10.2 Periódicos……..115

11. Bibliografia…..…….……..115

12. Webgrafia…...……125

Anexos……Volume II

Índice de figuras

Volume I:

Figura 1 - Rótulo do Inventário de 1898 (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……45

Figura 2 - Correspondência de JAV a JLV (4 de abril de 1910) (Vargas (1910), Biblioteca do MNA)……47

Figura 3 - Assinatura [Ampliada] de JAV em correspondência para JLV (15 de dezembro de 1900) (Vargas (1900), Biblioteca do MNA)……...48

Figura 4 - Folha de rosto do processo de casamento (PT/ADBJA/DIO/CEBJA/003/0158/00012, ADB, 1891)……...57

Figura 5 - Assinatura [Ampliada] do nubente (PT/ADBJA/DIO/CEBJA/003/0158/00012, ADB, 1891)……..59

Figura 6 - Capa do Inventário de 1898 (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……61

Figura 7 - Lombada do Inventário de 1898 (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)…….61

Figura 8 - Contracapa do Inventário de 1898 (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……..61

Figura 9 - Relevo nas folhas do Inventário (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……..62

Figura 10 - Folha de rosto do Inventário (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……62

Figura 11 - Acrescentos posteriores feitos no Inventário por JAV (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……...…..64

Figura 12 - Notas a lápis no Inventário (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……...66

Figura 13 - Notas feitas no Inventário com caneta azul e caligrafia não identificada (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……67

Figura 14 - Folha com apontamentos de AV inserida no Inventário (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……70

Figura 15 - Índice do Inventário de 1898 (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……71

Figura 16 - Amuleto em forma de peixe catalogado no Inventário (Viana, 1944d p.160)…….77

Figura 17 - Peças dentre as quais parte está catalogada no Inventário (Viana, 1944d p.161)……78

Figura 18 - Peças em bronze catalogadas no Inventário (Viana, 1944d p.163)……79

Figura 19 - Vasos argáricos catalogados no Inventário (Viana, 1945c p.329)……..82

Figura 20 - Vasos argáricos vistos pela parte superior (Viana, 1945c p.330)……82

Figura 21 - Candeias árabes catalogadas no Inventário (Viana, 1945c p.334)……83

Figura 22 - Candeias árabes vistas pela parte superior (Viana, 1945c p.335)……84

Figura 23 - Desenho de AV baseado no de JLV da fíbula de quintos (Viana, 1947a p.39)……86

Figura 24 - Última correspondência de JAV a JLV (26 de fevereiro de 1918) (Vargas (1918), Biblioteca do MNA)……...……103

Volume II:

Figuras 4 a 4l - Páginas do processo de casamento (PT/ADBJA/DIO/CEBJA/003/0158/00012, ADB, 1891)……9

Figura 25 - Pasta onde correntemente se encontra guardado o Inventário (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……..17

Figura 6 - Capa do Inventário (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……17

Figura 7 - Lombada do Inventário (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……...18

Figura 8 - Contracapa do Inventário (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……...18

Figura 9 - Relevo nas folhas do Inventário (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……..…19

Figura 10 - Folha de rosto do Inventário (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……19

Figura 1 - Rótulo do Inventário (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……...20

Figura 12 - Notas a lápis no Inventário (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……20

Figura 26 - Acrescentos ao Inventário feitos por JAV em 1914 (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……....21

Figura 11 - Acrescentos ao Inventário feitos por JAV em 1917 (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……21

Figura 27 - Outra instância dos acréscimos feitos com caneta azul e caligrafia não identificada (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……..22

Figura 28 - Exemplo de uma divisão no decorrer do Inventário não listada no índice do Inventário (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……22

Figura 14 - Folha com apontamentos de AV inserida no Inventário (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……23

Figura 29 - Outra face da folha com os apontamentos de AV, verifica-se nesta recortes de uma separata deste (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……...24

Figura 30 - Mancha causada por folhas de coloração mais escura, semelhante ao que aconteceu com a folha dos apontamentos de AV (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)…….....25

Figura 31 - Nota de JAV sobre o catálogo impresso de José Umbelino Palma (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……...25

Figura 15 - Índice do Inventário (Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025)……..26

Figuras 32 a 32b - Primeira correspondência de JAV a JLV (12 de dezembro de 1900) (Vargas (1900), Biblioteca do MNA)……..36

Figuras 33 e 33a - Correspondência com exemplo de cópia de inscrição feita por JAV (28 de julho de 1902) (Vargas (1902), Biblioteca do MNA)……38

Figuras 2 e 2a - Correspondência com caligrafia única de JAV (4 de abril de 1910) (Vargas (1910), Biblioteca do MNA)……...39

Figuras 24 e 24a - Última correspondência de JAV a JLV (26 de fevereiro de 1918) (Vargas (1918), Biblioteca do MNA)……...40

Tabelas:

Tabela 1 - Acrescentos do Inventário de 1898 em comparação catálogo impresso de cerâmicas da Sala Gomes Palma (1894) (Tabela do autor com base nos dados obtidos em Viana (1957 pp.12-13))……28

Tabela 2 - Exemplares catalogados no Inventário de 1898 provenientes do Convento da Conceição (Tabela do autor com base nos dados obtidos em Viana (1945b pp.419-429))……29

Tabela 3 - Exemplares catalogados no Inventário de 1898 provenientes da Casa dos Corvos (Tabela do autor com base nos dados obtidos em Viana (1945b pp.431-432))……...32

Tabela 4 - Exemplares catalogados no Inventário de 1898 provenientes do Hospício (Tabela do autor com base nos dados obtidos em Viana (1945b p.429))……32

Tabela 5 - Exemplares catalogados no Inventário de 1898 provenientes do Largo do Duque, do Largo de Santa Maria e de imediações (Tabela do autor com base nos dados obtidos em Viana (1945b pp.432-434))…….33

Tabela 6 - Exemplares catalogados no Inventário de 1898 provenientes do Palácio dos Infantes (Tabela do autor com base nos dados obtidos em Viana (Viana, 1945b pp.429-431))……..34

Abreviaturas

ACMB - Arquivo da Câmara Municipal de Beja

ADB - Arquivo Distrital de Beja

AV - Abel Viana

BMB - Biblioteca Municipal de Beja

FMC - Frei Manuel do Cenáculo

IRCP - *Inscrições Romanas no Conventus Pacensis*

JAV - Joaquim António de Vargas

JLV - José Leite de Vasconcelos

MNA - Museu Nacional de Arqueologia

MRDL/MRB - Museu Rainha Dona Leonor/Museu Regional de Beja

UE - Universidade de Évora

1. Introdução, Conceitos e Metodologias

A cidade portuguesa de Beja, localizada na região do Baixo Alentejo, foi sempre fortemente marcada por importantes ocupações, muito disto alimentado pelo facto dos solos desta região terem propriedades agrícolas únicas permitindo o desenvolvimento das civilizações que nesta se instalassem. Este facto, junto de uma sociedade interessada na sua cultura e nos avanços que a partir desta poderiam florescer, naturalmente concederam a esta cidade uma riqueza histórica muito acentuada que permitiu o adequado desenvolvimento de disciplinas como a Arqueologia e a Museologia nesta região, tendo diversas figuras emblemáticas da História da Arqueologia em Portugal demonstrado o interesse em estudos voltados para esta cidade (Lopes, 2003; Alarcão, 2017).

A realidade é que foi na segunda metade do século XIX que se proporcionaram as condições para que a cidade de Beja conhecesse um acentuado desenvolvimento que se expandiu a vários níveis. Tendo em grande parte, tais condições, sido um resultado das medidas "Fontistas" que haviam sido adotadas em Portugal como um todo nessa época, a cultura apresentou-se como sendo um dos níveis nos quais Beja sentiu um avanço mais acentuado, dinâmico e veloz, como iremos dispor no apresentar do estudo realizado nesta dissertação (Nunes, 1993 p.133).

A população pacense, nesse período, via na instrução e na obtenção de conhecimento a chave para encurtar a distância da prosperidade de outras regiões de Portugal, naturalmente, a cultura da cidade beneficiou de tal pensamento e o resultado foi uma consequente valorização da história desta região que conduziu a avanços nos campos de disciplinas como a Arqueologia e a Museologia em Beja, pelo elevado potencial que as mesmas sempre apresentaram (*O Bejense*, 1861, n.º53; Nunes, 1993 p.134).

O Museu Arqueológico Municipal de Beja, instituição para a qual o nosso objeto de estudo foi elaborado, teve a sua inauguração no ano de 1892 e não se tratando do primeiro museu existente em Beja, serviu de alicerce ao Museu Rainha Dona Leonor que ainda na atualidade se apresenta como a instituição museológica da cidade. Como referido, o Inventário de 1898, objeto de estudo no decorrer desta dissertação, surge neste contexto como um documento único para a História da Arqueologia e também da Museologia em Beja, uma vez que, este se assume como um testemunho do acentuado desenvolvimento da entidade museológica nesta cidade alentejana, assim como, abrange e contribui para o

entendimento do acervo inicial de duas instituições distintas e dos exemplares que compunham os mesmos (Viana, 1944c p.65; Tadeia, 2013 p.23).

Tratando-se de um documento de elevada importância, e carecendo de estudos dedicados que contribuíssem para uma adequada contextualização do mesmo, o Inventário de 1898, atualmente, encontra-se conservado no arquivo do Museu Rainha Dona Leonor e foi uma reinserção deste documento e de seu respetivo autor no Estado da Arte da História da Arqueologia e Museologia em Beja a grande questão e objetivo que motivou o desenvolvimento deste estudo nesse sentido.

Salvo a utilização deste documento por Abel Viana como ferramenta de trabalho, para algumas das suas publicações no século passado, pouco era conhecido sobre o Inventário de 1898, existindo à sua volta conceções para as quais existia a necessidade de uma desmistificação. Desta forma, pretendemos nesta dissertação de mestrado desenvolver uma narrativa que parta do *Museu Sesinando Cenaculano Pacense*, e dos exemplares provenientes deste que vigoram no catálogo do Inventário, até aos tempos do Museu Rainha Dona Leonor, compreendendo o impacte e utilidade que este documento teve como ferramenta de trabalho nos estudos da coleção inicial desse último museu.

Uma componente de conhecimento do percurso de Joaquim António de Vargas e do seu contributo para a História da Arqueologia e Museologia bejense, a descrição do documento entre a sua construção original e descrição atual e o entendimento de como Abel Viana utilizou este inventário nos seus estudos, foram também perspetivas que pretendemos abordar nesta dissertação, refletindo igualmente na forma como o documento e o seu autor surgem referenciados em contextos além da obra de Abel Viana.

Para que um desenvolvimento destes objetivos seguisse um caminho adequado, recorremos a um leque de metodologias variadas, permitindo através destas sustentar o nosso estudo e atingir os objetivos pretendidos com o mesmo. De forma geral foram aplicadas as metodologias da História, da Arqueologia e da História da Arqueologia, mas também conceitos mais específicos do mundo da Investigação Qualitativa foram aplicados a este estudo, como o conceito de Caso de Estudo e de Métodos Qualitativos.

Desta forma, o Inventário de 1898 assumiu-se no decorrer desta dissertação, como o Caso de Estudo intrínseco da mesma, pois para um estudo de contextualização histórica de um documento desta tipologia, esta foi a abordagem que considerámos mais eficaz para um entendimento do Inventário e de todo o contexto sociocultural associado à sua

elaboração. Para aplicar adequadamente esses conceitos, foram consultadas obras, como por exemplo, de Stake (1995), para um entendimento de como trabalhar adequadamente um Estudo de Caso intrínseco e Yin (2008) para nos guiarmos no desenvolvimento de uma base documental sólida para este estudo.

Esta definição do Inventário de 1898 como o "Caso" intrínseco deste estudo, permitiu trabalharmos individualmente o documento e a realidade social e cultural em Beja antecedente e contemporânea à época em que este foi desenvolvido, pois mesmo entendendo brevemente o contexto de todo o Portugal no século XIX, um foco singular no Inventário desde a sua construção original à descrição atual seriam mais adequados para os objetivos descritivos e interpretativos pretendidos, do que um estudo de comparação com outros inventários elaborados na mesma época.

Foram então aplicados os Métodos Qualitativos, tendo passado estes por uma análise documental feita através de uma recolha de informação proveniente de fontes primárias, além do próprio Inventário de 1898, como é o caso de documentos que possam ser obtidos através de pesquisa em arquivos, museus e bibliotecas aos quais tivemos acesso no decorrer da investigação, como por exemplo correspondências, processos de casamento e jornais. Os documentos de maior importância que consultámos, selecionados através de um critério baseado na informação fundamental para um adequado contexto do Inventário de 1898, foram submetidos tanto a uma crítica externa para verificarmos autenticidade e datação, assim como passaram por um crítica interna focada em entendermos o seu contexto e intencionalidade (Bell, 1997 pp.90-98).

O submeter da informação disponível a um olhar crítico que levantou questões sobre a mesma, conduziu, naturalmente, a uma interpretação dessa informação, tendo o objetivo de transmitir os pontos principais para o entendimento das várias ideias chave do nosso estudo no decorrer desta dissertação e permitir explicar os resultados obtidos. De forma complementar, uma vasta seleção de fontes secundárias e interpretação destas, com o objetivo de sustentar bibliograficamente o nosso estudo, apresentar-se-á como fundamental. Por fim, expor-se-ão as principais ideias contribuintes para atingirmos a pretendida contextualização do Inventário de 1898. De forma semelhante, no tratamento da figura de Joaquim António de Vargas, iremos adaptar essas metodologias para o desenvolvimento de um breve estudo de caráter biográfico desta figura, não sendo uma biografia propriamente dita, mas contribuindo com aspetos para o entendimento do Inventário em si.

Ainda respeitante às metodologias, apontamos aqui que no decorrer desta dissertação, optámos por manter sempre a grafia original das transcrições, pelo que esta será uma opção que, por coerência, mantemos em todo o decorrer do nosso estudo.

Como qualquer estudo deste tipo, a nossa dissertação deparou-se com alguns obstáculos que necessitaram ser contornados, sendo a maioria destes associados a essa componente que visou compreender a figura de Joaquim António de Vargas. A principal adversidade, veio na forma da escassez de informação e fontes que permitam a obtenção de tal conhecimento sobre esta figura, instituições como Museu Rainha Dona Leonor não possuem documentos associados a Joaquim António de Vargas, uma vez que, por terem sido pertencentes ao Museu Arqueológico Municipal de Beja estes, no caso de se verificar a sua existência, estariam no Arquivo da Câmara Municipal de Beja. Por sua vez, este arquivo aponta que os registos correspondentes ao período no qual Vargas teria desempenhado a sua ação foram destruídos por um incendio que ocorreu no edifício da Câmara Municipal de Beja no século passado.

Potenciais espécies epistolares, aparentemente, conheceram um destino similar aos registos que pudessem ter existido, tendo restado verificar a existência de certidões de nascimento ou processos de casamento em instituições como o Arquivo Distrital de Beja. Existindo uma dificuldade de transmissão dos objetivos deste estudo, apesar da realização de algumas visitas presenciais, tivemos que desenvolver a nossa pesquisa através das plataformas *online* associadas ao Arquivo Distrital de Beja, nas quais o processo de casamento identificado como potencialmente pertencente a Joaquim António de Vargas, autor do Inventário de 1898, encontra-se profundamente danificado e a leitura e interpretação deste é de elevada dificuldade, sendo impossível apresentar a informação proveniente do mesmo como uma certeza.

Por fim, ainda no que diz respeito às dificuldades associadas ao desenvolvimento do nosso estudo, o Museu Rainha Dona Leonor e o Museu Nacional de Arqueologia encontravam-se em obras no decorrer do período de desenvolvimento deste estudo, que compreendeu o final de 2024 e maior parte de 2025, pelo que o acesso a documentos no MRDL estava em processo de adaptação pela instalação temporária do arquivo e o MNA permitiu um acesso à correspondência entre José Leite de Vasconcelos e Joaquim de Vargas num regime excecional e limitado.

Apesar destes óbices, a investigação associada ao próprio Inventário de 1898 decorreu de forma natural e os resultados obtidos foram satisfatórios, tendo sido desenvolvidas soluções sempre que necessário e a narrativa pretendida foi atingida de forma condizente com os objetivos que estabelecemos no começo deste estudo.

Em suma, a pretensão que apresentamos com o desenvolvimento desta dissertação de mestrado é estudar o Inventário de 1898 com o intuito de ativamente contribuir para o conhecimento e divulgação deste documento, no contexto da sua importância para o Museu Rainha Dona Leonor. Balizando a época histórica na qual este foi elaborado e os seus conteúdos foram recolhidos, reabilitando também dessa forma Joaquim António de Vargas no Estado da Arte, tendo o claro objetivo de contribuir para a História da Arqueologia na cidade de Beja. Estima-se que, com a informação disposta sejam apresentadas respostas para questões que o Inventário de 1898 e o seu autor levantem, encurtando assim o caminho para um entendimento por completo deste documento na medida de seus impactes para os primeiros estudos ao acervo inicial do Museu Rainha Dona Leonor.

2. Estado da Arte

Assumindo a pretensão de sustentar adequadamente, de um ponto de vista bibliográfico, o estudo que irá em seguida ser apresentado no decorrer desta dissertação, foi por nós elaborada, tal como aludimos no ponto anterior, uma vasta pesquisa com o objetivo de cobrir a maneira como os principais tópicos que conduziram a uma contextualização do Inventário de 1898 e de seu conteúdo se encontram trabalhados no seu respetivo Estado da Arte.

Para tal sustento, reuniu-se bibliografia de variados temas relacionados ao nosso objeto de estudo, de modo a, entre artigos, livros, bases de dados disponíveis *online* e outros tantos recursos, apresentar uma narrativa que ofereça um contributo inédito para a História da Arqueologia na cidade de Beja, mas igualmente valorize os contributos feitos por outros autores para os diversos temas dispostos no decorrer de nosso estudo.

Alguns dos exemplares pertencentes ao catálogo do Inventário de 1898 foram herdados do *Museu Sesinando Cenaculano Pacense*, pelo que o seu fundador, Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas não poderia ficar de fora desta nossa narrativa. Apresentando-se como uma figura amplamente trabalhada no que diz respeito às várias áreas de sua ação, foram por nós filtrados os contributos que tivessem um foco acentuado nas influências resultantes das suas viagens pelo restante da Europa, tendo estas moldado o seu pensamento e que de forma inegável foram cruciais para a eventual existência do anteriormente referido *Museu Sesinando Cenaculano Pacense*.

Entre estas obras destacou-se para os campos de conhecimento sobre Cenáculo que pretendíamos incluir no nosso estudo, a dissertação de Beatriz Barros com o título *Frei Manuel do Cenáculo e os primórdios da museologia em Portugal: a oração do Museu de 1791 e o álbum Lápide do Museu Sesinando Cenaculano Pacence* (2014), sendo esta um trabalho muito completo de um ponto de vista biográfico, uma vez que, sintetiza informações de diversas fontes e constrói uma narrativa muito clara e direta incidente em Frei Manuel do Cenáculo. Foi através desta dissertação também possível identificar quais peças da coleção de Cenáculo ainda se encontram presentes no acervo do Museu Rainha Dona Leonor por esse levantamento estar incluído nesse estudo.

De modo similar, outros autores muito presentes nos avanços para a produção de conhecimento associado à vida de Frei Manuel do Cenáculo foram alvo da nossa pesquisa, como é o caso de João Brigola. Dentre uma multiplicidade de publicações

dedicadas a Cenáculo, o texto *Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814) – o coleccionador compósito* (2014), permitiu-nos entender como funcionavam os "gabinetes" europeus que tanto influenciaram Cenáculo após o seu *grand tour* pela Europa, sendo oferecida uma visão muito objetiva de como este viria a aplicar em Portugal os modelos de "museu" e "biblioteca" que conheceu no restante da Europa, sendo o *Museu Sesinando Cenaculano Pacense* um dos principais testemunhos de tal influência.

Francisco António L. Vaz (2004 & 2011), é também figura destacada no panorama dos estudos dedicados a Frei Manuel do Cenáculo, principalmente no que corresponde à dimensão dos avanços científicos para os quais Cenáculo contribuiu em Portugal. Alguns dos textos que lemos no decorrer dos estudos para esta dissertação, focavam no gosto de Cenáculo pelos livros e pelo avanço do modelo de "biblioteca" em Portugal, tal como, incidiam nos meios de informação que tanto contribuíram para esta sua ação, contudo, foi uma base necessária por alguns desses aspetos se estenderem à dimensão de Frei Manuel do Cenáculo em Beja e no *Museu Sesinando Cenaculano Pacense*.

Alguns autores como Carlos Fabião (1989), contribuem também para uma visão muito importante de Cenáculo, compreendendo esta os avanços que este proporcionou para a Arqueologia nacional, sendo as suas intervenções uma divisão de águas comparadas às que anteriormente se desenvolviam em Portugal.

A realidade é que a passagem de Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas pela cidade de Beja é amplamente trabalhada, mesmo quando não se apresenta como o ponto focal de determinada produção bibliográfica, muito disto, sustentado pelo facto de que Cenáculo desenvolveu uma ação sem paralelo nesta cidade, estabelecendo não só muitos dos caminhos da ação que viria a desenvolver posteriormente em Évora, mas também muitos dos alicerces para os avanços que viriam a desenvolver-se em Beja. Destacamos no sentido de estudos não necessariamente apenas ligados à passagem de Cenáculo por Beja, mas contribuidores para noções associadas à mesma, os estudos de Manuela de Deus, José Matias e Fernanda do Vale (2016).

No que compreende a transição entre o Museu Arqueológico Municipal de Beja para o Museu Rainha Dona Leonor, acreditamos fundamental a noção de que o século XIX encontra-se devidamente aprofundado na bibliografia portuguesa nos seus diversos aspetos, até mesmo no que diz respeito ao momento pelo qual a Arqueologia como disciplina atravessava no país. No entanto, quando este domínio é aplicado

especificamente à cidade de Beja, uma profunda lacuna bibliográfica é verificada, todo o período do século XIX apresenta-se pouco trabalhado na realidade pacense, contudo, algumas obras destacam-se, como é o caso do *Beja: XX séculos de História de uma cidade* (1988 & 1998) de Casteleiro de Goes, que mesmo não tendo um foco particular no século XIX, alguns acontecimentos chave na cidade encontram-se presentes nesta obra.

Porém, na nossa visão, as principais obras dedicadas ao entendimento da sociedade pacense do século XIX, apresentam-se como a dissertação de mestrado de Maria Joaquina Nunes, tendo esta o título *Beja na 2º metade do Séc.XIX: Aspectos Políticos e Culturais* (1993) e a dissertação de mestrado de Paula Alvito Marques de título *A sociedade bejense de meados do século XIX à Primeira República: elites e vida associativa* (1997). Nestas dissertações foram feitos levantamentos de várias notícias de imprensa local, nomeadamente o periódico *O Bejense*, de forma a montar uma narrativa que ilustrasse como funcionava a sociedade em Beja e o seu pensamento na segunda metade do século XIX.

Sendo então obras que gradualmente necessitam de um estudo mais atual que continue os alicerces por estas estabelecidos, a consulta destas dissertações assume-se ainda como indispensável para o entendimento das dinâmicas económicas, sociais e culturais que Beja atravessava no final do século XIX. A obra *Beja no anno de 1845* de José Silvestre Ribeiro (1847) fornece também informação complementar importante, sendo referenciada múltiplas vezes pelas dissertações anteriormente listadas.

Jacinto Salvador Guerreiro (1996), dá-nos também uma visão importante de um ponto de vista da diocese em Beja no período que corresponde ao final do século XIX, particularmente à importante ação do Bispo D. António Xavier de Sousa Monteiro, personalidade cujo a ação em muito contribuiu para os passos que conduziram ao Museu Arqueológico Municipal de Beja.

Um avanço no sentido da produção bibliográfica dedicada a Beja no século XIX seria uma perspetiva que gostaríamos de verificar nos próximos anos, pela existência de muitos caminhos passíveis de serem explorados nesse sentido. A nossa dissertação, não tendo esse objetivo como um dos seus pontos focais, pretende contribuir para o mesmo com o reunir de informações existentes e importantes para a contextualização do Inventário de 1898 nesse período cronológico.

Obras de outras disciplinas podem também ter feito levantamentos que contribuam para o tema, uma vez que, a dissertação de mestrado de André Pires Mesquita, de título *Da ruína à prosperidade - proposta de reabilitação/requalificação da antiga fabrica de moagem: moinhos de Santa Iria-Beja* (2021), para contextualizar o seu objeto de estudo e de forma semelhante ao que desenvolvemos no estudo que iremos apresentar, fornece um contexto sobre o início do século XX em Beja, contudo abrangendo ainda o final do século XIX.

O processo de transição entre o Museu Arqueológico Municipal de Beja e o Museu Regional de Beja, na atualidade conhecido como Museu Rainha Dona Leonor, é um campo de investigação fortemente incentivado por esta instituição. Não existe um estudo aprofundado que dedique o seu conteúdo nesse sentido, contudo a dissertação de mestrado de Helena Tadeia, com o título *Contributos para o estudo da colecção de pintura do Museu Rainha Dona Leonor (Beja)* (2013), por muito que não se trate de um estudo dedicado a essa transição, assume-se atualmente como um dos principais avanços nesse sentido pela inclusão de um impressionante trabalho de síntese de informações dispersas em diversos números do já mencionado periódico *O Bejense*.

Partindo assim, desse trabalho feito por Helena Tadeia, vigorou nos nossos objetivos uma contribuição para este tema com um levantamento de algumas informações dispostas por Abel Viana e dispersas na primeira série de o *Arquivo de Beja* (1944-1975). É no estudo que se segue nesta dissertação feito uma síntese que parte dos tempos do *Museu Sesinando Cenaculano Pacense* até ao Museu Rainha Dona Leonor, sempre com o Inventário de 1898 como elemento central da narrativa apresentada.

Assume-se como natural que o domínio para o qual a nossa dissertação de mestrado mais pretende contribuir com conhecimento inédito e com o consequente preenchimento de lacunas associadas ao mesmo, seja o que compreende o Inventário de 1898 e o seu autor, Joaquim António de Vargas. Não existem estudos anteriores dedicados a estes dois elementos, estando somente as menções de Abel Viana a ambos e de José Leite de Vasconcelos ao autor do Inventário como raiz das referências que acontecem a estes em bibliografia posterior, assim como, se verifica algumas vezes em diversas obras de José d'Encarnação, onde a informação apresentada acerca do Inventário de Vargas parte do que Abel Viana recolhe deste.

Temos assim em vista uma reinserção tanto do Inventário de 1898 como de Joaquim António de Vargas no Estado da Arte da História da Arqueologia em Beja, através da apresentação de informação inédita, obtida de acordo com as metodologias anteriormente apresentadas através de fontes primárias como o próprio Inventário, um processo de casamento e o epistolário de José Leite de Vasconcelos e fontes secundárias, na forma da única publicação identificada de autoria de Joaquim António de Vargas.

Por outro lado, a obra de Abel Viana é amplamente estudada, figuras como João Luís Cardoso dedicam grande parte das suas produções bibliográficas nesse sentido, tendo sido um elemento-chave para uma adequada contextualização desta figura importante para o Inventário de 1898 e dentre o seu vasto catálogo dedicado a Viana, filtrámos por obras que fornecessem uma visão mais biográfica de Abel Viana. Como qualquer estudo posterior ao ano de 2018, consultámos a dissertação de doutoramento de Mónica Rolo, de título *O mundo funerário romano no nordeste alentejano – Portugal. O contributo das intervenções de Abel Viana e António Dias de Deus*, voltada para um entendimento de como Abel Viana desenvolveu parte de seus estudos, apresentando conceitos fundamentais para um estudo como o nosso.

Na componente que diz respeito ao estudo dos trabalhos que Abel Viana desenvolveu dedicados ao espólio do Museu Regional de Beja, muitos desses foram posteriormente trabalhados, retificados e ampliados. José d'Encarnação volta aqui a surgir com o *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (1984), sendo este um estudo seminal no que diz respeito a uma retificação e expansão dos trabalhos iniciados por Abel Viana na secção lapidar presente no museu de Beja, assumindo-se até à atualidade como uma leitura obrigatória para dissertações como a nossa. Tendo parte das peças do Inventário que Abel Viana estudou sido posteriormente revisitadas a partir de seus estudos, considerámos mais importante para esta dissertação compreender como Viana utilizou e percecionou o Inventário de 1898.

José Leite de Vasconcelos é outra figura importante que vai estar presente no decorrer desta dissertação e à semelhança do que acontece com Frei Manuel do Cenáculo, a produção científica dedicada a este é extensa e variada. Isto levou à necessidade de selecionarmos obras que transmitissem os elementos que resultaram na criação da revista *O Archeologo Português*, assim como, os elementos que levaram a um estabelecer de uma preocupação com a salvaguarda patrimonial na obra de José Leite de Vasconcelos.

Consideramos nomes como João Luís Cardoso (2012), Carlos Fabião (2008) e Ana Cristina Martins (2008) destaques nesse sentido.

Mais importante para o nosso estudo do que uma compreensão de José Leite de Vasconcelos, foi o entendimento se existia correspondência entre este e Joaquim António de Vargas. Apesar do epistolário de Leite de Vasconcelos ser muito consultado e informação do mesmo ser incluída numa multiplicidade de artigos, dissertações, entre outros formatos, obras como Lívia Cristina Coito (1999) e Martinha Anastácio Serras (2010) são cruciais para entender a sua lista de correspondentes.

Por fim, decidimos incluir nesta dissertação uma parcela que tentou entender como o Inventário de 1898 e Joaquim António de Vargas surgiam referenciados em publicações atuais, caso tal se verificasse. Novamente, através dos seus estudos aos trabalhos de Abel Viana, José d'Encarnação apresenta-se como a principal figura referenciando estes elementos. Tendo assim feito uma breve síntese respetiva a como os diversos tópicos abordados pela nossa dissertação foram anteriormente trabalhados iremos avançar para o apresentar do nosso estudo propriamente dito.

3. Frei Manuel do Cenáculo: A sua contribuição para o catálogo do Inventário de 1898

Entender o contexto da Museologia em Beja no qual o Inventário de 1898, de autoria de Joaquim António de Vargas, se insere, assume-se como um passo primordial e indispensável para ser bem-sucedido no estudo de dito Inventário. Esse entendimento, passa indissociavelmente por entender a figura de Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas e os fatores que conduziram à sua ação, desde o pano de fundo que moldou as suas ideias influenciadas pelas vagas filosóficas do restante da Europa, à sua vasta rede de correspondentes e até aos motivos que levam uma personalidade que poderia limitar-se somente a ser mais um colecionista do seu tempo, a ser considerado, pelos mais variados estudiosos em Portugal, como um dos maiores contribuidores para o avanço da Museologia no país (Caeiro, 1959; Brigola, 2014 pp.6-7; Fabião, 1989 p.20).

Um adequado entendimento e introdução a este incontornável agente da História da Arqueologia e Museologia não apenas na cidade de Beja, mas em Portugal como um todo, é igualmente um entendimento de parte das peças do Inventário de 1898. Exemplares de sua coleção tornaram possível num ponto inicial o surgimento do Museu Arqueológico

Municipal de Beja estando inventariadas no nosso objeto de estudo. Sendo o elo entre Frei Manuel do Cenáculo, o Museu Arqueológico Municipal de Beja e o Inventário de 1898, o *Museu Sesinando Cenaculano Pacense* cuja dimensão de seu impacte na cidade vamos desenvolver no decorrer deste tópico do nosso estudo.

3.1 Do *Grand tour* pela Europa até ao estabelecimento na diocese de Beja

Partindo assim para os incontornáveis aspetos biográficos, nascido no primeiro[1] dia de março do ano de 1724, filho de ferreiro e com o singelo nome, o qual havia sido batizado, de Manuel Martins, Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas nunca teve na sua ação o renunciar ou ocultar das suas humildes origens. Estas figuraram na sua história como um constante relembrar de que a sua inegável afirmação no panorama político e religioso de Portugal do século XVIII, deu-se exclusivamente por seu mérito e o enobrecimento de seu nome surgiu como uma simples adaptação para que este fosse condizente com as funções que Cenáculo desempenharia no decorrer de sua vida (Almeida, 1970 pp.499-500; Barros, 2014 p.13).

O seu percurso teve, desde cedo, a presença de diversas figuras importantes, que com ele se cruzaram propiciando as condições para o impacte e consequente importância que viria a ter, uma vez que, foram justamente estes encontros na sua formação com linhas de pensamento e correntes filosóficas que permitiram uma figura como Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas emergir. A primeira dessas importantes figuras, que moldaram o seu caminho, surgiu na sua vida quando tinha apenas 12 anos de idade e era um estudante de filosofia, na forma do Padre João Batista, um homem que se viria a assumir como um pilar decisivo na filosofia moderna e no ensino da mesma em Portugal (Almeida, 1970 pp.499-500; Barros, 2014 p.13).

Frei Manuel do Cenáculo, com os seus 15 anos de idade, inseriu-se na Ordem Terceira de São Francisco que lhe abriu os caminhos para o Colégio de São Pedro em Coimbra e posteriormente para a universidade desta cidade, onde estudou adequadamente Filosofia e Teologia, atingindo grau de Doutor. Foi a sua entrada na Ordem Terceira de São Francisco que se apresentou como um dos aspetos decisivos da sua vida, possibilitando que Cenáculo participasse na viagem divisora de águas no seu pensamento, assim como,

[1] Divergências neste aspeto verificam-se, como em Almeida (1970) onde é apontado que FMC teria nascido no segundo dia de março, contudo, a versão mais consensual é que este nasceu a 1 de março de 1724.

manteve a principal fonte de contactos para a rede de correspondentes que iria continuar a alimentar no decorrer das suas ações tanto na cidade de Beja, a mais relevante para o nosso estudo, como na cidade de Évora até ao seu falecimento (Almeida, 1970 pp.109-110; Oliveira, 2013 p.176; Guerra, 2018 pp.772-778).

Estaríamos então, profundamente errados em assumir que uma figura como Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas poderia ser moldada exclusivamente por influências internas existentes e confinadas a Portugal do século XVIII. Apesar de, na nossa visão, as bases que Cenáculo tinha e que foram moldadas muito cedo na sua vida em Portugal serem merecedoras de um grande reconhecimento, não seria possível neste ponto do nosso estudo não abordar a viagem na qual Cenáculo participou no ano de 1750.

Vivendo um périplo religioso de vários meses por cidades espanholas, francesas e italianas, onde se apresentou como um membro da delegação enviada pela Província Portuguesa dos Regulares da Ordem Terceira, Frei Manuel do Cenáculo viveu a seu modo um *Grand tour* deixando-se deslumbrar pelas múltiplas bibliotecas, museus e universidades que visitou, como se tivesse passado nesse período por uma profunda revelação, não somente confinada a um nível intelectual, mas igualmente espiritual, visto que, o seu espírito cosmopolita foi pela primeira vez incitado, sendo um fator decisivo para as medidas que Cenáculo iria visar em desenvolver e aplicar (Morais, 2009 pp.215-217; Brigola, 2014 pp.6-7).

Nesta marcante viagem, Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas teve um profundo e íntimo contacto com uma visão iluminista do mundo, após o retorno a Portugal com o objetivo de se focar no ensino e estudo na cidade de Coimbra, continuou a vigorar no seu pensamento e iniciativas. Verifica-se tal influência particularmente em 1755, que tal como se encontra impregnado nos anais da história de Portugal, foi o ano no qual um terramoto avassalador destruiu grande parte da cidade de Lisboa (Barros, 2014 pp.14-15; Carvalho, 2019 pp.7-10).

Frei Manuel do Cenáculo, perante uma cidade fragilizada e mais que nunca a necessitar de dinamismo, centrou então os seus esforços com vista a produzir frutos que resultassem na construção da biblioteca do convento de Nossa Senhora de Jesus, a semente na génese da atual biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. O verdadeiro grande desejo de Cenáculo para a capital portuguesa, porém, traduziu-se no desenvolvimento dos alicerces que possibilitaram e conduziram ao nascimento da Biblioteca Nacional de Portugal,

detalhes os quais, por emblemáticos que sejam, não vamos aprofundar, surgindo esta menção com vista a ilustrar a dimensão das ideias iluministas germinadas na sua mente após a viagem de 1750 (Vaz, 2004 pp.5-7; Teixeira, 2021 pp.131-132).

A ligação com a cidade alentejana de Beja surge quando tinha 46 anos, justamente com o destacar para assumir a diocese no ano de 1770, contudo, existiu uma demora de cerca de sete anos até que se desenvolvesse em Cenáculo a vontade de transformar esta cidade alentejana num polo cultural vigorante no mapa cultural nacional. Sonho este que apesar de ambicioso foi, de facto, cumprido por Cenáculo, pois após uma conturbada saída de Lisboa, onde durante anos foi uma forte influência no círculo do poder político, mas onde igualmente foi regado no desencanto resultante do apontar de dedos que todos os que rodeavam Marquês de Pombal antes de sua queda sofreram, a sua presença em Beja traduziu-se num surpreendente dinamismo consequente das iniciativas e projetos que levou a cabo na cidade (Almeida, 1970 p.500; Barros, 2014 pp.14-15; Brigola, 2014 pp.7-8) .

3.2 *Museu Sesinando Cenaculano Pacense* e a génese da Museologia em Beja

A realidade é que, tal como temos descrito até ao presente momento, Frei Manuel do Cenáculo era de forma incontornável um homem regido por projetos e desde a sua viagem para a diocese de Beja traçou minuciosamente as linhas da ação que desenvolveria na cidade, visto que, a diocese foi a primeira plataforma que Cenáculo viu como adequada para desenvolver as suas tendências colecionistas e considerou que as mesmas teriam as condições necessárias para atingirem o seu potencial completo. De forma similar, a sua vasta rede de correspondência com autores, livreiros, professores régios, nobres, ministros, altas individualidades do clero, entre outros independentemente do estatuto social, mais que nunca, foi útil e utilizada para espelhar o seu potencial na cidade de Beja (Barros, 2014 p.15).

Trazendo para Portugal a dinâmica, mesmo que claramente numa escala de grandeza menor, verificada noutros países da Europa, onde os gabinetes não só se verificavam em grande número nas capitais, mas também surgiam representados em peso nas restantes regiões desses países. Frei Manuel do Cenáculo introduziu em Beja a designação de "Museu" na sua qualidade de espaço de exibição com obrigações para com público através da inauguração a 14 de março de 1791 do *Museu Sesinando Cenaculano Pacense*

(Fabião, 1989 p.20; Brigola, 2014 pp.3-4; Deus et al., 2016 pp.29-31; Teixeira, 2021 pp.253-254).

Este museu era um nítido reflexo do quanto Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas era um homem na verdadeira vanguarda da investigação científica em Portugal, muitas vezes denotada pelo simples e distinguível cuidado que dispunha no decorrer das suas iniciativas. Ultrapassando a mentalidade que reinava no século XVIII perante intervenções arqueológicas, que poderia ser comparada com uma "caça ao tesouro", Cenáculo demonstrava uma preocupação com os contextos nos quais os artefactos eram provenientes e nas suas intervenções, como as que efetuou em Tróia e Sines, o registo dos procedimentos e o associado estudo dos artefactos eram etapas incontornáveis (Fabião, 1989 pp.19-21; Barros, 2014, p.18; Carvalho, 2019 p.46).

Este diferenciado e acrescido cuidado no seu desenvolver da disciplina da Arqueologia, particularmente importante para a narrativa deste nosso estudo, aquando da sua estadia na cidade de Beja, foi denotado e até enaltecido por alguns de seus contemporâneos, tal como podemos verificar através de uma transcrição feita por Abel Viana nas suas *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo-Alentejo* do Volume XI, Fasciculo I a IV de 1954 do Arquivo de Beja.

Abel Viana para denotar a importância de Cenáculo para a Arqueologia na região de Beja transcreve aquilo que Frei Vicente Salgado escreveu no Tomo I das *Memórias Ecclesiasticas do Reino do Algarve*, publicadas em 1788 (cerca de onze anos após a viagem de Cenáculo para Beja), mais precisamente nas páginas 129 e 130 destas, palavras que iremos igualmente transcrever neste nosso estudo por servirem adequadamente o propósito original com o qual Abel Viana as transcreveu.

"Nunca será assás louvado o zelo, o afeto deste sabio, e erudito Prelado ás Antiguidades, e bellas Artes. Os seus vigilantes cuidados nesta illustração scientifica não tem sido infructiferos. Alem de muitas preciosidades Romanas, de que sujeito hábil ferá a descripção, eu vou somente lembrar os dignos monumentos, que este anno de 1783, lhe descobrio o mero acaso. (…)" (Viana, 1954 pp.28-29).

Abel Viana, relativamente a esta transcrição faz diversas notas, duas das quais consideramos importante~~s~~ realçar, sendo a primeira destas respetiva ao facto de que o "sujeito hábil" que surge no discurso de Frei Vicente Salgado dizer respeito a Félix Caetano da Silva, confrade de Frei Vicente na Academia de Frei Manuel do Cenáculo e

sendo a segunda respetiva ao facto de que as peças que na continuação desse texto se encontram descritas, com elevada certeza, terão sido das que, Cenáculo levou para Évora aquando da sua retirada da diocese de Beja (Viana, 1954 pp.28-29).

Assim sendo, o principal motivo de incluirmos esta transcrição reside no modo como contribui em prol de pintar de forma mais acentuada e nítida a noção de que os contributos de Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas não passavam desapercebidos mesmo durante o seu decorrer. Estes trabalhos foram relatados e valorizados por personalidades contemporâneas, como se tratando de uma autêntica vanguarda científica, sendo a preocupação de Cenáculo com os artefactos sempre a linha mais destacada dentre as suas importantes práticas arqueológicas, "Nunca será assás louvado o zelo, o afeto deste sabio, e erudito Prelado ás Antiguidades, e bellas Artes."

No *Museu Sesinando Cenaculano Pacense*, por muito que a ligação com o protagonista do nosso estudo, Joaquim António de Vargas e principalmente o seu Inventário de 1898, parta da componente arqueológica do mesmo, traduzida na secção lapidar que Cenáculo terá desenvolvido desde os seus tempos em Lisboa, não figuravam neste museu somente artefactos ligados ao mundo da Arqueologia. Cenáculo era um colecionista no sentido literal da palavra, com interesses em todos os tipos de colecionismos, desde pinturas e desenhos a moedas de várias épocas, até mesmo a artefactos do mundo das ciências naturais como os cristais e os corais, sendo curioso apontar que Cenáculo tinha até uma xiloteca de amostras exóticas (Barros, 2014 p.18).

Porém, Frei Manuel do Cenáculo não aparentava ter uma paixão maior do que o seu colecionismo de livros, tendo este aberto a sua imensa e variada biblioteca pessoal em Beja, para consulta por parte do clero da cidade e eruditos locais que tivessem interesse em obter informações presentes na vasta gama de livros de dita biblioteca (Vaz, 2004).

3.3 O fim do *Museu Sesinando Cenaculano Pacense* e seu impacte

No entanto, a pioneira ação de Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas na cidade de Beja teve o seu termo e por muito que não seja motivo de diminuir o impacte que esta ação teve, o fim da mesma foi uma realidade e deverá ser abordado. Em março de 1802 com a morte do arcebispo D. Joaquim Xavier Botelho de Lima, Cenáculo foi eleito como sucessor, ocupando então o Paço Arquiepiscopal da cidade de Évora e consigo levou os mais valiosos tesouros da sua coleção, desde aqueles que mantinha no seu gabinete

particular em Beja, aos que alojava na igreja de S. Sesinando, local de depósito selecionado por Cenáculo e localizado no Largo do Salvador. Permite-nos assim concluir que, a natureza "pública" do *Museu Sesinando Cenaculano Pacense* e consequentemente dos seus conteúdos não significava uma propriedade destes por parte da diocese de Beja, mas sim, uma fruição coletiva destes enquanto a cidade tivesse a presença do bispo (Barros, 2014 pp.20-21; Brigola, 2014 p.12; Teixeira, 2021 p.257).

O critério delineado e utilizado então por Frei Manuel do Cenáculo com o objetivo de selecionar quais seriam as peças pertencentes à coleção do *Museu Sesinando Cenaculano Pacense* e ao seu gabinete particular que o acompanhariam na sua transferência para a cidade de Évora e quais dessas peças ficariam na sua antiga diocese na cidade de Beja acredita-se estar somente relacionado a uma questão de logística de transporte. Ficaram na igreja de S. Sesinando em Beja as peças que se apresentassem com maior dimensão e consequentemente maior peso e que não apresentassem, na ótica de Cenáculo, nenhum aspeto considerável de elevar a sua importância e justificar o esforço que geraria o seu transporte até Évora, ficando então para uso da diocese de Beja (Viana, 1944e p.349; Viana, 1952 p.5).

A nomeação para assumir o cargo de arcebispo da cidade de Évora que levou Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas de um modo reatou, à época, o sentimento de "rivalidade" entre a população de ambas as cidades. De repente o *Museu Sesinando Cenaculano Pacense* era deixado para trás e a grande coleção de Cenáculo, salvo alguns exemplares acompanhava-o em direção a Évora. Este sentimento deixado pela saída de Cenáculo da diocese de Beja perpetuou uma ideia de que "tudo foi para Évora", ainda que algo imaterial e imutável tenha permanecido na cidade, sendo esta a base museológica que o *Museu Sesinando Cenaculano Pacense* instituiu na cidade.

Por muito que, na teoria, fizesse sentido o aproveitamento das lápides deixadas por Frei Manuel do Cenáculo em Beja, o abandono foi o destino ao qual ficaram votadas estas peças que um dia vigoraram a muito conhecida e afamada coleção epigráfica do *Museu Sesinando Cenaculano Pacense*, referenciada por diversos nomes importantes como D. Francisco Perez Bayer, Félix Caetano da Silva e Sobriño Murphy. Tal como é evocado em Viana (1944e), gerou-se uma completa indiferença perante estes exemplares, na nossa ótica um possível resultado do negativo sentimento que resultou da partida de Cenáculo para Évora, alimentando a "rivalidade" que sempre marcou profundamente a relação entre as cidades alentejanas de Beja e Évora. A maioria destas lápides foram recondicionadas e

utilizadas durante vários anos como mero material de construção, numa realidade profundamente destoante com aquela na qual as mesmas se apresentavam nos tempos dos *Museu Sesinando Cenaculano Pacense* (Viana, 1944e pp.349-350; Encarnação, 1984; Encarnação, 2002; Encarnação, 2024a p.244).

Este facto, revolta Augusto Filipe Simões (1835-1884), bibliotecário da Biblioteca Pública de Évora, que interessado na ação de Cenáculo em Beja, visitou a cidade cerca de 66 anos após a saída do mesmo desta, com claro objetivo de "salvar o que restava do *Museu Sesinando Cenaculano Pacense*". Simões, contudo, deparou-se com uma realidade de utilização das lápides que o chocou, "Felipe Simões chamou-nos[2], e com tôda a justiça, nomes feios, por termos empregado em soleiras de currais e portados da [sic] palheiros as lápides do Cenáculo. (…)" (*O Bejense*, 1892, n.º1636; Viana, 1944b p.207).

Contudo, as peças recuperadas dentre as que Cenáculo deixou em Beja, nos dias de hoje funcionam como um ressaltar do impacte e tamanha importância desta figura para a Museologia, particularmente dentro do contexto desta região, visto que, esses exemplares serviram um propósito maior no ano de 1890 quando se começaram a desenvolver os primeiros preparativos para aquilo que viria a ser o Museu Arqueológico Municipal de Beja, sendo inaugurado a 29 de novembro de 1892 como vamos ver em seguida com maior detalhe (Viana, 1953 p.187).

Desta forma, a coleção inicial deste dito Museu Arqueológico Municipal de Beja apresentou na sua génese estes exemplares de Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas. Um museu, contudo, não se faria somente destes e ao lado das lápides deixadas por Cenáculo, outras inscrições, provenientes das mais variadas áreas urbanas e arredores de Beja, foram-se juntando à coleção. A primeira coleção do Museu Arqueológico Municipal de Beja foi então constituída pelos exemplares conhecidos desde o *Museu Sesinando Cenaculano Pacense* e outros tantos exemplares que foram descobertos e arrecadados de diversas origens (Viana, 1944e pp.349-350).

Apesar de outros museus apresentarem coleções com maior número e variedade, a coleção que no decorrer dos séculos foi sendo montada em Beja a partir da base deixada pelo *Museu Sesinando Cenaculano Pacense* apresentava-se com o mérito de ser unicamente de carater local. Dos exemplares que Cenáculo trouxe de Lisboa, por fim,

[2] Esta afirmação não foi direcionada a um grupo específico, mas sim, aos bejenses como um todo.

nenhum se encontrava em Beja e dos restantes exemplares descobertos e arrecadados já nos tempos do Museu Arqueológico Municipal somente quatro destes eram provenientes de outros locais para além da cidade ou concelho de Beja, sendo a coleção do Museu Arqueológico Municipal de Beja um autêntico testemunho da riqueza histórica e arqueológica que regia de Beja tinha a oferecer (Viana, 1944e p.349-350).

Portanto, em modo de conclusão deste primeiro ponto dedicado a entender a magnitude da figura de Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas para a Arqueologia e Museologia em Portugal como um todo, mas particularmente dedicado a entender as dinâmicas da sua ação na primeira cidade onde este encontrou os recursos para expressar por completo a vanguarda do seu pensamento, incluímos ainda aqui a noção de que das lápides incluídas no *Album de antiguidades lusitanas e luso-romanas de D. Fr. Manuel do Cenáculo Villas-Boas* que nos foi possível aceder em Barros (2014) as lápides numeradas com os números 18, 19, 23, 32, 35, 50, 53, 55, 64, 93, 101 e 111 nesse álbum ainda se encontram atualmente nas reservas do Museu Rainha Dona Leonor. Totalizando assim doze das treze lápides que estiveram na mencionada coleção inicial do Museu Arqueológico Municipal de Beja.

Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas e o seu *Museu Sesinando Cenaculano Pacense*, apresentam-se assim contextualizados como ponto inicial da Museologia na cidade de Beja e sem as devidas influências o Inventário de 1898, não existiria da forma como o abordamos neste estudo. Foi Cenáculo que introduziu em Beja o termo "Museu" na sua qualidade de espaço de exibição com obrigações para com um público e permitiram que esta cidade alentejana se visse transformada num polo cultural dinamizado. Mesmo não sabendo categorizar se a cidade atingiu as dimensões que Frei Manuel do Cenáculo expectava e idealizava para a esta, um dinamismo maior que aquele apresentado por Beja até a sua ação foi sem dúvida atingido.

4. Do Museu Municipal de Beja ao Museu Rainha Dona Leonor: o contributo do Inventário para a coleção inicial

Visando compreender a trajetória que conduziu o Museu Arqueológico Municipal de Beja até à sua transição para o Museu Rainha Dona Leonor que ainda na atualidade desenvolve a sua ação como entidade museológica da cidade de Beja. Necessitamos entender o contexto político e social pelo qual Beja atravessava na segunda metade do

século XIX e que estabeleceu os alicerces para o surgimento de uma instituição museológica na sequência do extinto *Museu Sesinando Cenaculano Pacense* que anteriormente abordámos.

4.1 O final do Século XIX em Beja e a sede por instrução

No decorrer da década de 50 do século XIX, Portugal, de uma forma generalizada, pretendia alcançar uma estabilidade política que pudesse ser comparada com a dos países do centro da Europa, permitindo através dessa defender instituições e proporcionar uma maior tranquilidade política à população, comparada à que era na época vivida. No fundo tratava-se este sentimento de uma ânsia por prosperidade e progresso na civilização que se propagava rapidamente por todo o país (Goes, 1998; Nunes, 1993 pp.68-69).

São contextos como este que tornam possível figuras como Fontes Pereira de Melo (1819-1887) terem as condições para surgir, pois perante um Portugal que ainda mantinha características do Antigo Regime, Pereira de Melo elabora a mentoria de um fenómeno económico que iria adentrar o país e tornar possíveis os progressos à semelhança do resto da Europa que eram tão pretendidos por Portugal (Nunes, 1993 p.69.; Mesquita, 2021 p.29).

Desta forma, associada a esta personalidade surge então a política "Fontista" e por muito que as medidas de Fontes Pereira de Melo tenham recorrido a capital estrangeiro e a capitais internos privados, o que num momento inicial gerou fortes críticas, nomeadamente por parte de Oliveira Martins. "Os caminhos de ferro não são do Estado, pertencem a estrangeiros (…)" (Martins, 1953).

Porém a longo prazo, os resultados desta política de fomento provaram-se com efeitos determinantes na evolução económica e cultural por todo o país, surgindo novas estradas, pontes, caminhos de ferro e outros elementos que somavam à panóplia que permitia que o vão verificado entre o país e o restante da Europa fosse cada vez mais encurtado, assim como aquele que profundamente se verificava entre o litoral e o interior de Portugal (Mesquita, 2021 p.41).

Mas será que Beja, uma cidade que tão marcadamente espelha o interior português apresentou a importância necessária no panorama nacional para beneficiar destes efeitos resultantes das medidas descritas? Estes efeitos passaram por uma descentralização administrativa que levaria a um progresso urbano mais uniforme e de facto, a cidade de Beja não esteve de fora do leque destes sofrendo no decorrer da segunda metade do século

XIX alterações em vários domínios, acompanhando o frenético ritmo de outras cidades (Nunes, 1993 p.71).

A realidade é que a "política Fontista do transporte" não resultou somente em resultados de caráter económicos e sociais, por muito que a industrialização ocorrida neste período seja várias vezes o aspeto mais lembrado, pois como se verifica com os Moinhos de Santa Iria ainda existentes em Beja no seu estado original, muitos destes perpetuam na cidade sob a forma de Arqueologia Industrial. Os efeitos desta política estenderam-se também a uma série de resultados no domínio da instrução e cultura (Nunes, 1993 p.133; Mesquita, 2021).

O leque de atrasos verificados em Portugal, muito resultantes da sua localização e caráter provinciano, começaram a ser eliminados através do uso das linhas férreas, uma vez que, estas permitiam um contacto mais acessível com as realidades do exterior, tal como um maior e mais veloz contacto entre uma região como era o Baixo Alentejo, anteriormente de certa forma isolada por ser uma região muito marcada pelo seu interior e distante da capital, à cidade de Lisboa. O troço ferroviário que ligaria então o Alentejo a Lisboa iria apresentar-se como elemento-chave para a evolução rápida que Beja viria a conhecer no final do século XIX (Nunes, 1993 p.133).

A mentalidade que parecia vigorar na visão dos bejenses da segunda metade do século XIX era de que uma adequada instrução proporcionava diretamente o caminho para a felicidade dos povos e os avanços que na cidade eram visivelmente desenvolvidos à época, nos diversos domínios, eram vistos como uma porta para a obtenção de uma melhor instrução. Naturalmente a busca por instrução está ligada a uma busca por cultura e essas abundavam na população pacense[3], porém, não seria só feito de vontade o progresso nestas áreas, sendo necessário também estar profundamente relacionado com um governo que contribuísse para a dita mentalidade (Nunes, 1993 p.134; Marques, 1997 p.43).

"Derramem-se os conhecimentos por toda esta gente porque Beja perderá alguma inacção que tem, e marchará a par das outras cidade, na civilização, nas artes, e finalmente em tudo", utilizando esta declaração que se encontra em *O Bejense* n.º53 de 1861, demonstra-se assim que Beja era uma cidade que aparentava depositar o seu futuro na

[3] Utilizamos no decorrer desta dissertação ambos os termos "bejense" e "pacense" de modo a gerar variedade no texto, referindo-se ambos os termos à população de Beja.

instrução e na sua cultura. Desta forma refletimos que o Museu Arqueológico Municipal de Beja só foi possível na forma que iremos descrever no decorrer deste tópico como uma consequência direta da junção de todos os fatores que enumerámos aqui (Nunes, 1993 p.134; Marques, 1997 p.9).

Um Portugal abraçando um carater evolutivo mais de acordo com o que se verificava no restante da Europa e um Baixo Alentejo inserido num acesso mais próximo ao que decorria e era desenvolvido em Lisboa, apresentaram-se como elementos que germinaram na população uma vontade de evoluir através de uma melhor instrução e de uma maior valorização da sua cultura, domínios nos quais a existência de um museu que valorizasse a vasta História e Arqueologia de uma cidade como Beja seria adequadamente inserido.

Tendo tido uma primeira experiência com o *Museu Sesinando Cenaculano Pacense*, como verificámos no tópico anterior, faz todo o sentido que uma evolução veloz e dinâmica, condizente com aquela que a própria cidade enfrentava, tenha caracterizado a Museologia em Beja no final do século XIX e início do século XX. Pelo que as bases para tal evolução estavam já presentes na cidade, somente necessitando do incentivo que desencadeasse toda a trajetória até ao Museu Rainha Dona Leonor.

4.2 Do acentuado crescimento do Museu Municipal de Beja ao Museu Rainha Dona Leonor

Tomando a liberdade de desenvolver de maneira mais aprofundada o raciocínio por nós iniciado brevemente no tópico anterior do nosso estudo, que coloca o *Museu Sesinando Cenaculano Pacense* como o ponto inicial da instituição museológica da cidade de Beja, podemos através da mesma lógica, entender que a dita instituição teve três fases distintas. Encarnadas através de três museus, que mesmo não se assumindo como a mesma instituição, o contributo de cada um destes e a sua eventual dissolução deu lugar e permitiu um adequado funcionamento do seguinte, traduzindo-se este facto num progresso acentuado, dinâmico e veloz da disciplina da Museologia nesta região de Portugal.

De tal forma o Museu Arqueológico Municipal de Beja surge assim naquilo que consideramos a segunda destas fases, estando esta na baliza temporal entre os anos de 1892 e 1927 e assumindo-se como o ambiente no qual o objeto de estudo que pretendemos contextualizar, como um reflexo dos desenvolvimentos, que este museu iria gerar para a cidade, o Inventário de 1898, se insere.

O acervo inicial deste museu, de forma condizente com o que aludimos previamente neste estudo, era composto por peças que por norma apresentavam duas proveniências, sendo a primeira a parcela que pertencia à coleção de Frei Manuel do Cenáculo e que este deixou em Beja aquando da sua saída desta cidade, a segunda por sua vez eram peças oferecidas a este novo museu por populares ou mesmo figuras ilustres da sociedade de Beja no final do século XIX. É fundamental aqui lembrar que no que diz respeito aos exemplares anteriormente pertencentes à coleção de Cenáculo, o recuperar destes foi possibilitado em grande parte pela ação do bispo D. António Xavier de Sousa Monteiro, tendo este e as diversas dinâmicas de sua ação sido já anteriormente reintroduzidos na História da Arqueologia em Beja através de artigos dedicados à sua figura, surgindo assim Sousa Monteiro na nossa narrativa como um elemento no contexto do Inventário de 1898. (Viana, 1944e p.349-350; Guerreiro, 1996; Tadeia, 2013 p.22).

Mas o que levou a que se considerasse necessária a inauguração do Museu Arqueológico Municipal de Beja?

Em 1890, o Presidente da Câmara Municipal de Beja, Dr. Manuel Duarte Laranja Gomes Palma, que havia desposado uma sobrinha de Sousa Monteiro, perante as ofertas que o bispo fazia à câmara de valiosas pedras começou a desenvolver uma preocupação em estabelecer na cidade de Beja um adequado núcleo museológico que valorizasse a ampla história da mesma. De tal forma que numa sessão camarária que se deu a 5 de março de 1890, foi levantada por Gomes Palma uma proposta que conduziu ao surgimento deste museu (*O Bejense*, 1892, n.º1626; Tadeia, 2013 p.22).

Iniciando-se como um núcleo museológico, esta instituição viria a efetivar-se no ano de 1892, instalando-se por várias salas do edifício camarário à época. Na nossa visão, o Museu Arqueológico Municipal teve uma vantagem decisiva no seu percurso de sensivelmente 37 anos desde que surgiu como núcleo museológico, sendo esta sem dúvida a direta ação de uma personalidade como José Umbelino Palma, secretário da câmara municipal, mas também diretor de um periódico local que nas seguintes décadas se iria tornar referencia de imprensa local investida na divulgação de ciência, especificamente da Arqueologia, sendo o dito periódico *O Bejense* (Viana, 1944c p.65; Tadeia, 2013 p.23).

A realidade é que esta ligação estabelecida entre o museu e o periódico *O Bejense*, possibilitada pelo envolvimento de Umbelino Palma com ambas as instituições, logo contribuiu através da inserção de apelos no periódico que incentivavam a população a

colaborar com a oferta de peças que estivessem na sua posse. Naturalmente, estes incentivos eram sustentados por regulares atualizações que alimentavam ativamente esta noção de que a população participava no desenvolvimento do Museu Arqueológico Municipal, atualizações estas que assumiam a forma de notícias relatando a inauguração de diversas salas ou que descreviam as peças dentre as oferecidas que fossem dignas de uma notícia mais destacada (Viana, 1944c p.64-67).

Estes apelos deram frutos, de uma forma contrastante com aquilo que se pudesse acreditar, pois ao fim de um ano após a sua inauguração, no final de 1893, o museu teve uma impressionante afluência de peças, dispondo de cerca de oitocentos exemplares no seu acervo exclusivamente resultantes de ofertas populares, possibilitando a abertura ao público de galerias como a Félix Caetano e de salas como a Gomes Palma, batizada em homenagem ao presidente da câmara que tornou possível este museu (*O Bejense*, 1893, n.º1706; Palma, 1894a).

Em 1898, seguia uma consistente e constante afluência de novos exemplares a serem integrados no acervo do Museu Arqueológico Municipal de Beja, que se distribuíam por variadas categorias, dentre as quais a Arqueológica, Numismática, Azulejaria, Faiança, Artilharia, Escultura, Ferragens, Filatelia, Heráldica, Medalhística, Ourivesaria, Metrologia, Pintura, Mobiliário, Naturália e Traje. Esta vasta gama de exemplares e categorias resultava num expandir das salas e galerias por todo o prédio camarário, um claro indicador de um eventual expansão a delinear-se como necessária (Tadeia, 2013 p.23).

Desta forma, começa também a ser evidente a necessidade de um documento que cumprisse a função de inventariar adequadamente todas as peças até ao momento presentes nas crescentes salas do museu. Em março desse ano de 1898, Joaquim António Vargas assina então o Inventário que iria assumir essa função, o já mencionado Inventário de 1898, destacado por se tratar de um vasto catálogo com o compromisso de registar os múltiplos exemplares distribuídos pelas várias salas da instituição, ficando evidente exatamente pela extensão final deste documento que a Museologia em Beja retinha todas as condições necessárias para se desenvolver e principalmente representar a vasta história do território de Portugal no qual a cidade está inserida.

Pelo facto de abranger um vasto catálogo como o que o Museu Arqueológico Municipal de Beja apresentava em 1898 e ser um dos primeiros documentos desta

tipologia a surgir na Museologia de Beja e da região do Alentejo, o Inventário de 1898 teve uma difícil tarefa, passando esta por representar nos seus conteúdos as diversas tipologias dos exemplares abordados, as múltiplas salas e a forma como estas estavam organizadas. Era necessário que o Inventário apresentasse também, caso se verificasse possível, informações que permitissem uma descrição dos exemplares nele catalogados para que fosse possível posteriormente identificar-se as peças através do uso deste documento, porém, essas informações teriam de se manter sucintas e diretas devido à extensão que por si só o catálogo iria assumir.

Naturalmente, isto evidencia o fascínio que nos motivou a embarcar neste estudo aprofundado de reabilitação deste documento tão marcado da Museologia no final do século XIX, sendo este foco um passo, na nossa visão, crucial para que este inventário seja adequadamente reintroduzido no Estado da Arte da Arqueologia na região de Beja e novos estudos avancem para um aprofundado entendimento dos conteúdos do mesmo.

Joaquim António Vargas, personalidade que assina este atemporal testemunho da Museologia em Beja no final do século XIX e da forma como o Museu Arqueológico Municipal da cidade estava organizado e distribuído, também merece particular atenção.

Como iremos verificar no decorrer deste estudo, o Museu Rainha Dona Leonor, sobre o qual disorreremos em breve, dispunha de pouca informação relativa a esta personalidade, resumindo-se essencialmente ao facto de este assinar o Inventário, contudo, a sua designação para a elaboração de um documento deste tipo e a informação que iremos apresentar no decorrer deste estudo, levam-nos a afirmar que este desempenharia no museu um posto de elevada importância.

Entendendo a importância do contexto que conduziu à elaboração do Inventário de 1898, a passagem do tempo não levou a um abrandar do ritmo com que as ofertas e aquisições do museu eram feitas. Encontrando-se inserido no edifício camarário da cidade, era inevitável que a determinado ponto a falta de espaço se tornasse acentuada e isto verificou-se com um período no qual os objetos estavam praticamente amontoados nas salas, algo que naturalmente não alimentava a vontade de eventuais visitas à instituição pela mesma não ter posse de um espaço adequado para a sua função (*O Bejense*, 1893, n.º1706; *O Bejense* 1896, n.º1870).

4.3 A criação do Museu Rainha Dona Leonor e o impacte do Inventário de 1898 na coleção inicial

Para contornar este aumento de espólio, um ponto nitidamente positivo, mas que como qualquer aspeto necessita planificação e manutenção, a distribuição do mesmo começou a ser feita por vários edifícios da cidade, principalmente dois, os edifícios da câmara e o Paço Episcopal que marcou a primeira fase da Museologia em Beja por ter sido um dos espaços do *Museu Sesinando Cenaculano Pacense*. O ano de 1911 assume-se assim como chave para um entendimento de que o museu de Beja precisava passar por uma mudança, visto que esta divisão por espaços distintos não agradava e acentuava ativamente a importância de um museu estar instalado num espaço que permitisse admirar a coleção num local só (Tadeia, 2013 p.24).

De tal modo, a 29 de janeiro de 1918 é publicado um decreto pelo Ministério de Instrução Pública, com o n.º3:782 que, segundo o seu "Artigo 1" permite na cidade de Beja a criação de *"*(…) um Museu Regional de Arte e Arqueologia" que iria ter a sua instalação no antigo Convento da Conceição. Destacamos aqui como ponto mais importante deste decreto para o nosso estudo a alínea que surge no "Artigo 2" deste, referindo a seguinte informação: "Este Museu é composto, no seu início, por todos os objetos artísticos pertencentes à suprimida Mitra de Beja e de todos os objetos artísticos e arqueológicos que se encontram no Museu Municipal da mesma cidade.".

O que a alínea que agora transcrevemos prevê, leva-nos a entender o motivo de podermos atribuir o Inventário de Vargas[4] como um documento que atua sobre a coleção inicial tanto do Museu Arqueológico Municipal de Beja, como do Museu Regional de Beja. A realidade é que ao tomar posse de todos os objetos arqueológicos e artísticos do Museu Municipal, o Museu Regional de Beja teve no seu acervo inicial todo o catálogo do Inventário de 1898 que ainda se mantivesse na instituição, tal como outros exemplares que no decorrer dos anos posteriores foram sendo oferecidos ou adquiridos, permitindo perceber como este documento foi tão útil para os estudos que posteriormente se verificaram no Museu Regional de Beja com Abel Viana e até em épocas posteriores, pois

[4] No decorrer desta dissertação serão também utilizados os termos "Inventário de Vargas", "Inventário Antigo", "Inventário Velho" e variantes destes para nos referirmos ao Inventário de 1898, uma vez que, na realidade o documento não apresenta um título definido, sendo "Inventário de 1898" a denominação pela qual o MRDL nos apresentou o documento e aquela que adotamos como denominação principal.

através de testemunhos orais obtidos para este estudo, João Barreira, atribui o Inventário como ferramenta chave em trabalhos decorridos na instituição.

Relativamente à alínea do decreto que declarou que o novo museu teria a sua instalação no Convento da Conceição, não se tratava da primeira vez que este espaço havia sido idealizado para tal função. A realidade é que nos anos formativos do anterior museu o Convento da Conceição não tinha sido verdadeiramente extinto, ainda habitando neste a última religiosa e algumas das suas criadas, tendo sido somente em novembro de 1894 quando a Câmara Municipal de Beja tomou posse deste edifício (Viana, 1944c p.67).

Naturalmente devido a esta mudança de funções, no que diz respeito ao seu núcleo sobrante, necessitava de uma adaptação, pelo que no ano de 1926 a Junta Geral do Distrito elabora uma solicitação para a deslocação de um técnico dos Monumentos Nacionais à cidade de Beja, com vista a estudar os trabalhos pelos quais esse núcleo sobrante do Convento da Conceição, dizendo respeito à igreja, claustro e casa do capítulo, necessitaria de forma a estabelecer o museu de maneira adequada no seu espaço. Tal adaptação ficou então a cargo do arquiteto Parente[5] e a inauguração propriamente dita deste novo espaço do museu iria dar-se no ano de 1927, cerca de nove anos após o decreto que permitia e previa o mesmo (*O Bejense*, 1926, n.º727; *O Bejense*, 1927, n.º776; Viana, 1944b p.207; Tadeia, 2013 p.31).

A designação deste museu na cidade de Beja passa então a "Museu Regional de Beja", que marca muitos dos trabalhos bibliográficos que consultámos para este estudo, nos dias de hoje, por muito que essa denominação não tenha caído em desuso completo, a denominação deste museu é "Museu Rainha Dona Leonor", muitas vezes abreviado para a sigla "MRDL".

O Museu Rainha Dona Leonor, de tal forma, na atualidade assume-se como herdeiro desta História da Museologia na cidade de Beja, algo que convida à reflexão particularmente neste momento de proximidade ao seu centenário. Tendo-se proposto a ser um museu de caráter multidisciplinar, as suas coleções foram sempre heterogéneas e por muito que valorizassem o património cultural e material da cidade de Beja, outros pontos do distrito foram sempre abordados por esta instituição, visto que, durante várias

[5] Em Tadeia (2013) é apontado que não foi possível identificar mais que o seu apelido, consultando *O Bejense* n.º776 de 1927 de facto não é fornecida essa informação e uma pequena pesquisa da nossa parte não a conseguiu obter um resultado diferente.

décadas foi uma instituição tutelada pela Assembleia Distrital de Beja e dependente também do Governo Civil do distrito de Beja, fazendo com que seja um museu caraterístico pela inclusão e honra desse cariz regional (Tadeia, 2013 p.32, p.116).

O acervo atualmente possuí uma impressionante variedade de um ponto de vista cronológico, tendo exemplares que representam todas as fases pelas quais a região de Beja passou desde a Pré-História à atualidade, variedade esta que se traduz numa extensão considerável deste acervo, estando o mesmo distribuído por treze coleções e passando inclusive por alargamentos consideráveis resultantes da doação de coleções particulares, como a oferecida na década de oitenta do século passado pelo Prof. Fernando Nunes Ribeiro (Tadeia, 2013 p.32).

O Museu Rainha Dona Leonor, na sua história, irá sempre funcionar a par com o legado de uma das figuras mais emblemáticas da investigação arqueológica em Portugal no século XX, sendo esta Abel Viana. Como iremos aprofundar no sétimo capítulo do nosso estudo, com a inserção deste professor originário de Viana do Castelo na cidade de Beja, os primeiros estudos a coleções do museu foram feitos por Viana, sendo um dos maiores contribuidores para a história desta instituição, fosse pela sua produção de conhecimento ou para o alargamento do espólio da mesma (Lopes, 2003; Cardoso, 2014 p.475).

O Inventário de 1898 demonstra-se assim nos contextos nos quais está inserido, como iremos verificar no decorrer deste estudo, como sendo uma ferramenta que foi muito além da pretensão com a qual foi desenvolvida. Sendo mais do que um inventário que desempenhou de maneira adequada a sua função à época no Museu Arqueológico Municipal de Beja, este é também profundamente importante para o acervo inicial do Museu Regional de Beja e para os trabalhos que Abel Viana viria a desempenhar nas suas coleções.

Tendo um leque de perspetivas em aberto posteriores a um estudo de contextualização como o nosso, consideramos que o Inventário de 1898 se assume como uma ferramenta indispensável de ser consultada aquando dos estudos de peças do Museu Rainha Dona Leonor, porém pouco difundida e conhecida. É com esta noção que Joaquim António Vargas, no final do século XIX desenvolveu uma ferramenta tão singular na História da Arqueologia de Beja e testemunho do ponto evolutivo no qual a disciplina da Museologia em Beja se encontrava, ainda na atualidade profundamente útil para o entendimento desse

leque inicial de peças que ajudaram a estabelecer uma instituição como o Museu Rainha Dona Leonor para um centenário de ação em prol da valorização da história de Beja que iremos avançar para o ponto seguinte do nosso estudo.

5. Joaquim António Vargas e a sua época: elementos para o conhecimento de seu percurso

Tendo sido compreendido o momento no qual o Inventário de 1898 se insere na História da Arqueologia e Museologia em Beja, acreditamos ser adequado dedicar-se agora um tópico do nosso estudo a entendermos a figura de Joaquim António de Vargas. A pretensão deste tópico é entender os motivos que levaram esta personalidade a ser designada para a elaboração do Inventário, assim como, caso seja possível entender outros aspetos da sua vida, não assumindo um carater biográfico propriamente dito, mas apresentando neste ponto toda a informação relevante para reintroduzir esta figura no Estado da Arte das disciplinas para as quais contribuiu em Beja no decorrer de sua vida.

Num primeiro contacto com a existência do Inventário, sabendo somente que parte do seu catálogo era constituído por peças da coleção de Frei Manuel do Cenáculo que haviam ficado em Beja e que o mesmo foi ferramenta de trabalho em estudos elaborados por Abel Viana, a ligação a estes dois nomes emblemáticos na Arqueologia bejense fez-nos levantar a seguinte questão: quem elaborou o Inventário? A resposta do Museu Rainha Dona Leonor, num primeiro momento, surpreendeu-nos, uma vez que, pelo nosso percurso académico, fortemente dedicado ao estudo da Arqueologia na região de Beja, estávamos na expectativa de nos deparar com um nome com o qual estivéssemos familiarizados. Contudo, não foi o que se verificou com a resposta "Joaquim António Vargas", sendo este um nome com o qual nunca nos havíamos cruzado na Arqueologia bejense.

A reduzida informação relativa a esta personalidade, levou-nos a formular outras questões, dentre as quais: que cargos teria? Porque haveria sido designado Joaquim António Vargas para elaborar o Inventário? Pois parecia-nos lógico fazer uma associação com o caso de José Umbelino Palma. No ano de 1894 Umbelino Palma tinha uma forte ligação ao Museu Arqueológico Municipal de Beja e era figura muito contribuinte para a Arqueologia da cidade na época, justificando a sua autoria do catálogo da Sala Gomes

Palma desse mesmo museu. Seria certo que a elaboração de um documento como o Inventário de 1898 não seria entregue a qualquer funcionário da instituição.

5.1 O bibliotecário e conservador do Museu Arqueológico Municipal de Beja

Figura 1: Rótulo do Inventário de 1898
Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025

No decorrer dos primeiros meses da investigação que neste estudo apresentamos não foi possível traçar nenhuma informação relativa a Joaquim António Vargas, uma vez que, a informação que o MRDL possuía era de que se tratava de um funcionário da Câmara de Beja à época que havia sido designado para esta função. Isto não nos fazia sentido, pois por muito que o Museu Arqueológico Municipal de Beja estivesse instalado no edifício camarário da cidade, seria adequado quem fosse destacado para elaborar um documento desta tipologia se tratasse de alguém fortemente envolvido com o museu e que compreendesse a componente de organização da instituição.

Lembramos que, pela danificação do rótulo do Inventário de 1898, que iria apresentar parte das respostas às nossas questões, nesta fase da nossa investigação ainda estavam presentes algumas ideias que no decorrer da mesma se foram verificando erradas. Exemplo disso, a de que José Umbelino Palma havia sido o primeiro conservador do Museu Arqueológico Municipal de Beja. Necessitaríamos ainda neste ponto de tentar obter mais informação através do documento em si ou de textos de terceiros, nomeadamente de Abel Viana que tínhamos a certeza ter trabalhado o Inventário de Vargas, de modo a entender por que motivo este último havia sido designado para elaborar o Inventário.

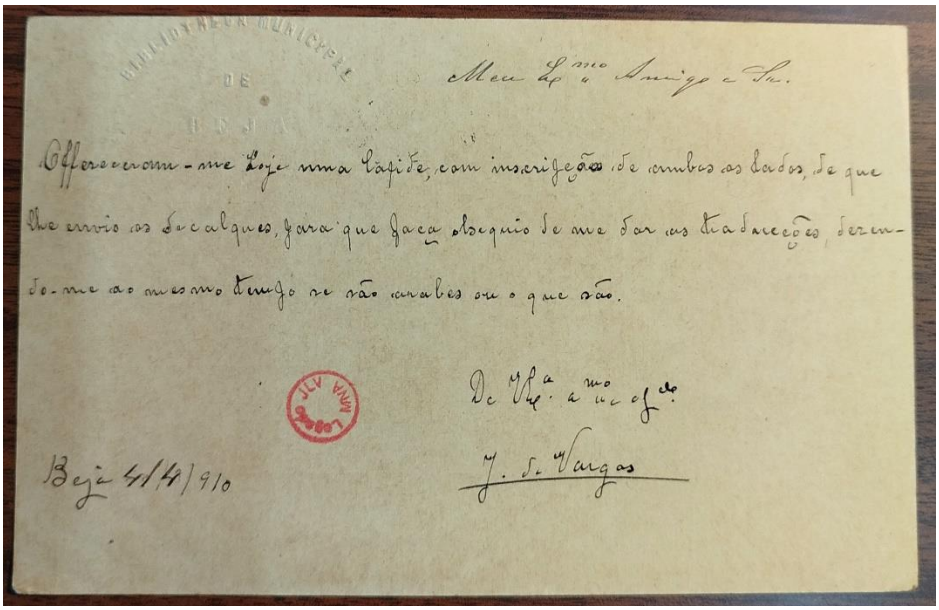
O facto de não ser possível a leitura da informação presente no rótulo do Inventário e a folha de rosto do mesmo somente referenciar a tipologia do documento, o seu autor, e a data/local de elaboração do mesmo, talvez tenha sido o fator contribuinte para que os funcionários do MRDL tenham mantido a ideia que anteriormente se havia formulado acerca de Joaquim Vargas. Contudo, foi no decorrer da nossa investigação, num momento em que já nos encontrávamos mergulhados na obra de Abel Viana e sem vislumbre de encontrar referências ao Inventário de 1898 ou a Joaquim António de Vargas, que, ao estudar o primeiro artigo que Viana dedicou ao *Museu Regional de Beja: Secção Lapidar* no Volume I, Fasciculo I do ano de 1944, nos deparámos com uma nota de rodapé onde este transcreve o rótulo do Inventário de Vargas que surge representado na Figura.1.

Desta forma, conseguimos apresentar aqui que o rótulo apresentava os seguintes escritos, "Inventário dos objetos existentes/no Museu Archeologico da Camara/Municipal de Beja, em 24 de março/de 1898, organizado pelo bibliothecario e/conservador do referido museu" (Viana, 1944e p.352).

De forma similar, num ponto posterior da nossa investigação foi identificada nos n.º1 e 2 da 3ª serie do *Boletim da Real Associação dos Architectos civis e Archeologos Portuguezes* do ano de 1898, Tomo VIII, a seguinte menção na página 9 deste documento, "Do sr. Joaquim de Vargas, bibliothecario e conservador do Museu de Beja, adherindo ao pensamento da circular, dizendo que da celebre Pax Julia nada ha que mostre hoje a sua magnificencia senão os valiosos fragmentos de columnas, porticos e monumentos, os restos mutilados de thermas e canalisações d'agua, as formosissimas collecçõcs de azulejos, mosaicos e epigraphia, etc., existentes n'aquelle Museu (…)".

Com esta informação, caiu por terra a ideia de que Joaquim António de Vargas era um funcionário da Câmara de Beja com meras ligações ao museu, percebendo-se claramente que, não só assumia o cargo importante de bibliotecário da instituição, mas como o próprio cargo de conservador da mesma, à data de março de 1898. No século XIX vale relembrar que um conservador era responsável pela preservação e gestão das coleções, apresentando, ainda, um forte compromisso com a administração da instituição, justificando assim o motivo da sua eleição para a elaboração do Inventário de 1898, uma vez que seria, então, o funcionário mais qualificado e conhecedor da coleção presente no Museu Arqueológico Municipal de Beja para desempenhar esta tarefa com sucesso.

Tendo esta forte pista em cima da mesa, seria tentador assumir que seguindo a mesma e sabendo onde identificar os documentos necessários, um conhecimento vasto sobre Joaquim António de Vargas seria uma realidade próxima. Contudo, como iremos descrever, não é isso que se verifica e este ponto passa longe de uma biografia.


Meu Ex.mo Amigo e Sr.

Offereceram-me hoje uma lapide, com inscripções de ambos os lados, de que lhe envio os decalques, para que faça obsequio de me dar as traducções, dezendo-me ao mesmo tempo se são arabes ou o que são.

De V.ª a.mo e ob.do

J. de Vargas

Beja 4/4/910

BIBLIOTHECA MUNICIPAL DE BEJA
JLV MNA Legado

Figura 2: Correspondência de JAV a JLV (4 de abril de 1910)
Fonte: Vargas (1910), Biblioteca do MNA

Através de uma consulta em *O Bejense*, naturalmente utilizando critérios para filtrar quais números deste periódico iriamos consultar, reduzidas informações surgiram relativas ao bibliotecário e conservador do Museu Arqueológico Municipal de Beja. Somente duas menções se verificaram em anos chave para a nossa investigação, sendo a primeira destas no n.º1645 de 16 de julho de 1892 onde é exposto o seguinte, "Esta substituindo o bibliothecario, durante a sua doença, o sr. Joaquim António Vargas. A biblioteca abrirá brevemente ao público".

A segunda destas menções em *O Bejense*, ocorreu no n.º1656 de 1 de outubro de 1892 onde Vargas surge listado como bibliotecário municipal, cargo este que no desenvolver deste tópico irá voltar a assumir-se como central para esta personalidade. Ambas se reportam a momentos anteriores à inauguração do Museu Arqueológico Municipal e às funções que este desempenharia, além das que viria a desempenhar associadas a essa instituição.

Acreditamos que este cargo de bibliotecário municipal foi desempenhado por Joaquim António de Vargas em simultâneo com os cargos no Museu Arqueológico Municipal, uma vez que uma das espécies epistolares existente no epistolário de José Leite de

Vasconcelos, de número "22357", apresenta cunhado no papel "Bibliotheca Municipal de Beja" (Figura.2). Este cargo volta a surgir nesta cronologia de Joaquim de Vargas como iremos verificar, sendo assim algo que fortemente acreditamos. Não foi, no entanto, possível verificar se este cargo terá, por si, sido desempenhado continuamente.

Mantendo, por este motivo, a nossa investigação focada em estudos de terceiros, voltados para peças presentes no Inventário de 1898, num esforço de obter mais informação relativa a este através dos mesmos, foi num artigo também de Abel Viana (1953, p.187), revelado numa nota de rodapé a seguinte informação, "O Museu Regional de Beja, antigo Museu Arqueológico Municipal, foi inaugurado a 29 de Novembro de 1892, sendo o prestimoso Vargas o seu primeiro conservador.", não só ajudando a entender o carácter e importância de Vargas com a utilização do adjetivo "prestimoso", mas também permitindo-nos estabelecer duas instâncias onde foi conservador do museu, uma no ano de 1892 e outra no ano de 1898, permitindo-nos começar a traçar uma linha cronológica.

Numa tentativa de preencher a lacuna de informação relativa aos trabalhos de Joaquim António de Vargas no museu entre os anos de 1892 e 1898, sobre os quais temos informações, as únicas evidências que encontrámos surge em Viana (1946, p.177) e Goes (1988, p.134)[6], com a representação da lápide do Presbítero Severo segundo uma cópia que Joaquim António de Vargas terá feito no ano de 1895 a partir de outra que Manuel da Gama Xaro realizou em 1860 diretamente do *Diário da viagem de Perez Bayer* de 1782.

Devido a esta cópia relatada por Viana que Joaquim de Vargas teria feito através da obra de Gama Xaro, desenvolvemos alguma pesquisa no MRDL com a intenção de identificar exemplares soltos que pudessem ser de autoria de Vargas. Esta pesquisa,

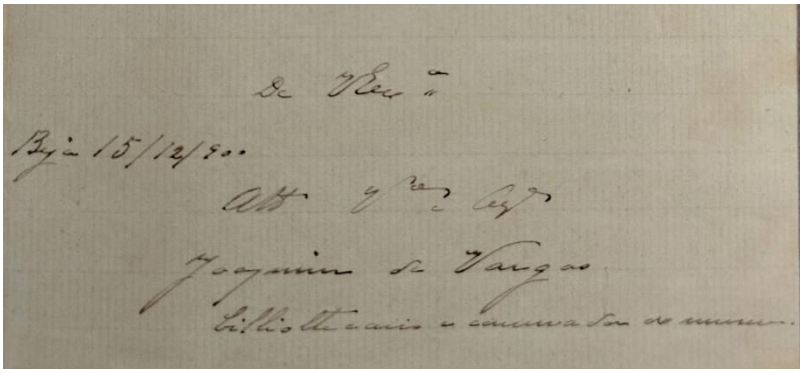


Figura 3: Assinatura [Ampliada] de JAV em correspondência para JLV (15 de dezembro de 1900)
Fonte: Vargas (1900), Biblioteca do MNA

[6] Em Goes (1988, p.134) a autoria do desenho é atribuída a JAV, no entanto, é nesta obra disposta a cópia feita por AV.

contudo, não deu frutos, não podendo ser neste estudo excluída a possibilidade de existência deste tipo de exemplares no museu, mas é pouco provável que os mesmo existam. Pois, por muito que os trabalhos de Vargas através do Inventário tenham trespassado para o MRDL, este não aparenta ter tido qualquer tipo de relação com esta fase da Museologia em Beja.

Foi no epistolário de José Leite de Vasconcelos e na sua obra para a revista *O Archeologo Português*, que mais informação fundamental sobre Vargas surge e nos permite estender a baliza relativa ao período durante o qual este desempenhou as suas funções como conservador no Museu Arqueológico Municipal de Beja. Sendo a primeira espécie epistolar enviada por Vargas, catalogada no epistolário com o número "22341", referenciada no Volume VII de *O Archeologo Português*, no terceiro subtópico da "Archeologia Lusitanó-Romana", denominado "Antiguidade de Pax Iulia (Beja)", José Leite de Vasconcelos aponta que a 15 de dezembro de 1900 recebeu uma carta do "(…) Sr. Joaquim de Vargas, conservador do Museu Municipal de Beja (…)".

O conteúdo desta correspondência aborda algumas peças encontradas perto da muralha em Beja, sendo exemplares identificados posteriormente ao nosso objeto de estudo, contudo claramente tratando-se da mesma caligrafia como iremos ver no ponto deste estudo dedicado à estrutura do Inventário. Vargas assina esta correspondência como "Joaquim de Vargas – Bibliothecario e conservador do museu" (Figura.3), assim como no começo desta refere que contacta José Leite de Vasconcelos por ser um dos portugueses mais devotados ao estudo da Arqueologia e que pugna por uma conservação dos monumentos que atestem as *glórias* de Portugal. Esta preocupação de Vargas em contactar Leite de Vasconcelos, na nossa visão é um claro reflexo de uma vontade de fazer chegar o Museu Arqueológico Municipal de Beja às produções científicas da época (Vargas, 1900).

É possível estabelecer, através das 20 espécies epistolares existentes no Museu Nacional de Arqueologia, cujo conteúdo se reporta maioritariamente a novidades relativas a peças identificadas em Beja, posteriores ao Inventário de 1898, e de relatos presentes na revista *O Archeologo Português*, que Joaquim António de Vargas se manteve nos cargos de conservador e bibliotecário do Museu Arqueológico Municipal de Beja. Neles permaneceu cerca de 20 anos após a elaboração do Inventário, mais concretamente entre 1900 e 1918, coincidindo esta última data já com o processo de transição entre esta

instituição e o Museu Regional de Beja, no qual não foi possível identificar qualquer relação com Vargas.

José Leite de Vasconcelos escreve sobre o envio de informações por parte de Joaquim de Vargas o seguinte: "O Sr. Joaquim de Vargas levou a sua bondade a enviar-me copias e desenhos das inscripções.". Permite-nos assim, de acordo com esta visão de Leite de Vasconcelos e o conteúdo dos espécies epistolares por nós estudados, alimentar a ideia de que Joaquim António de Vargas era um individuo acessível e preocupado com o avanço da Arqueologia na região de Beja, gerando uma facilidade para que figuras como José Leite de Vasconcelos estudassem os exemplares presentes no Museu Arqueológico Municipal de Beja, fazendo chegar a este atualizações sobre novos achados e informações acerca das peças (Vasconcelos, 1902 p.243).

Esta flexibilidade em fornecer os detalhes solicitados por José Leite de Vasconcelos, para os trabalhar e publicar, denota um contributo de Vargas para a produção de conhecimento arqueológico. Nas poucas referências que estudiosos da Arqueologia da região de Beja fazem a Joaquim António de Vargas, e pela forma do mesmo se colocar, por exemplo na correspondência número "22349" do epistolário de José Leite de Vasconcelos, "Nunca falto ao que prometo, mas quando as causas não dependem de mim (…)" podemos assumir que executou as suas funções sempre visando o melhor desempenho do Museu Arqueológico Municipal de Beja (Vasconcelos, 1902 p.243; Viana, 1953 p.187).

5.2 Os *Apontamentos para a História de Beja coligidos pelo Bibliotecário Municipal*

Pela dificuldade na identificação de obras escritas de autoria Joaquim António de Vargas, mas, contudo, pela dedução da existência de registos oficiais relacionados ao mesmo e aos seus cargos no museu, decidimos que esse seria o próximo rumo da nossa investigação. Questionando os funcionários do Museu Rainha Dona Leonor sobre o assunto, foi-nos informado que caso a existência destes registos se verificasse, esses se encontrariam no Arquivo da Câmara Municipal de Beja, a não ser confundido com o Arquivo Distrital de Beja que fez também parte da nossa investigação, mas que iremos abordar futuramente neste estudo.

Uma visita presencial ao Arquivo da Câmara Municipal de Beja, com o objetivo de analisar registos existentes, levou a que os funcionários do mesmo informassem que os

registos passíveis de terem existido, associados ao período cronológico no qual Joaquim António de Vargas desempenhou funções no Museu Arqueológico Municipal de Beja, foram na sua esmagadora maioria destruídos num incêndio que se deu na Câmara Municipal de Beja. Perante a informação disposta de que não se conhecia registos sobreviventes a abordar Vargas e com a impossibilidade de verificarmos autonomamente a existências desses registos fosse de forma presencial ou *online*, pois esta instituição não dispõe de um motor de pesquisa nem alternativas similares, considerámos a mesma como não possuidora de tais registos.

Antes de mergulharmos nos nossos contactos com a informação identificada e possivelmente associada a Vargas que obtivemos no Arquivo Distrital de Beja, paralelamente a essa pesquisa foi por nós feita uma outra na Biblioteca Municipal de Beja. A ferramenta *online* da biblioteca, permitiu-nos atingir aquele que consideramos o segundo ponto decisivo desta investigação associada à figura de Joaquim António de Vargas. Com efeito, procurando o seu nome surgiram duas publicações, possíveis de serem acedidas pela plataforma em formato PDF, atribuídas a este, ambas de uma rubrica denominada *Apontamentos para a História de Beja coligidos pelo Bibliotecário Municipal* inserida no que se conhece como *Boletim do Município de Beja*.

Naturalmente, antes de nos debruçarmos sobre esta rubrica, propriamente dita, era necessário na nossa visão entender por que motivo dois segmentos desta teriam sido atribuídos a Joaquim António de Vargas, sendo um dos aspetos que mais intrigou o facto de somente dois destes terem-lhe sido atribuídos. Reparámos, assim, numa pequena nota paralela no site da biblioteca citando a separata de Abel Viana da revista *Brotéria*, mais especificamente de um artigo inserido no Volume XXXVII, Fascículo IV desta, de outubro de 1943, sendo esta *O "Tombo" do Hospital de Beja*.

Consultando os nossos apontamentos, numa nota de rodapé desta separata, Abel Viana cita os dois segmentos que foram atribuídos a Joaquim António de Vargas, explicitamente referindo "Tombo da Confraria do Corpo de Deus, instituída na Igreja de S.João. Vid. Boletim do Municipio de Beja, Janeiro de 1921 a Dezembro de 1922, pág. 236. É uma série de artigos aí publicados por Joaquim António de Vargas, intitulada Apontamentos para a História de Beja coligidos pelo Bibliotecário Municipal", levantando a noção de que Vargas desempenhou a função de bibliotecário municipal nos anos de 1921 e 1922 (Viana, 1943 p.8).

Mergulhamos, então, no *Boletim do Município de Beja*, que pela ajuda fornecida por um funcionário da biblioteca estudámos uma cópia impressa apenas reservada para arquivo deste documento que existia na própria biblioteca, visto que não tivemos acesso ao original.

Tendo lido todas as páginas deste boletim, vamos neste subtópico do nosso estudo focar-nos na rubrica *Apontamentos para a História de Beja coligidos pelo Bibliotecário Municipal* pelos motivos anteriormente descritos, pelo que iremos evocar outros aspetos do boletim quando estes tiverem informações relevantes. Não pretendemos aqui fazer uma profunda análise dos apontamentos de autoria de Vargas, mas sim, recorrer a aspetos destes que nos forneçam informações decisivas para o nosso estudo ou que nos ajudem a compreender a dimensão de como pensava Joaquim António de Vargas e como isso transparecia nos seus textos.

A primeira rubrica *Apontamentos para a História de Beja coligidos pelo Bibliotecário Municipal* surge logo no boletim de janeiro de 1920 e cremos que podemos delimitar logo que o seu autor é Vargas, apesar de a rubrica não ser assinada, além de pelo "bibliotecário municipal".

O texto apresentado é de carácter simples e superficial, uma leitura que não nos dá um grande entendimento de Vargas além do que já possuímos, pela análise do Inventário de 1898, sendo apenas aqui abordada uma trajetória histórica da cidade de Beja desde os tempos mais remotos da mesma, até ao final do reinado de D.Sancho II. Um ponto de vista curioso, é que Joaquim António Vargas já neste texto denota o período de ocupação pré-romano em Beja, algo que durante muitas décadas esteve em debate no panorama da Arqueologia bejense (Lopes, 2003; Macedo & Teixeira, 2018).

Contudo, algumas inscrições do Museu Arqueológico Municipal de Beja são aqui evocadas pelo autor da rubrica. Tratando-se de Vargas faz sentido que este conhecimento e transcrições vigorem nos seus textos. Dentre estas inscrições encontra-se neste texto a seguinte: "Esta lapide acha-se no Museu Municipal e foi encontrada no alicerce da muralha demolida, para se construir o futuro palácio para as repartições." (Vargas, 1920a pp.13-14).

Logo nos meses seguintes de fevereiro, março e abril de 1920 surgem mais três rubricas dos *Apontamentos para a História de Beja coligidos pelo Bibliotecário Municipal*. Nestes meses nenhum dos conteúdos é relevante para o nosso estudo e é

produção histórica relativamente genérica, mas com a peculiaridade de ser sempre muito focada em tópicos específicos e próprios da história da cidade de Beja.

Aqui temos a certeza, contudo, que o autor da primeira rubrica continuou nas seguintes, pois, pequenas particularidades da sua escrita continuam a verificar-se e vão manter-se até à última destas. Isto será plausível pois todas mantêm um fio condutor comum em termos de narrativa e referenciam, em constância, pontos apresentados anteriormente, tal como continuam ideias deixadas a meio em edições anteriores da rubrica.

Maio de 1920 não apresentou a publicação de um boletim, tendo então retomado no mês de junho desse mesmo ano, continuando um tópico sobre duques de Beja e as várias concessões que eles e os monarcas fizeram à cidade iniciado no mês de abril. Novamente, estes textos verificam-se sem grande conteúdo relevante para este estudo, mas denotam a importância que Joaquim Vargas dava à valorização da história da cidade e o leque de diferentes tópicos que dominava e abordava nesta sua pequena rubrica, fazendo sentido ter sido uma personalidade com um contacto tão forte com uma instituição como o Museu Arqueológico Municipal de Beja.

A rubrica é interrompida sem explicação evidente no boletim que aborda os meses de junho a dezembro de 1920, visto que foram todos compilados em um só. Em dezembro de 1920 a rubrica retorna e mantém-se uma constante nos boletins de janeiro, junho, julho a setembro e outubro a dezembro do ano de 1921, tendo estes sido todos os que foram publicados nesse ano. Os conteúdos desta rubrica no ano de 1921 continuaram diretamente o estilo de escrita das apresentadas no ano de 1920 o que nos confirma o mesmo autor, sendo discutido nestes tópicos como a Casa da Moeda de Beja, o Celeiro Comum da cidade e a indústria da mesma.

No boletim de janeiro a março do ano de 1922, surge um relato de Vargas da ação de Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas em Beja e o seu contributo para a cidade de um ponto de vista cultural que consideramos importante aqui abordar.

A descrição dos acontecimentos feita por Joaquim António Vargas é quotidiana, não variando em muito daquelas que apresentámos no primeiro ponto deste estudo. Contudo é interessante denotarmos comentários como "Muito inteligente e muito culto Cenáculo (…)" demonstrando que Vargas, não se poupa de elogios à ação de Frei Manuel do Cenáculo. Nos boletins seguintes, de abril a junho e de julho a setembro de 1922 a

frequência de publicação do mesmo verifica-se progressivamente decrescente (Vargas, 1922a p.203).

Avançando para o ano de 1923 é no boletim que diz respeito aos meses de abril a junho que se encontra a informação mais importante que nos foi possível retirar da leitura desta rubrica, sendo no ponto do boletim que aborda a comissão executiva e nas várias sessões da mesma que se apresentou nitidamente a resposta às nossas questões.

Refere-se assim, na sessão de 19 de abril de 1923, "Foi concedido trinta dias de licença ao Bibliotecário Municipal, cidadão Joaquim António de Vargas[7], para se operar da vista e fazer o seu respectivo tratamento" estando claro pela uniformidade da sua escrita e presença de alguns maneirismos, pela interligação dos tópicos abordados, de que com esta informação o bibliotecário municipal entre os anos de 1920 e 1923 era Joaquim António de Vargas e que este em abril de 1923 terá tido problemas associados à sua visão (*Boletim do Municipio de Beja*, 1923 p.20).

Apropriadamente o último boletim presente nesta publicação, correspondente aos meses de outubro a dezembro de 1923, sintetiza bem o melhor que conseguimos entender da forma como este Joaquim António de Vargas pensava. Deste modo, a última rubrica dos *Apontamentos para a História de Beja coligidos pelo Bibliotecário Municipal* aborda a biblioteca de Beja, partindo dos tempos do Convento de Francisco e da primeira "livraria", passando pela forma como Frei Manuel do Cenáculo muito enriqueceu a posterior "livraria" dos jesuítas, embora, como aconteceu em muitos dos aspetos nos quais este impactou Beja, transportou para Évora grande parte dessa "livraria" com o seu assumir do cargo de arcebispo desta cidade.

Vargas aponta que, ao fecharem-se os conventos em Beja e consequentemente as respetivas "livrarias", em 1876 inaugura-se aquilo que passou a conhecer-se como a Biblioteca Municipal de Beja, instituição que, segundo o mesmo, despertou um enorme entusiamo na população. A realidade é que a Biblioteca Municipal de Beja passou por vários locais, não estando bem instalada na maioria destes, com várias problemáticas que Vargas apresenta ao detalhe, até chegar à inauguração que a biblioteca teve no ano corrente de sua escrita, 1923, no dia 5 de outubro. Perante esta inauguração e abertura ao público das novas instalações, à época, da Biblioteca Municipal de Beja, Joaquim António

[7] Em (*Boletim do Municipio de Beja*, 1920 p.91) havia já sido mencionado o "Sr. Vargas" na função de bibliotecário, porém, somente neste boletim de 1923 é referido o nome completo.

de Vargas abre as perspetivas pessoais de uma maneira que nunca havia feito nesta rubrica e de certa forma moldando uma singela introspeção na sua forma de pensar perante o panorama político e cultural da altura (Vargas, 1923d pp.55-57).

Joaquim António de Vargas então escreve "Aberta a Biblioteca, vantajoso é, que a sua ampla sala de leitura seja muito e assiduamente frequentada, pois estamos convencidos de que a leitura constante, metodica e escolhida, dissipa as trevas que obscurecem muitos cerebros, orienta na pratica do bem, ensina os direitos e os correlativos deveres de cada um, evita desmandos que prejudicam e até crimes que aviltam e degradam.", descrevendo a biblioteca como uma "luz" que dissipa as "trevas", que podemos interpretar como o desconhecimento por falta de interesse na leitura, que em muitos cérebros, a seu parecer, se instalava (Vargas, 1923d p.57).

"A geração nova precisa ler muito, nas obras que a orientam no caminho do dever, que lhe mostrem as vantagens do mutuo respeito e de acatar os poderes constituidos; obras que Ihe ensinam a combater ideias, com ideias e não com violencias, que a levem a ser disciplinada e ordeira, condições indispensaveis para o trabalho progressivo, sem o qual dificil será o resurgimento da Patria.", "(…) aprendam nos livros a fazer um Portugal maior, um Portugal sem odios nem vinganças, um Portugal em que caibam todos os portuguezes, quais. quer que sejam as suas ideias politicas ou religiosas.", sendo estas as ideias transmitidas por Joaquim António de Vargas na sua última produção escrita da qual temos conhecimento. Confirma-nos, assim, a visão gerada pelos seus reduzidos em número, porém impactantes contributos, dos quais temos conhecimento, de que esta individualidade claramente tinha um compromisso com a História de Beja e agia em prol do benefício da mesma (Vargas, 1923d p.57).

É, assim, curioso que a mesma entidade de "biblioteca" que há cerca de um século Joaquim António de Vargas viu como uma esperança para a "nova geração", tenha sido a mesma a permitir que fosse aberta a porta para conhecermos mais sobre a sua história, por reduzida que a informação disponível sobre o mesmo seja, foi a leitura a "luz" que impediu que a sua figura e contributo ficassem suspensos nas "trevas", na invisibilidade do desconhecimento, até que um estudo, por um acaso, se deparasse com o seu inventário, votado ao esquecimento na estante de um arquivo ou com a sua escrita, simplesmente inserida numa rubrica ocasional de um boletim antigo.

5.3 Arquivo Distrital de Beja e Processo de Casamento

De forma igual ao que foi por nós descrito anteriormente, paralelamente à investigação que desenvolvemos na Biblioteca Municipal de Beja, foi também acrescentada, para a inclusão neste estudo do maior número de informação possível de se obter, uma investigação no Arquivo Distrital de Beja. Grande parte desta foi alimentada por uma inconformidade que impregnou, em nós, de que teriam que ainda existir registos relativos a uma personalidade que desempenhou os cargos de conservador e bibliotecário no Museu Arqueológico Municipal de Beja, assim como, de bibliotecário municipal.

Sabendo que nem o Museu Rainha Dona Leonor, nem a Biblioteca Municipal de Beja e nem mesmo o Arquivo da Câmara Municipal de Beja, teriam esses registos, sobrou-nos um mergulhar nas ferramentas de pesquisa do Arquivo Distrital de Beja. Assim, verificámos que a plataforma *online* do Arquivo Distrital de Beja está profundamente desatualizada e à beira de inutilizável, visto que, a aplicação de todas as palavras-chave que foram por nós determinadas para esta investigação não geraram resultados, mesmo sabendo por etapas posteriores que esses resultados, de facto, existiam.

Deste modo, recorremos ao Portal Português de Arquivos, uma vez que à data dessa nossa investigação, esta plataforma incluía na sua ferramenta de pesquisa os registos presentes no Arquivo Distrital de Beja (posteriormente sendo estes apenas acessíveis por pesquisa na *Digitarq*[8]). Utilizando a ferramenta de pesquisa do Portal Português de Arquivos, que se apresentou eficaz, surgiu uma série de resultados para indivíduos nomeados "Joaquim António de Vargas" ou variantes do nome como "Joaquim António Vargas" ou simplesmente "Joaquim Vargas" e pela multiplicidade de resultados tivemos de aplicar um conjunto de critérios para filtrar os mesmos.

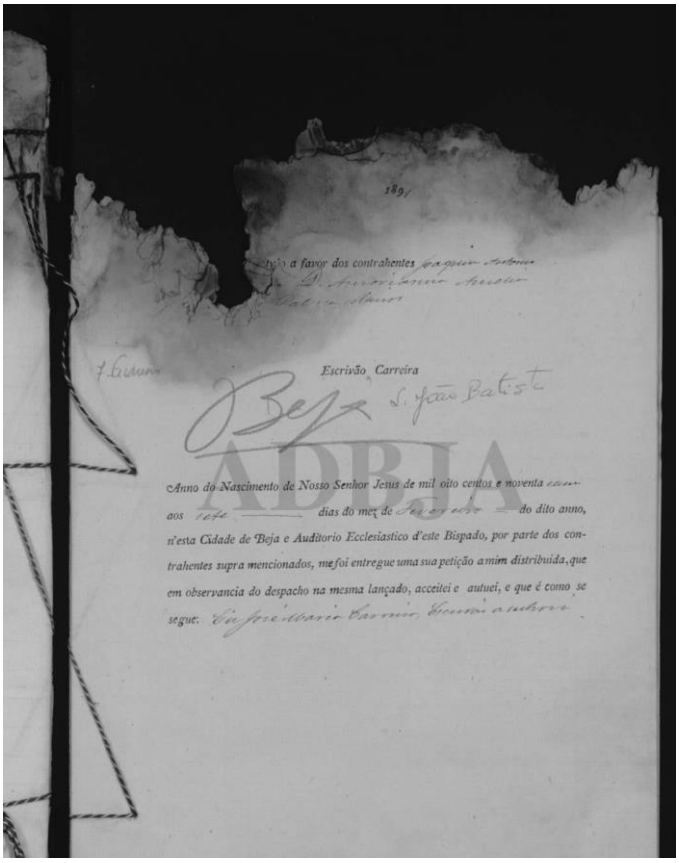
Dentre os diversos resultados, sendo a grande maioria processos de casamento de indivíduos com nomes equivalentes às variantes que procurávamos, mas que se haveriam casado nas décadas de 40 ou 50 do século XX, ou indivíduos compatíveis cronologicamente com aquele que procurávamos, mas com variantes do nome não condizentes com nenhuma das que anteriormente verificámos. Somente um destes resultados encaixou em todos os parâmetros que tínhamos em cima da mesa para selecionar os registos que iriamos investigar para o nosso estudo, sendo este um processo de casamento intitulado *Processo de casamento de Joaquim António Vargas e D. Mariana*

[8] Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/

Amélia de Brito Palma, datado de 1891 e com o código de referência "PT/ADBJA/DIO/CEBJA/003/0158/00012".

Elaboramos aqui, então, a forte ressalva de que ao incluirmos este processo neste tópico do nosso estudo, não significa que estamos a afirmar que o Joaquim António de Vargas presente neste se trata do mesmo que desempenhou as funções de bibliotecário e conservador do Museu Arqueológico Municipal de Beja na década de 90 do século XIX e de bibliotecário municipal na década de 20 do século XX, uma vez que, dentro do próprio documento, como vamos verificar posteriormente, não foi identificada nenhuma prova concreta de que se trataria do mesmo individuo.

Pesquisas pela nubente deste processo também não geraram qualquer tipo de resultado, pelo que fortemente teorizamos, no entanto, que se trataria do mesmo individuo baseado na cronologia do casamento ser compatível com a de alguém, que jovem, assumiu um cargo numa instituição como o Museu Arqueológico Municipal de Beja para sustentar esse dito casamento e que continuou a desempenhar semelhantes funções no decorrer da sua vida profissional. Por outras nuances nos parecerem compatíveis, como é o caso do processo estar fortemente danificado por queimaduras, o que pode ligar à informação que nos foi passada no Arquivo da Câmara Municipal de Beja de que na possibilidade de um registo ainda existir, certamente estar profundamente danificado pelo incendio que se deu na Câmara Municipal de Beja.


1891

Escrivão Carreira

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus de mil oito centos e noventa e um aos dias do mez de do dito anno, n'esta Cidade de Beja e Auditorio Ecclesiastico d'este Bispado, por parte dos contrahentes supra mencionados, me foi entregue uma sua petição a mim distribuida, que em observancia do despacho na mesma lançado, acceitei e autuei, e que é como se segue:

Figura 4: Folha de rosto do processo de casamento
Fonte: PT/ADBJA/DIO/CEBJA/003/0158/00012, ADB, 1891

Tentámos colocar em teste esta teoria de múltiplas formas, chegando mesmo a recorrer a instituições como o Registo de Beja, que se demonstrou colaborativo com o nosso estudo, contudo, as ferramentas de pesquisa da instituição não permitiam identificar possíveis descendentes que pudéssemos

entrevistar para este estudo, nem tinha digitalizado no sistema registos de pessoas inseridas em cronologias anteriores à década de 60 do século XX, tal como, instituições como as Finanças que por questões de confidencialidade não puderam dispor informações na eventualidade da existência das mesmas.

Tudo isto leva a que o *Processo de casamento de Joaquim António Vargas e D. Mariana Amélia de Brito Palma* surja no nosso estudo como uma possibilidade e não como uma certeza, mas que informação se pode obter deste processo? A realidade é que a informação que nos foi possível obter da leitura da certidão foi, essencialmente, a mesma que estava no site do Portal Português de Arquivos e posteriormente no site da *Digitarq*, tendo a nossa dedicação resultado em poucos mais frutos do que a de quem terá acedido à mesma para dispor e organizar estes sites, contudo, conseguimos obter mais algumas informações.

Deste modo, o processo de casamento encontra-se datado do dia 7 de fevereiro do ano de 1891, identificando-se que ocorreu em Beja, mais concretamente no auditório do bispado da cidade. O nubente, de nome Joaquim António de Vargas, destacando o "de" no seu nome que o irá distinguir de seu pai no decorrer do documento, seria natural e morador da freguesia de São João Batista na cidade de Beja, enquanto a nubente era D. Mariana Amélia de Brito Palma, natural e moradora da freguesia de Santa Maria da Feira da cidade de Beja. Os pais dos nubentes seriam então Joaquim António Vargas e Ana do Carmo Botelho para o nubente e Francisco Mateus Palma Júnior e D. Mariana de Brito Godins para a nubente.

Além destas informações, foi-nos possível reter ainda que os nubentes solicitaram dispensa de três denunciações solicitadas pelo concilio tridentino, com vista a poderem abreviar a cerimónia do Sacramento do Matrimónio, tendo o Reverendo Parocho respetivo considerado que não haveria impedimento algum, pelo que na data de 7 de fevereiro de 1891 os dispensou dessas três denunciações. Também que os nubentes pagaram o imposto do selo, num preço de 4800 réis.

Apesar da nossa intenção de apresentar neste ponto do nosso estudo uma maior profundidade de informações que fossem provenientes deste processo de casamento, todo o maço onde o mesmo se encontra está bastante danificado, como anteriormente mencionámos, por aquilo que nos parecem os efeitos de um incendio na instituição onde anteriormente estes registos estavam arquivados. Podendo ser o incêndio que se deu na Câmara Municipal de Beja, aquilo que temos certo é que dentro deste maço, como podemos ver na Figura.4, as folhas deste processo são algumas das mais danificadas, não permitindo leitura de todo ou permitindo uma leitura apenas parcial, com perdas de informação cruciais ou mesmo tendo a caligrafia impercetível.

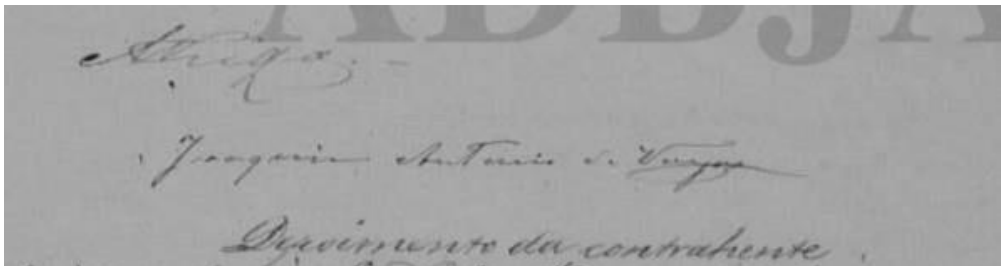


Figura 5: Assinatura [Ampliada] do nubente
Fonte: PT/ADBJA/DIO/CEBJA/003/0158/00012, ADB, 1891

Decerto, estes fatores não são favorecidos pela antiga digitalização à qual tivemos acesso, pelo que para solicitarmos um acesso presencial ao documento deslocámo-nos ao Arquivo Distrital de Beja, aqui foi-nos negado o acesso a este documento no seu formato original, deixando que só tivéssemos a cópia disponível no site da *Digitarq* para trabalhar. Solicitando a ajuda de funcionários do museu, familiarizados com a leitura deste tipo de caligrafias, a interpretação deste processo feita por estes foi essencialmente a mesma que a nossa.

Não sendo possível finalizar este tópico com o cimentar da cronologia, na qual, Joaquim António de Vargas terá nascido na freguesia de São João Batista da cidade de Beja, casando-se no ano de 1891 com D. Mariana Amélia de Brito Palma, tendo assumido no ano de 1892 o cargo de conservador e bibliotecário do Museu Arqueológico Municipal de Beja, onde veio a elaborar um inventário manuscrito em 1898, cargo este que, pela informação obtida pelo epistolário de José Leite de Vasconcelos, desempenhou até c. de 1918 e tendo desempenhado, mesmo que não continuamente, as funções de bibliotecário municipal em 1892 e de 1920 a 1923 cargo pelo qual assinou os *Apontamentos para a História de Beja coligidos pelo Bibliotecário Municipal* no *Boletim do Município de Beja*. Consideramos a mesma como uma teoria válida de ser tida em consideração, sustentada também pela semelhança entre a assinatura do nubente (Figura.5) e as assinaturas de

Vargas verificadas no epistolário de José Leite de Vasconcelos (Figura.3), no entanto com as devidas ressalvas consequentes da incapacidade de ser confirmada, até que futuros estudos a provem verdadeira ou falsa.

A realidade é que existem diversas lacunas, mesmo entre as certezas que temos no que diz respeito a Joaquim António de Vargas, lacunas estas que nos impedem de montar o "puzzle" maior que foi a vida e trajetória desta figura da História da Arqueologia em Beja, demonstrando que na História de uma disciplina, vão sempre existir figuras que ficam para trás, perdidas no seu tempo.

Esperamos, numa nota de sinceridade, que este estudo fique ultrapassado com o tempo e que mais informações que permitam constituir uma biografia de Joaquim António de Vargas emerjam, contudo consideramos as informações que conseguimos identificar e expor neste ponto do nosso trabalho o nosso contributo para isto, para um objetivo maior, no qual esta figura poderá ser reabilitada e assumir o seu lugar na História da Arqueologia e Museologia em Beja, seja este um lugar de importância como julgamos que seja ou um simples agente secundário que teve alguns breves momentos de maior relevância.

6. O Inventário de 1898, entre a construção original e a descrição atual

Submetendo, neste ponto do nosso estudo, o Inventário de 1898 a uma análise sob a luz da atualidade, mas mantendo o contexto no qual o mesmo foi elaborado, é do nosso interesse descrever de maneira minuciosa o mesmo. Iremos desde o estado de conservação deste documento na atualidade, garantido pela ação do Museu Rainha Dona Leonor, à estrutura que este segue, complementando com pequenas peculiaridades que podem ter passado desapercebidas ou serem posteriores às descrições que terceiros fizeram deste Inventário e que temos conhecimento, como por exemplo as breves, porém múltiplas, descrições que Abel Viana faz ao mesmo. Procuramos, assim, deste modo, apresentar uma descrição que permita ao leitor entender as nuances do Inventário de Vargas, sejam estas positivas ou negativas, indo além daquelas que a bibliografia brevemente perpetuou.

6.1 O estado atual de conservação do Inventário de 1898

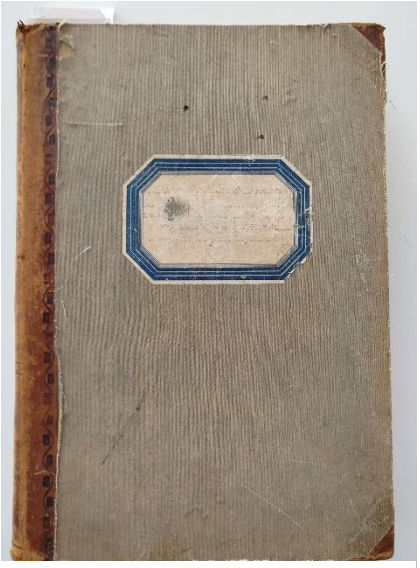


Figura. 6: Capa do Inventário de 1898
Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025

Figura. 7: Lombada do Inventário de 1898
Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025

Figura. 8: Contracapa do Inventário de 1898
Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025

O Inventário, à data deste estudo, ou seja, entre o final de 2024 e a maior parte de 2025, encontra-se devidamente armazenado no arquivo e escritório do Museu Rainha Dona Leonor, de momento situado no edifício N.º 6 da Rua Conde da Boavista em Beja. Contudo, consegue perceber-se que nem sempre foi o caso. Com efeito, verificou-se que, durante várias décadas, este arquivo e escritório permaneceram no espaço principal do Museu Rainha Dona Leonor, antigo Real Mosteiro da Nossa Senhora da Conceição como já foi possível verificar no quarto capítulo deste estudo, tendo sido mudado de sítio de forma a permitir as obras que estão a decorrer à data deste estudo nesse edifício principal.

Segundo a informação que foi possível obter através de funcionários do MRDL, o documento encontrava-se preservado no edifício principal, num armário de madeira onde se preservou de maneira surpreendente, não lhe tendo sido aplicado qualquer cuidado adicional e encontrando-se em bom estado de preservação. Traduz-se este bom estado de conservação no facto das suas folhas estarem praticamente intactas, levemente mais amareladas do que seriam originalmente, pela utilização do Inventário e pela inevitável passagem do tempo, contudo, apresentando todas as informações, sem perdas, tal como Joaquim António de Vargas as escreveu há cerca de 127 anos.

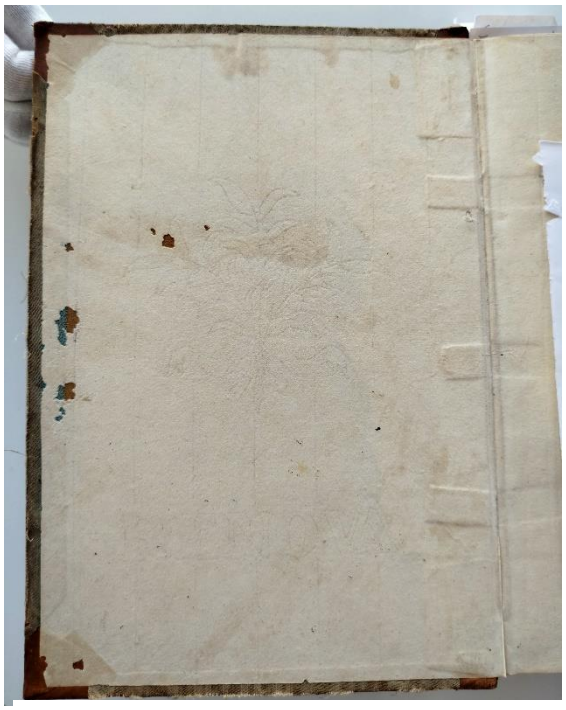


Figura 9: Relevo nas folhas do Inventário
Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025

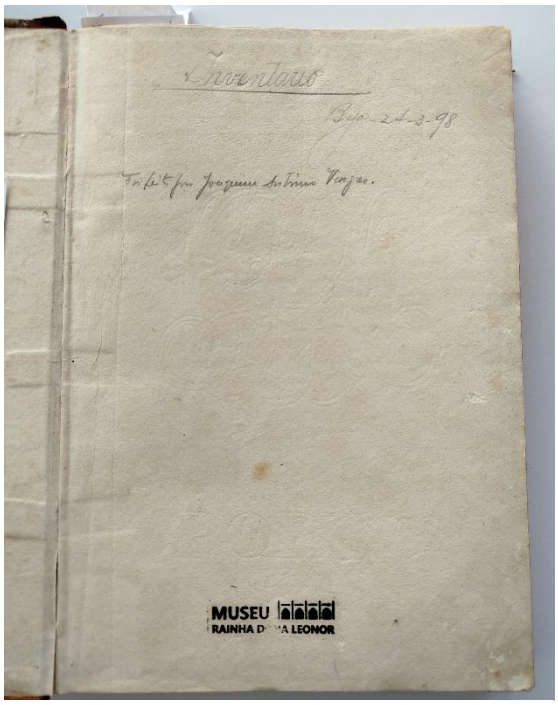


Figura 10: Folha de rosto do Inventário
Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025

Consideramos adequado e necessário, neste ponto, referir que a análise que apresentamos neste tópico do nosso estudo se trata de uma análise superficial, e não uma análise especializada. Não possuímos os conhecimentos que um conservador-restaurador possui aplicados a classificar a conservação de um documento, pelo que, na nossa visão uma análise circunstanciada por parte de um especialista desse tipo seria uma realidade muito bem-vinda para o Inventário de 1898, com vista a entender o estado de conservação de seus materiais. Dito isto, acreditamos que a análise neste estudo apresentada é imprescindível para um entendimento do contexto do Inventário de Vargas na atualidade.

Partindo para o contacto direto com o "Inventário Antigo", como se apresenta escrito na pasta onde correntemente se encontra guardado o documento, pasta esta sem peculiaridades, apenas utilizada pelo arquivo do MRDL para o preservar melhor. Recorrendo à devida utilização de luvas de algodão, com vista a impedir uma degradação acrescida resultante do contacto direto com as nossas mãos, é logo percetível que se trata de um caderno do século XIX com uma capa dura feita em couro, num material que poderíamos até considerar que fosse carneiro sendo revestida por um tecido. A lombada surge descoberta com o que aparentam ser decorações feitas com um ferro quente a ilustrar a mesma, como podemos ver na Figura.6.

Os materiais encontram-se pouco danificados, como atestam as Figuras. 7 e 8, maioritariamente apresentando algumas manchas de tinta no tecido, uma natural

degradação desse dito tecido e um descolar deste em certos pontos, sendo uma ligeira porção do material da lombada em falta na borda inferior da mesma a maior degradação que ocorre no material propriamente dito.

Porém, ao contrário do que se verifica com os materiais originais do caderno, muito bem conservados, o autocolante posteriormente escrito por Joaquim António de Vargas que vigora na capa do Inventário, apresenta-se substancialmente danificado, impedindo assim, uma adequada leitura do mesmo. Tendo a tinta da caneta utilizada sido esbatida pelo tempo neste material do qual é feito o autocolante e partes do mesmo verificando-se em falta, fazendo com que atualmente não seja possível uma leitura daquilo que este autocolante teria escrito, sendo esta informação, que já verificámos no ponto anterior do nosso estudo, somente obtida através de uma transcrição de Abel Viana (Viana, 1944e p.352).

Na face interior da capa, na qual se verifica já uma folha de papel colada, como podemos verificar na Figura.9, é nítido pelo relevo de referida folha que algumas páginas deste Inventário apresentam cornucópias e a palavra "RENOVA" em relevo, enquanto noutras folhas surge a palavra "PORTO", indicando assim qual seria o fabricante do papel e a localização onde o mesmo foi fabricado. Na sua primeira folha propriamente dita, sendo esta uma folha de rosto para o documento (Figura.10), encontram-se os escritos "Inventário", "Beja – 24-3-98" e "foi feito por Joaquim António Vargas" a lápis, sendo estas informações referentes à tipologia do documento, local e data de elaboração do mesmo e respetivo autor.

6.2 A estrutura e detalhes do Inventário de 1898

Em seguida a esta primeira folha de rosto, a numeração é logo iniciada, assim como a divisão que se verificará no decorrer de todo o Inventário é apresentada, estando este documento capitulado por salas e subcapitulado por tipologias de materiais, vitrines, panóplias, mostradores, bengaleiros, cantos, entre outros elementos que se verificam nestas salas e Vargas considera adequados indicadores de uma parcela de objetos consoante o que será verificável no decorrer desta descrição, sendo a primeira destas salas a "Sala A. Dória", nomeada em homenagem a Adolpho de Almeida Dória, um dos presidentes da Câmara Municipal de Beja.

Apesar desta organização, na nossa ótica, não apresentar um verdadeiro critério, sendo simplesmente referenciados elementos que Joaquim António de Vargas considera

oportunos para alguém que esteja familiarizado com a disposição do Museu Arqueológico Municipal de Beja, à época, consiga saber onde se encontram os objetos que pretende evocar. Consideramos tratar-se de uma organização que aos olhos da atualidade fornece uma visão particularmente clara da disposição que as salas do museu apresentavam em 1898, abrindo assim as portas para uma imagem mental muito curiosa que certamente alimenta a imaginação daqueles que trabalhem este Inventário nos dias de hoje.

Tal como a organização do Inventário, os parâmetros abordados em cada um destes subcapítulos também não seguem um modelo uniforme, ou uma regra, por muito que em alguns dos subcapítulos os critérios utilizados sejam partilhados. A realidade é que Vargas, no decorrer do Inventário adapta os parâmetros que utiliza aos diferentes aspetos que considera importante abordar consoante o espólio que está a catalogar, tendo sido outro dos aspetos que contribui para um relativo acentuado envelhecimento deste documento de um ponto de vista metodológico, mas que auxilia ao nosso entendimento de como a elaboração deste tipo de documento era completamente diferente no século XIX, estando as regras e metodologias praticamente dependentes daquilo que o autor considerava adequado aplicar a determinada porção do espólio.

O Inventário adentra-se na coleção do Museu Arqueológico Municipal de Beja, à data de 1898, como havíamos brevemente aludido no início deste subtópico, pela Sala A. Dória do museu, que entre as diversas abordadas apresenta uma maior extensão em conteúdos e consequentemente em subcapítulos, estando dividida em 14. Dizem então respeito essas divisões aos "Pesos e Medidas", à "Etagére, etc.", a quatro panóplias, sendo estas as "Panóplia n.º1", "Panóplia n.º2 e n.º3" e "Panóplia n.º4". Vargas dedica um subcapítulo a um "Canto (Junto à vitrine A)", assim como, à própria "Vitrine A e seu coroamento" e a outras vitrines desta sala como a "Vitrine B e seu coroamento", "Vitrine juncto à porta e coroamento" e "Vitrine D e coroamento", quebrando esta sequência de vitrines para abordar o "Mostrador B" e retomando com a "Vitrine E", fechando assim esta sala com a

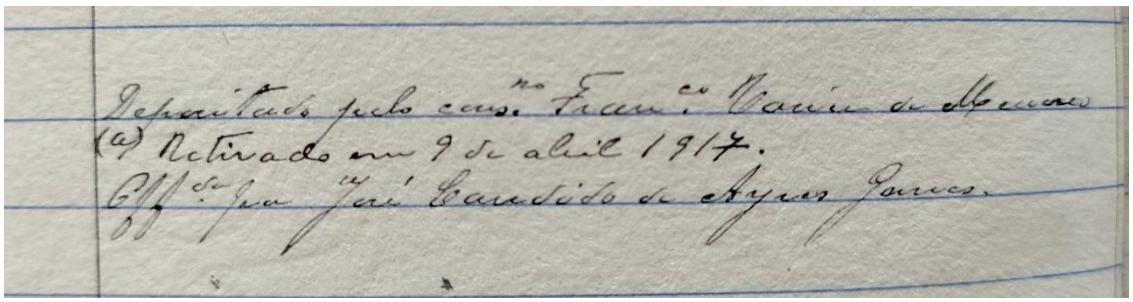

Depositado pelo cons.ro Fran.co Xavier de Menezes
(a) Retirado em 9 de abril 1917.
Off.da por José Candido de Ayres Gomes.

Figura 11: Acrescentos posteriores feitos no Inventário por JAV
Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025

“Montra juncta à janella” e um “Bengalleiro sobre a montra juncta à janella / Parede da Janella – Armas que estão sobre a porta”.

No decorrer desta Sala A. Dória, os parâmetro abordados são praticamente os mesmos em todos estes subcapítulos, sendo o “n.º dos objetos”, a “Nomenclatura” destes, o “Lugar em que se encontram” e finalmente “Por quem foram depositadas ou oferecidas”, estando devidamente preenchidos sempre que Joaquim António Vargas possui informação para tal. Isto nem sempre se verifica e quando acontece Vargas opta por descrições bastante simples e diretas ao ponto que naturalmente podem sentir-se vagas no decorrer de estudos mais aprofundados que tenham de recorrer a este Inventário para a obtenção de informações sobre as peças. No primeiro subcapítulo, contudo, os parâmetros que Joaquim António de Vargas decide abordar são ligeiramente diferentes, sendo estes o “n.º do padrão”, a “Nomenclatura”, “De que é feito” o “Emprego” para o qual estes serviriam, “Data da aferição”, o “Privativo de concelho ou de estabelecimento piso 0” e “Notas” relativas a estes objetos que este preencheria quando considera oportuno.

No realizar da análise da Sala A. Dória, foi contudo, possível perceber que existem anotações posteriores no Inventário, pela caligrafia destas notas e pelas mesmas terem sido feitas com uma caneta similar à que Vargas utilizou para elaborar os conteúdos do Inventário, foi preciso um cuidado acrescido para as identificar, no entanto em múltiplas instâncias elas acontecem, como por exemplo na página 30, inserida na “Sala A. Dória – Etagére, etc.”, o objeto n.º7 apresenta uma nota adicional com a seguinte descrição “(a) retirado em 9 de abril de 1917” (Figura.11).

Não nos deixa dúvidas o facto de que estas anotações posteriores foram elaboradas por Joaquim António de Vargas, uma vez que, comparando a caligrafia presente nestas notas com a original do Inventário, verifica-se que as mesmas são coincidentes, apresentando somente algumas alterações naturais às modificações que uma caligrafia apresenta com o passar dos anos. Isto é sustentado também quando comparamos com a caligrafia de correspondência entre Joaquim de Vargas e José Leite de Vasconcelos, da mesma década dessas anotações posteriores, presente no epistolário de Leite de Vasconcelos, os números do 22356 ao 22359 já apresentam uma caligrafia condizente com a das notas posteriores no Inventário de 1898.

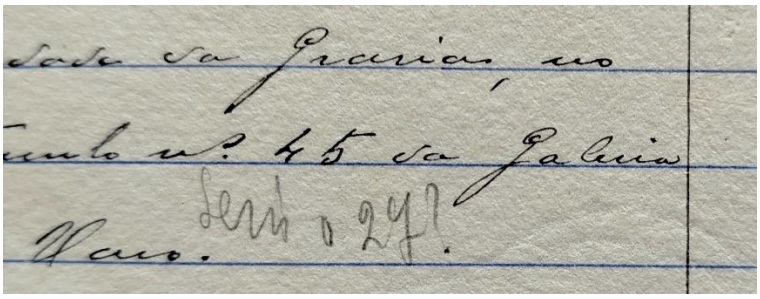


Figura 12: Notas a lápis no Inventário
Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025

Já na página 59, observamos outro tipo de notas adjacentes, diferentes das anteriormente descritas, mas igualmente ocorrentes em todo o Inventário, sendo estas anotações a lápis (Figura.12), de extensão muito reduzida e ao que tudo aparenta foram adicionadas apenas para entendimento de quem as adicionou. A caligrafia novamente corresponde com a de Joaquim Vargas, apresentando um estilo relativamente descuidado, o que utilizamos para sustentar a ideia de estas eram guias para seu próprio entendimento, estilo este que se verifica mais em linha com as adaptações que a sua caligrafia desenvolveu com o passar dos anos e que estava presente nas notas que adicionou ao documento na década de dez do século XX, pelo que nos é tentador datar estas do mesmo período cronológico.

Neste ponto, é inevitável abordarmos o facto de que a caligrafia de Joaquim António de Vargas é dos maiores obstáculos de entendimento deste documento, sendo diretamente uma consequência da elaboração de um inventário manuscrito e algo que inevitavelmente limitou muito o documento logo nas décadas posteriores à sua realização. A caligrafia de Vargas é de tamanho muito reduzido e facilmente mistura caracteres entre si, tornando a leitura confusa, sendo logo esta problemática assinalada por aqueles que tiveram um contacto direto com este documento, não sendo a nossa análise uma exceção a esta regra. Se autores como Abel Viana, cronologicamente mais próximos de Joaquim António Vargas e naturalmente mais experientes na leitura de documentos do século XIX tiveram uma profunda dificuldade com o Inventário de 1898, ao olhar do século XXI a leitura do mesmo torna-se um autêntico "jogo de dedução" reservado somente aos mais experientes neste domínio (Viana, 1944e p.352).

A realidade é que a caligrafia de Joaquim de Vargas podia assumir diversos registos, como a análise da mesma no contexto dos espécies epistolares presentes no Museu Nacional de Arqueologia pode denotar. Utilizando assim o número 22357 (Figura.2) do epistolário de José Leite de Vasconcelos, a caligrafia de Vargas neste postal, assume um

registo que em momento algum no Inventário ou noutras correspondências se verifica, porém com determinados detalhes coincidentes com o registo mais comum de sua caligrafia, demonstrando assim que existe uma certa fluidez nesta.

As divisões das peças presentes em cada sala, não se dão consoante apenas aquelas que estão presentes no índice do Inventário, por exemplo, ainda no subcapítulo da Sala A. Dória dedicado aos "Etagére, etc.", algumas divisões feitas não surgem no índice do Inventário por não serem muito significativas no contexto geral, contudo são importantes para percebermos a forma como Vargas montou este Inventário e para contribuir com a ideia de, como a forma que este Inventário está estruturado ajuda na compreensão da disposição do Museu Arqueológico Municipal de Beja em 1898.

Desta forma, na página 51 do Inventário vemos os escritos "1º compartimento", enquanto na página 63 surge o "5º compartimento", último com esta numeração, apontando para o facto, de que dentre os materiais desta tipologia na Sala A. Dória, parte destes estava dividida por cinco compartimentos que se encontravam nesta sala. Notamos que estas divisões, além das que se apresentam no índice, surgem mais vezes no decorrer do Inventário.

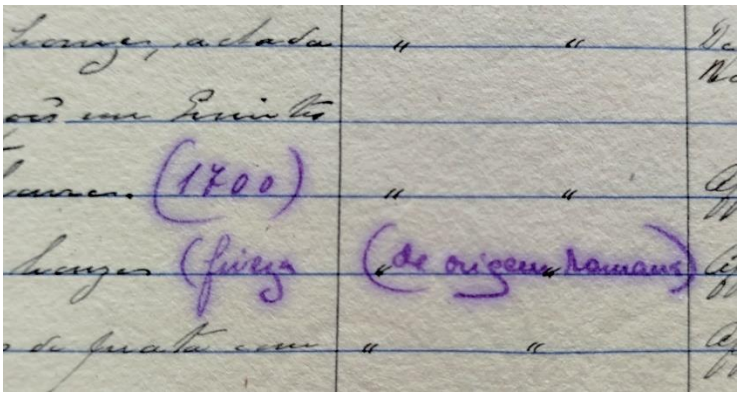


Figura 13: Notas feitas no Inventário com caneta azul e caligrafia não identificada
Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025

Ainda no domínio da Sala A. Dória do Museu Arqueológico Municipal de Beja, no subcapítulo que aborda o "Mostrador B" verifica-se um dos acontecimentos mais curiosos deste Inventário na sua disposição atual, uma série de anotações (Figura.13) que ocorrem no próprio Inventário, claramente feitas posteriormente a 1898 e utilizando uma caneta pouco adequada para tal, revelando uma certa falta de cuidado por quem elaborou estas anotações, visto que a caneta apresenta uma cor distinta, sendo um azul muito carregado que na maioria das instâncias deixa passar tinta para o verso das folhas onde se apresenta.

Acreditamos que se trata de uma caligrafia muito mais próxima daquilo que se verifica em indivíduos que tiveram a sua ação no século XX, sendo completamente diferente da caligrafia de Joaquim António de Vargas, ao contrário dos outros acréscimos que verificámos, e completamente diferente da caligrafia de Abel Viana, que como iremos verificar, também deixou a sua marca neste Inventário, contudo através de uma folha que introduziu neste documento, não inserindo os seus escritos diretamente no mesmo.

Estes acréscimos adicionam apenas informações sobre algumas peças, porém tornam claro que além de Joaquim António de Vargas e Abel Viana que apresentam as suas caligrafias direta ou indiretamente neste documento, existiu um terceiro agente a contribuir para as informações dispostas no mesmo. Este teria de desempenhar uma função que lhe atribuiria o direito de alterar este documento diretamente e apesar dos nossos esforços ao lado de alguns dos funcionários do MRDL, não foi possível identificar a quem pertenceria esta caligrafia, visto que, a mesma não correspondia com a de nenhum dos possíveis candidatos dentre os que havia exemplares de sua caligrafia, nomeadamente diretores e conservadores posteriores que pudessem ter a liberdade para alterar diretamente o Inventário que Vargas elaborou.

Consideramos válido, antes de mudarmos de sala, apontarmos que a numeração das peças neste Inventário não é contínua, reiniciando o número de catálogo das peças a cada subcapítulo, sendo outro ponto negativo, uma vez que, múltiplas peças da coleção do Museu Arqueológico Municipal de Beja partilham assim a mesma numeração no Inventário, levando a quando seja necessário citar este documento no estudo de determinada peça, seja também indispensável a citação da página onde a mesma se encontra catalogada, fazendo com que a numeração da mesma, só assim, faça sentido e a peça possa ser localizada neste documento.

Na página 101 do Inventário dá-se por terminado o catálogo da Sala A. Dória, ocorrendo assim a primeira mudança de sala neste, entrando então naquela que se designa como "Sala Gomes Palma", nomeada em homenagem a Manuel Gomes Palma, agente chave para a história do Museu Arqueológico Municipal de Beja ao qual já aludimos no quarto capítulo deste estudo. Nesta nova sala o número de subcapítulos, como já tínhamos aludido, é significativamente mais reduzido, sendo um total de 8, dentre estes o "Grupo C'" cuja a nossa leitura do título pode não estar correta pois o subcapítulo seguinte é o "Grupo C" cujo a letra "C" surge escrita de forma muito diferente, contudo esta leitura parece-nos a mais aproximada da realidade e foi verificada ao lado de alguns dos

funcionários do MRDL como a mais consensual que conseguimos estabelecer, pelo que será a por nós utilizada. Não seguindo o Inventário uma ordem alfabética dos grupos em seguida surge o "Symbolos Grupo E", a "Cerâmica", as "Lanças", os "Moisaicos e cimentos", os "Azulejos" e por fim somente aqui surge o grupo D com o título "Capiteis e Mísulas – Grupo D".

No decorrer de toda a Sala Gomes Palma, os parâmetros selecionados por Vargas para abordar as peças desta sala são constantes por todos os subcapítulos da mesma, sendo estes então o "n.º dos objetos", "Descrição dos objetos" e "Nomes dos offerentes ou depositários". Nesta sala as particularidades que verificámos na Sala A. Dória verificam-se ainda, as descrições vagas, uma simplicidade de informação muito acentuada e algumas notas posteriores de Vargas feitas a caneta e outras a lápis. Contudo, não se voltam a verificar as notas escritas a azul até à página 297 do Inventário.

Há que chamar a atenção para o subcapítulo da "Cerâmica", pois como já foi, no decorrer deste estudo, evocado, em 1894 José Umbelino Palma elaborou um catálogo impresso das Cerâmicas presentes na Sala Gomes Palma do Museu Arqueológico Municipal de Beja, com o título *Museu Archeologico – Catalogo da Sala Gomes Palma – Ceramica*. A realidade é que, no que diz respeito a estas cerâmicas, o Inventário de 1898, como vamos verificar mais aprofundadamente no próximo ponto do nosso estudo, surge como uma atualização do catálogo de Umbelino Palma, contudo sem querer desmerecer ou "inutilizar" como Joaquim Vargas coloca, o catálogo feito em 1894 (Viana, 1957 p.12).

Para que essa inutilização não ocorra, mantem-se a numeração estabelecida por José Umbelino Palma no catálogo e são aqui por Vargas feitas algumas retificações, sendo tudo isto disposto logo num nota na folha rosto deste subcapítulo que diz "Não querendo inutilizar o catálogo impresso, nesta secção segui a numeração do mesmo, fazendo já na sua as devidas retificações." (Vargas 1898, p.157).

Por muito que, factualmente, o Inventário de 1898 tenha retificado muitos pontos do catálogo de Umbelino Palma, não podemos afirmar que neste quesito tenha tido um impacto comparável, uma vez que, o catálogo de 1894, por se tratar de uma publicação, foi alvo de muitos mais trabalhos posteriores e é tido com uma maior consideração. Isto pode ser confirmado, novamente evocando a obra de Abel Viana (1962), na qual o catálogo de Umbelino Palma surge listado na bibliografia desta obra relativamente ao

assunto “Museus; Catálogos”, enquanto o Inventário de Vargas não surge mencionado nesta obra em nenhum ponto, mesmo que fosse uma simples referencia ao facto de as peças que se verificam presentes no catálogo de 1894 se apresentam no Inventário com as devidas retificações.

Mencionando Abel Viana, é na sala seguinte do Inventário de Joaquim António de Vargas que esta figura se torna particularmente relevante neste ponto do nosso estudo. Não sendo por alguma acentuada mudança na estrutura, uma vez que a reduzida “Galeria Félix Caetano”, nomeada em homenagem a Félix Caetano da Silva ao qual já aludimos no terceiro capítulo deste estudo, surge somente dividida em dois subcapítulos, um autointitulado e outro de nome “Vitrine (A)”, e aparentam ambos novamente os parâmetros “n.º dos objetos”; “Descrição dos objetos” e “Nomes dos offerentes ou depositários”. Porém é no segundo destes subcapítulos que algo nos saltou à vista.

Como mencionámos anteriormente, numa fase inicial da nossa pesquisa foi-nos transmitido pelo MRDL que Abel Viana teria feito extensos trabalhos voltados para este Inventário, ideia que pode ter sido alimentada por um bom número de aparições que este documento fez em algumas das suas publicações na revista *Arquivo de Beja*, pelo que um dos primeiros passos que demos, de forma a, obter mais informações sobre o documento e o seu autor, foi um mergulhar na leitura de caixas de apontamentos de Abel Viana organizadas sem critério algum.

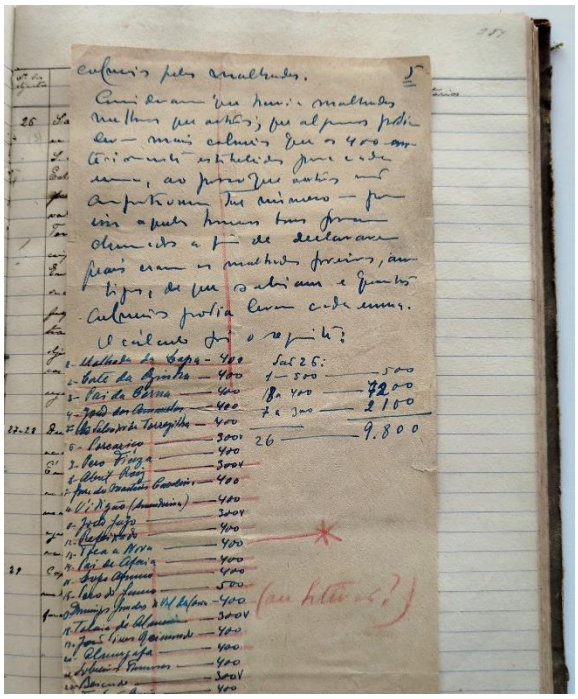


Figura 14: Folha com apontamentos de AV inserida no Inventário

Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025

Apesar desta nossa investigação nessas caixas ter sido extensa e não ter dado frutos, ficámos muito familiarizados com a caligrafia de Abel Viana e após no decorrer de todo o Inventário nos termos deparado com folhas de um papel especifico, todas pertencentes ao mesmo bloco ao que tudo aparentava e que por terem manchado o papel original do Inventário com a sua coloração mais escura, verificámos que estas terão sido colocadas num momento antes de o Inventário de 1898 ter estado múltiplas décadas sem ser trabalhado.

A informação que o MRDL nos passou foi que, além de breves notas feitas por Maria de Jesus Monge, à data Técnica Superior do MRDL e atualmente diretora do Museu Nacional de Arte Antiga, neste documento, o mesmo não era trabalhado desde aquando Abel Viana o havia utilizado. Essa ideia parece-nos segura pois verificámos outra folha de coloração mais escura no interior do Inventário, desta vez apresentando-se escriturada com uma caligrafia que como podemos ver (Figura. 14), se trata inegavelmente da escrita de Abel Viana, apesentando também recortes de uma separata de autoria do mesmo no seu verso.

Por muito que estes apontamentos manuscritos de Viana não estejam de todo relacionados com o Inventário de 1898, nem a separata que se encontra no verso, por esta folha ter deixado marca no papel original abre-se, na nossa conceção, a possibilidade de que a mesma foi colocada por Viana no Inventário como marcação de algo no decorrer de seus trabalhos no mesmo, porém ficou aqui esquecida. Mais sentido nos faz esta ideia pela parte manuscrita da folha apresentar o número "5", indicando que a mesma fazia parte de uma sequência de apontamentos, daí não termos o contexto desta, de forma

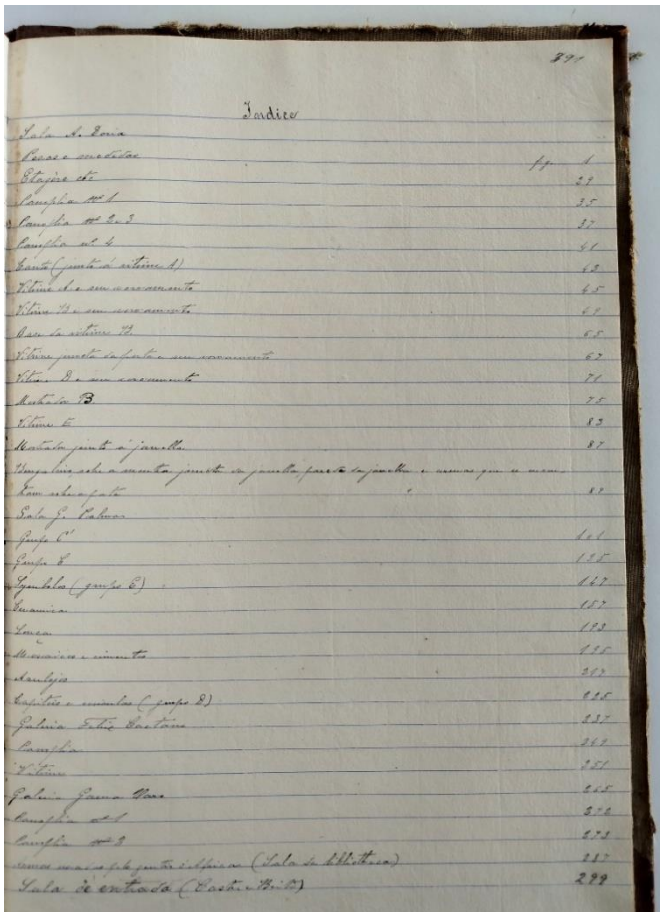


Figura 15: Índice do Inventário de 1898
Fotografia do autor, Arquivo do MRDL, 2025

similar a muitas outras folhas que se verificam nas caixas de apontamentos de Abel Viana, sendo uma constante na sua forma de trabalhar.

Passando, então, para as últimas salas que se verificam na estrutura do Inventário, que cremos fazer a cobertura de todas as salas do Museu Arqueológico Municipal de Beja à data de 1898, iremos abordar ambas em conjunto, uma vez que, não apresentam subcapítulos como as anteriores apresentavam e partilham os parâmetros abordados das peças cujo fazem catalogação, sendo assim estes parâmetros o "n.º dos objetos"; a "Descrição dos objetos" e o "Nomes dos offerentes ou depositários", que desde as variantes que se apresentaram na Sala A. Dória nestes parâmetros, parece ter sido o modelo mais vezes considerado adequado por Joaquim António Vargas no decorrer da elaboração deste Inventário.

Sendo assim, estas últimas duas salas abordadas por Vargas no seu Inventário são, a "Galeria Gama Xaro", nomeada em homenagem ao clérigo e professor natural de Beja, Manuel da Gama Xaro, e a "Sala d'Entrada", ambas que não evocam elementos novos além daqueles que já listámos no decorrer da elaboração deste ponto, seguindo as descrições vagas que tanto caracterizam este Inventário, apresentando as pontuais notas posteriores, mas sem nada de um ponto de vista estrutural que chame a atenção ou evoque a necessidade de ser abordado. Chegando assim, no final da "Sala d'Entrada" à página 302 do Inventário, as informações param na mesma, havendo uma multiplicidade de páginas em branco neste caderno pautado que serviu de inventário, sendo um total de sensivelmente de 90 páginas em branco.

Somente na página 391 do Inventário nos deparamos com aquilo que é um índice de todos os subcapítulos deste documento, salvo aqueles que assinalámos anteriormente que não surgem neste. A existência de um índice não é referenciada em ponto algum no começo do Inventário e pela extensão deste documento foi outro aspeto que de um ponto de vista atual se sentiu falta, pois, uma breve menção no começo do Inventário de que este ponto estaria no final do mesmo facilitaria a consulta e utilização deste documento.

O índice, na nossa visão, contudo, pelas claras imprecisões que apresenta na sua elaboração e que podem ser verificadas com a fotografia do mesmo, que se encontra representada na Figura.15, acaba por sintetizar bem as problemáticas à volta deste documento.

6.3 O Inventário no seu contexto original

A realidade é que o Inventário de 1898, no nosso imaginário, acaba por se assumir muito como um produto do seu tempo, um período no qual a existência de metodologias adequadas para a elaboração de um documento como este não se verificava como uma realidade estável e os critérios utilizados por aqueles que desenvolviam estes documentos eram extremamente fluídos, não só variando entre autores, mas também dentro do próprio documento. Fazendo esta realidade com que em poucas décadas, como iremos verificar no ponto seguinte deste estudo, os mesmos não cumprissem a função para qual foram desenvolvidos com a mesma eficácia, tornando assim estas produções tão marcadas do final do século XIX, autênticas ilustrações das problemáticas iniciais da Museologia em Portugal, mas também representações da ambição que se verificava impregnada nestes primeiros passos desta disciplina no nosso país.

No fundo, devemos lembrar que o Inventário de Vargas terá servido o seu propósito à época que foi desenvolvido. Pois, com o conhecimento e experiência que os envolvidos com o Museu Arqueológico Municipal de Beja tinham à altura, pela sua ação estar a ser pioneira de um futuro muito mais polido metodologicamente, o contributo de Joaquim António de Vargas através deste documento foi de um grande pioneirismo para a região.

Lembramos que a rápida desatualização de um registo como este é sinónimo de uma evolução igualmente rápida, que terá acontecido na Museologia na região de Beja e em Portugal como um todo, entre os finais do século XIX e o meio do século XX. Com efeito, se o Inventário aquando Abel Viana lhe recorre, para trabalhar algumas das peças catalogadas, ainda se apresentasse como um documento atual, significaria que a Museologia teria estagnado.

Sendo assim, é inegável que o Inventário de 1898, sob um olhar atual, será um documento falho e vago no domínio da informação que apresenta, assim como um registo estruturalmente inconsistente, pelo que apontar as suas deficiências irá sempre ser um ponto incontornável do seu estudo. Não obstante, configura ainda uma ferramenta que cumpre o seu propósito original, mesmo que sem a mesma eficácia, sendo uma perfeita representação do ponto em que se encontrava a Museologia em Portugal, em particular, na região de Beja no final do século XIX. Podemos considerar este, ao lado do catálogo de José Umbelino Palma, como documento de maior utilidade para um entendimento

aprofundado de como seria o Museu Arqueológico Municipal de Beja nos primeiros anos de sua existência.

7. Abel Viana e os primeiros trabalhos sobre o Inventário de 1898

De forma pouco atípica e condizente, um inventário desta tipologia e cronologia, elaborado na região de Beja, o Inventário de 1898, foi essencialmente resgatado do esquecimento, num primeiro momento, por Abel Viana (1896-1963), figura incontornável e sem paralelo na dimensão da Arqueologia na região de Beja. Esse revisitar de Viana ao Inventário de Vargas surge maioritariamente através de um estudo e discussão de algumas peças presentes no referido documento. Esses trabalhos estão incluídos então na revista *Arquivo de Beja* que este fundou e dirigiu durante considerável parte de sua vida, estando referências ao Inventário distribuídas por diversos artigos desta revista no decorrer das décadas de 40, 50 e 60 do século XX.

Por muito que o protagonismo de Viana, no estudo deste Inventário ao longo das décadas posteriores à sua elaboração, não se apresente de todo como uma surpresa para aqueles que estejam de uma maneira mais profunda introduzidos nos estudos arqueológicos das regiões do Minho, de Faro e de Beja, sendo até mesmo autoexplicativa, é necessário na nossa conceção fazer um breve olhar para a trajetória desta personalidade, de modo, à sua compreensão por parte dos leitores menos familiarizados. Este contexto sobre Abel Viana assume-se importante, visto que, a sua maneira de pensar e interpretar objetos arqueológicos será tópico focal deste ponto do nosso estudo, sendo o contacto com as suas análises e descrições dos conteúdos do Inventário de 1898 uma constante por todos os subtópicos deste.

7.1 Do Minho até Beja, a trajetória profissional de Abel Viana

Assim, curiosamente como o seu apelido poderia sugerir, Abel Viana nasceu no ano de 1896 na cidade de Viana do Castelo e entre os anos de 1917 e 1931 desempenhou funções que pouco, ou nada, estavam ligadas à Etnografia ou Arqueologia, muito menos à região de Beja. Abel Viana foi neste período professor de diversas escolas primárias da região do Minho, sendo, contudo neste seu primeiro ofício que viria a ter um primordial contacto com o seu gosto pelo conhecimento de populações e com a exploração de territórios (Cardoso, 2014 pp.476-477).

Surgindo aqui um ponto convergente com outra personalidade, importante para o nosso estudo, José Leite de Vasconcelos, Abel Viana foi seu correspondente e rapidamente começou a seguir uma "mentoria" de Leite de Vasconcelos nos seus primeiros passos nos campos da Etnografia e Arqueologia, influência esta que está impregnada entre a escrita de ambos, com semelhanças na estrutura dos estudos de Viana impossíveis de não serem delineadas com os estudos de Leite de Vasconcelos (Cardoso, 2014 p.477).

Após uma série de trabalhos voltados para as indústrias líticas na região do Minho, possibilitados e despertados pelo Padre Jesuíta Luisier e que foram a primeira prática de Abel Viana para a Etnografia e Arqueologia nacionais, disciplinas para as quais este, desde então, iria desenvolver estudos e publicações regulares até falecer. Viana mudou-se algumas vezes no decorrer da sua vida, tendo a primeira mudança sido para a cidade algarvia de Faro, terra onde ficou entre os anos de 1933 e 1938, com uma passagem que não iremos aprofundar neste estudo, porém, igualmente, decisiva no definir do seu caminho científico pelo contacto que teve com figuras como José Formosinho e Mário Lyster Franco (Cardoso, 2002 p.418; Cardoso, 2014 p.477; Bernardes, 2018 p.28-29).

É após a estadia em Faro que Viana sobe rumo a Beja, cidade onde viria a fixar-se permanentemente até ao seu falecimento. É também neste período, em Beja, que os seus estudos começaram a ganhar uma notoriedade que permitiu o apoio de bolsas como a do Instituto para a Alta Cultura, abrindo a porta para que se pudesse dedicar de forma exclusiva aos seus estudos, possibilitando assim que Abel Viana possa ser considerado o primeiro arqueólogo profissional em Portugal desde Estácio da Veiga, fato este que é regularmente enaltecido por estudiosos do seu legado como João Luís Cardoso e Mónica Rolo (Cardoso, 2002 p.416; Rolo, 2018 p.34).

Não é sem fundamento que aqui apontamos que a sua estadia em Beja terá sido o apogeu da sua produção científica, uma vez que, além de ser um fato estabelecido entre aqueles que estudam a obra de Abel Viana, nesta cidade desenvolveu atividades para campos da Arqueologia que se encontravam em fases autenticamente embrionárias, como por exemplo os seus contributos para uma Arqueologia Urbana na cidade de Beja, identificando vários elementos arquitetónicos e artísticos que se conservam no Museu Rainha Dona Leonor. Isto torna-se particularmente evidente quando se acede ao acervo de material de autoria de Abel Viana no arquivo do MRDL, onde cerca de uma centena de caixas com separatas de artigos escritos por Viana para revistas, rubricas em jornais e

apontamentos pessoais, denotam que se interessou pelo mais minucioso detalhe arqueológico de Beja no desenvolver da sua ação na cidade e o Inventário de Vargas não foi um elemento que escapou ao seu curioso olhar (Viana, 1962; Abreu, 1996; Rolo, 2018 p.32).

Podemos então lembrar que a revista *Arquivo de Beja* e as publicações de peças do Inventário de 1898 que se deram nesta foram separadas das restantes neste estudo, pois na nossa visão no *Arquivo de Beja* encontra-se a dimensão de Abel Viana mais completa nos seus comentários, descrições e aspetos que considera pertinentes de serem incluídos nos textos, estando nesta publicação definitivamente as instâncias onde o Inventário de Joaquim António de Vargas mais foi destacado e trabalhado.

Partindo deste vanguardismo de Abel Viana, apesar de ter feito contribuições impressionantes para o estudo arqueológico português, que ainda perpetuam o imaginário de todos os que estudam esta disciplina em Portugal, mesmo que não estejam dotados dessa noção, nunca usufruiu de uma vida economicamente confortável. O ritmo das atividades arqueológicas de Viana exigia, cada vez mais disponibilidade financeira por parte deste, algo que ao somar com a complicada relação com Manuel Heleno, diretor do Museu Etnológico e na sua época um dos principais expoentes da Arqueologia nacional, podem explicar as dificuldades económicas que Viana passou no decorrer de sua vida (Lopes, 2003; Cardoso, 2014 p.487; Rolo, 2018 p.37).

A realidade é que perante acusações por parte de Heleno de um incumprimento de Abel Viana das boas práticas arqueológicas que viria a impedir algumas de suas intervenções arqueológicas, e uma consequente necessidade de proteção e apoio por parte de António Mendes Correa, Abel Viana continuou a desenvolver os seus estudo, sendo isto um autêntico testemunho à dedicação que teve à Arqueologia em Portugal e de um modo consequente à Arqueologia em Beja que inovou através dos seus contributos científicos para a região no período que residiu na mesma. (Lopes, 2003; Cardoso, 2014 pp.493-495; Rolo, 2018 p.37).

7.2 Alguns exemplares do Inventário de 1898 sob a visão de Abel Viana e as suas variadas tipologias

Entrando desta forma então, no domínio do estudo e publicação das peças do Inventário de 1898 por parte de Abel Viana para a revista *Arquivo de Beja* propriamente dito, deparamo-nos assim com uma série de artigos nos diferentes volumes e fascículos

desta revista onde peças do Inventário de Vargas foram publicadas, estudadas e até mesmo somente mencionadas. Pelo caracter do nosso estudo, iremos aqui naturalmente abordar com mais atenção somente instâncias onde estas peças tiveram um considerável destaque no artigo onde estejam inseridas, pelo que vamos então começar através de um olhar para o artigo publicado no Volume I, Fasciculo I da revista, ano de 1944, com o nome de *Museu Regional de Beja – Ferragens Artísticas; Esculturas de osso, proto-históricas; Machados da Idade do Bronze; Ferragens romanas, Joias de ouro, Fivelas, amuletos e outros objetos*.

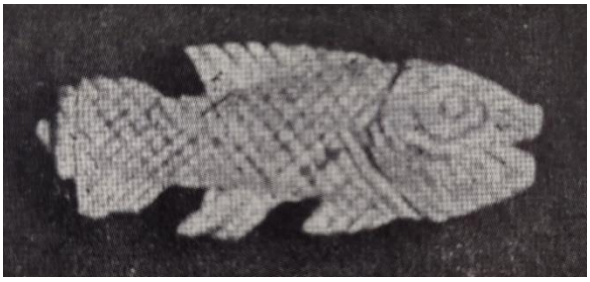


Figura 16: Amuleto em forma de peixe catalogado no Inventário
Fonte: (Viana, 1944d p.160)

Começando, então, pelo subtópico de "Esculturas de osso, proto-históricas", onde neste surge a primeira menção de Abel Viana no artigo ao "Inventário Velho", denominação algumas vezes utilizadas por este para se referir, maior parte das vezes, ao Inventário manuscrito elaborado por Joaquim António de Vargas, seja pela variação anteriormente disposta ou pelas variações "Inventário Antigo" e "Antigo Inventário", todas estas sendo utilizadas por Viana com alguma frequência, contudo, também com alguma imprecisão respetiva àquilo que Viana pretende referenciar quando evoca alguma destas. Através do nosso estudo foi possível verificar que a maioria das vezes, de facto, com esta denominação está a referir-se ao Inventário manuscrito elaborado por Joaquim António de Vargas, pois aponta o ano de 1898 muitas vezes e através da paginação, peças descritas e seu número de catalogação coincidirem com as do Inventário de Vargas assume-se que as vezes nas quais não se verificam corretos estes aspetos consideramos possíveis erros e lapsos de Viana (Viana, 1944d p.158).

Nesse subtópico de "Esculturas de osso, proto-históricas" é então detalhadamente descrita uma pequena estatueta, mais concretamente aquilo que seria um amuleto pelo uso que lhe seria atribuído, com a forma e os detalhes de um peixe, num material que Viana descreve como se tratando de marfim. Este amuleto, demonstra uma riqueza de detalhes, tendo olhos, boca, guelras e barbatanas bem destacadas, sendo estes elementos

também descritos no Inventário de 1898, nas raras ocasiões onde este Inventário não se reduz a uma descrição superficial da peça, passando somente pela proveniência da mesma e pelo seu número de catálogo (Viana, 1944d pp.158-159).

Este amuleto em forma de peixe surge na fotografia que igualmente reproduzimos neste nosso estudo (Figura.16) e através das informações na página 58 do Inventário de 1898, onde esta peça surge inserida na Sala A. Dória, Vitrine B e seu coroamento, catalogada com o n.º 77-A, acredita-se que terá sido encontrada nas escavações elaboradas nas Portas de Aviz na cidade de Beja por João Tavares Lança. Viana menciona que as escamas desta peça eram figuradas por um reticulado e losango e na sua extremidade caudal verificava-se um espigão, sendo possível entender que este objeto, como referenciámos anteriormente, serviria para se fixar noutro elemento com propósito de amuleto (Viana, 1944d pp.158-160).

Em termos de dimensões Viana aponta que este amuleto em forma de peixe apresenta cerca de 0.046m de comprimento e 0.0175m de altura e no que diz respeito à cronologia, pela análise de peças com elementos semelhantes que inseriu no neo-eneolítico vê-se profundamente tentado a incluir este amuleto nesse mesmo período, porém afirma claramente que esta cronologia poderá não corresponder à realidade desta peça (Viana, 1944d pp.158-159).

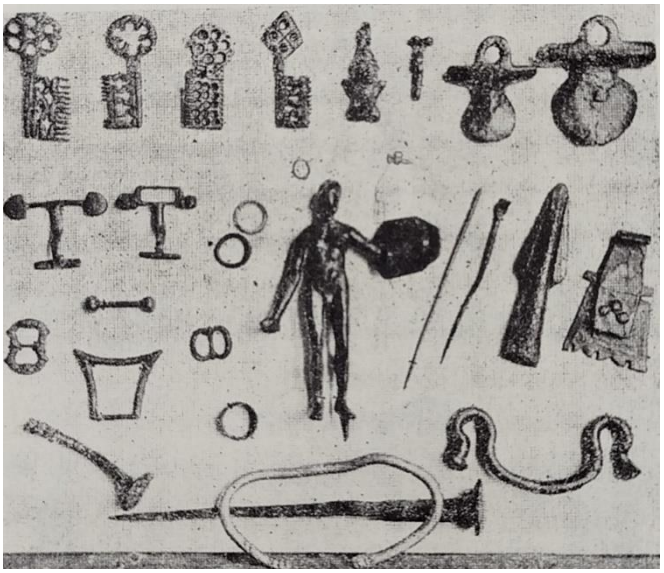


Figura 17: Peças dentre as quais parte (assinalada no texto) está catalogada no Inventário
Fonte: (Viana, 1944d p.161)

Avançando para o subtópico deste artigo de Abel Viana, dedicado a "Estatueta, joias, amuletos e diversos", o termo "Inventário Velho" retorna a ser evocado e novamente verificámos que se trata do Inventário de 1898, desta vez, abordando três amuletos de

formato fálico, denominados como "Fascinum", sendo um destes claramente de maior valor que os restantes por se apresentar como uma peça em ouro, enquanto os restantes são peças mais simples em bronze. Essa peça em ouro está catalogada no Inventário de Vargas e neste esta peça surge como tendo sido oferecida ao museu por Francisco Pedro Galinoti, que aparece algumas vezes neste ponto do nosso estudo. Em termos de características desta peça, aquilo que Viana descreve é que este "Fascinum" teria então uma aselha de suspensão que permitia a sua adequada utilização e a peça terá na totalidade um tamanho de aproximadamente 0,014m (Viana, 1944d pp.160-161).

Ainda neste mesmo subtópico de "Estatueta, jóias, amuletos e diversos", identificados num ferragial nos arredores da cidade de Beja e assim como a peça anteriormente descrita, oferecidos ao museu também por Francisco Pedro Galinoti, surgem dois brincos descritos como sendo de ouro e estando inseridos numa cronologia proto-histórica, que podemos verificar na Figura.17 junto à cabeça e ombro direita da estatueta, a forma destes pode ser descrita como "vermiforme". Tal como a sua designação tipológica pode aludir assemelha-se à forma alongada e cilíndrica de um verme, tendo o maior destes brincos uma superfície espiralada que o distingue e o mais pequeno apresentando uma superfície lisa, mais comum, sendo afirmado por Viana que as informações relativas à sua origem são provenientes do seu registo no "Inventário Velho" (Viana, 1944d pp.160-161).

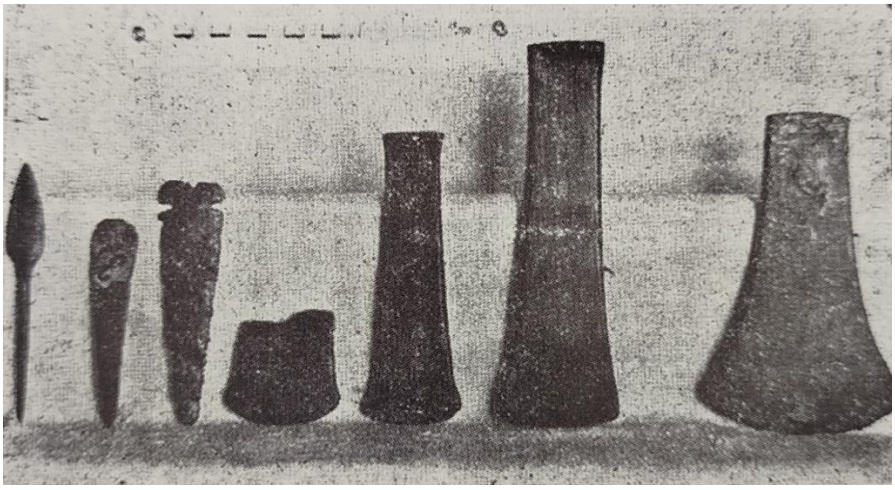


Figura 18: Peças em bronze catalogadas no Inventário
Fonte: (Viana, 1944d p.163)

Já no tópico no qual Abel Viana aborda os "Bronzes proto-históricos" neste artigo, todas as peças presentes na Figura.18 fazem parte do acervo catalogado no Inventário de 1898, sendo assim, a descrição feita da esquerda para a direita de acordo com a disposição verificada na imagem. Começando então por uma ponta de dardo cuja lâmina tem o

contorno do "feitio de amêndoa", pedúnculo de secção transversal quase circular e aguçado para a extremidade inferior conservando os seus bordos bastante afiados e tendo um comprimento total de 0,1305m, largura da sua folha de 0,020m e um peso de 22 gramas tendo sido achada na região de Santa Vitória no concelho de Beja. A segunda peça na Figura.18 trata-se de uma ponta de lança que, à semelhança da peça anterior, também foi achada em Santa Vitória, esta peça tem uma base muito arredondada com dois cravos que sugerem que esta peça seria utilizada presa a um cabo, tendo as características de um comprimento de 0,103m, largura máxima na base de 0,022m, espessura de 0,015m e peso de 18 gramas (Viana, 1944d pp.163-164).

Diferente das anteriores, a terceira peça, outra ponta de lança, apesar de ser de um tipo semelhante à que anteriormente foi aqui descrita, não se sabe a proveniência onde terá sido achada, tendo esta as características de comprimento de 0,125m, largura de 0,033m, espessura de 0,004m e peso de 60 gramas (Viana, 1944d p.164).

As restantes quatro peças são machados de bronze, sendo o primeiro aquele que pela fotografia verificamos que se apresenta claramente mais danificado, mas é também o único do qual temos conhecimento da proveniência, tendo sido oferecido ao museu por António Simão no ano de 1892, enquanto que os restantes estão num melhor estado de conservação, um deles em "bom estado", outro "muitíssimo bem conservado" e o último com a sua superfície "bastante picada por oxidação" segundo Viana, porém não se sabe a proveniência destes (Viana, 1944d p.164).

Excluindo as duas primeiras peças e o primeiro machado de bronze, o Inventário de 1898 não apresenta a proveniência das peças desta fotografia, começando aqui a denotar-se o caracter insuficiente das descrições do Inventário que Abel Viana muito aponta de maneira crítica no decorrer dos seus estudos ao acervo abordado por este Inventário. Viana supõe que o mais provável é que todas estas peças fossem provenientes de zonas como Santa Vitória, à semelhança das duas primeiras, Ervidel, Mombeja, Beringel e Trigaches, pois outros elementos como os vasos argáricos e as lajes sepulcrais insculturadas, da Idade do Bronze são provenientes destas zonas e foram logo num momento inicial incorporadas nas coleções do museu (Viana, 1944d pp.158-165).

Abel Viana aponta, então, que estes quatro machados correspondem a diversas fases evolutivas de um tipo característico do Baixo Alentejo, marcado por ser chato e sem rebordo, sendo os três primeiros, segundo Abel, pertencentes a uma realidade do 1º

período da Idade do Bronze e nessa evolução a curvatura do gume dos machados vai crescendo tornando-se mais "espatulada", de gume semicircular ou peltado inserido no 2º período da Idade do Bronze, estando isto bastante delineado no último machado da Figura.18, sempre seguindo da esquerda para a direita da imagem (Viana, 1944d pp.163-164).

Lembrando que as descrições que aqui estamos a apresentar são a visão de Abel Viana e claramente fazem-nos perceber que as peças do Inventário de 1898 que foram por Viana estudadas tiveram o mesmo cuidado e tratamento de peças achadas num período mais recente e contemporâneo deste. Tal cuidado é visível particularmente nas possibilidades que Viana estabelece para estas e pela tentativa de ligação com outros elementos semelhantes da coleção do museu, num momento inicial, de modo a estabelecer de onde poderiam ser provenientes as peças das quais não está assinalada a proveniência no Inventário.

Seguindo um critério de tipologia dos artigos e não de cronologia destes, seguimos neste ponto do nosso estudo, antes de mergulharmos na complexa e profunda Secção Lapidar do Inventário de Vargas na dimensão trabalhada por Abel Viana, para um artigo semelhante ao que anteriormente visitámos, podendo considerar o mesmo uma espécie de continuação, sendo este então o *Museu Regional de Beja: Alguns objetos da Idade do Bronze, da Idade do Ferro e da Época Romana; Cerâmica Argárica; Cerâmica Árabe* inserido no Volume II, Fasciculo III-IV da revista *Arquivo de Beja* de 1945.

Pegando assim, como ponto de partida para este artigo, nas lajes sepulcrais que foram por Abel Viana evocadas no final do artigo que anteriormente estudámos, no subtópico denominado como "Lajes sepulcrais da Idade do Bronze" deste artigo de 1945, são descritos três exemplares de lajes insculturadas catalogadas no Inventário de 1898. Sobre o primeiro destes Joaquim António de Vargas escreve, no Inventário, que a sepultura em si seria feita de tijolo, facto este que Abel Viana aponta como não lhe parecendo credível, por muito que não desenvolva os motivos que o levem a ter esta visão (Viana, 1945c p.323).

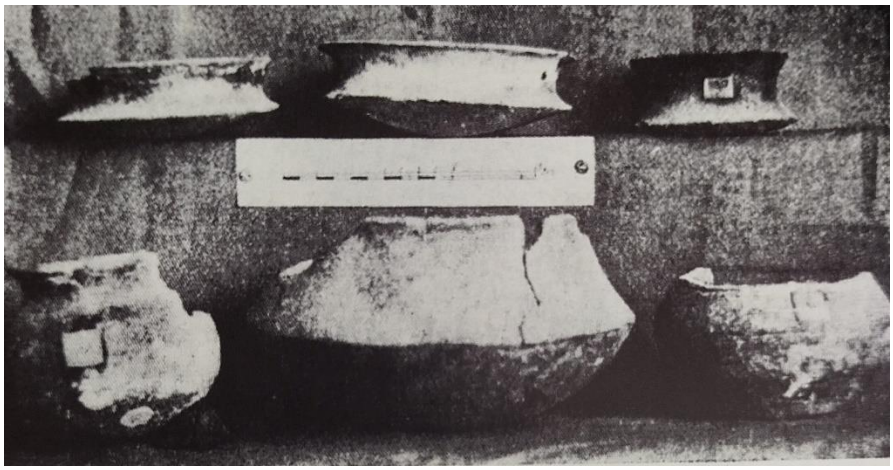


Figura 19: Vasos argáricos catalogados no Inventário
Fonte: (Viana, 1945c p.329)

Claramente aqui, esta discordância de Viana à informação disposta por Vargas, começa a denotar, a visão que Abel Viana em muitas notas de rodapé e em insinuações em texto corrido transmite de que já na década de quarenta do século XX o Inventário de Vargas apresentava-se como um documento falho, não só a níveis técnicos relativos à sua elaboração, como a nível das interpretações da informação dispostas neste.

Já no sexto subtópico deste artigo, dedicado à "Cerâmica Argárica", são apresentadas por Viana as imagens que reproduzimos nas Figuras 19 e 20, estando alguns vasos nestas catalogados no Inventário de 1898, sendo feita, nos casos onde é possível, a referência à página e número de catálogo dentro do Inventário. Deste modo, a primeira destas peças apresenta-se catalogada na página 52 do Inventário de Vargas, com o n.º24 e trata-se de uma peça com uma altura de 0,050m, diâmetro máximo de 0,135m e uma espessura no

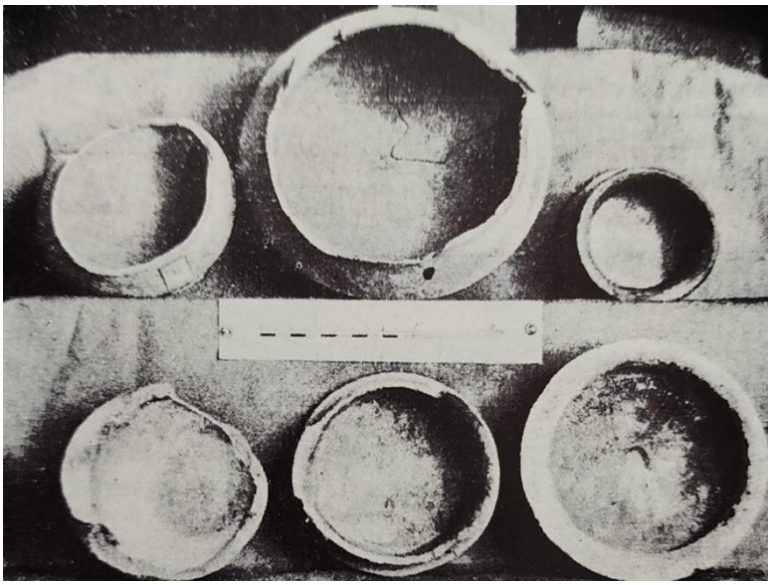


Figura 20: Vasos argáricos (os mesmos da figura anterior) vistos pela parte superior
Fonte: (Viana, 1945c p.330)

bordo de 0,005m, sendo um exemplar achado na região de Santa Vitória e que contava com a presença de ornatos apenas na sua face interior. Estes detalhes foram obtidos ou completos por Abel Viana e transcrevemos sempre que consideramos oportuno para pintar uma visão mais ampla de como o mesmo estudou as peças presentes no Inventário de 1898 (Viana, 1945c pp.329-331).

Um outro vaso, idêntico ao anterior, mas de maior altura, 0,055m, diâmetro máximo, 0,155m e igual espessura no bordo ao anterior, 0,005m é visível ao meio na secção de cima da Figura.19, em baixo à direita na Figura.20 e catalogado no Inventário com o n.º50 da página 55, também com ornatos na sua face interior. Sendo este e o anterior, peças que o Inventário de Vargas não específica os seus ofertantes, informações estas que tal como foi verificado no ponto dedicado a uma descrição do Inventário, não são registadas de forma regular no mesmo.

Diferentes dos dois anteriores, verifica-se o exemplar em cima à direita em ambas as Figuras. 19 e 20 surge catalogado no Inventário de 1898 com o n.º59 da página 55, tratando-se de uma peça encontrada em Santa Vitória e oferecida ao museu por António Correia, com as medidas de 0,057m na altura, de 0,100m e 0,105m de diâmetro máximo na boca e fundo respetivamente e de 0,006m de espessura de bordo e o exemplar em baixo ao meio das Figuras. 19 e 20 achado na Salvada, oferecido por Francisco Xavier de Meneses, com as medidas de altura 0,120m, diâmetro 0,212m, espessura no bordo 0,010m e espessura no bojo de 0,007m, ambas sendo peças sem ornatos e com uma maior riqueza de detalhes no seu registo no Inventário de Vargas (Viana, 1945c pp.329-331).

Figura 21: Candeias árabes catalogadas no Inventário
Fonte: (Viana, 1945c p.334)

Avançando para o penúltimo subtópico deste artigo, dedicado à "Cerâmica Árabe" é implicitamente denotado, que os exemplares das Figuras.21 e 22, que se tratam das mesmas candeias árabes na mesma ordem da esquerda para a direita, mas de vistas diferentes, estão catalogados no Inventário de 1898 (Viana, 1945c pp.333-335).

Viana destaca duas peças por estas terem uma maior informação disponível no Inventário relativamente à sua proveniência, sendo estas as duas primeiras da fila de cima, da esquerda para direita de ambas as figuras, tendo a primeira sido achada numa adega da Rua do Hospital e oferecida ao museu por Deodato Augusto de Vargas, sendo uma peça ressaltada pelos seus salpicos de vidrado verde e que apresentava tanto de altura como diâmetro 0,068m e a segunda peça tendo sido resultante de uma escavação de um sítio denominado como Pé da Cruz, oferecida ao museu por J. E. de Matos Monteiro, sendo por sua vez uma peça completa sem vidrado, de altura 0,057m e diâmetro 0,061m (Viana, 1945c pp.333-335).

Valerá apontar que os exemplares pertencentes ao Inventário neste artigo trabalhados se encontravam, assim como foi possível verificar pelas páginas no ponto do nosso estudo que abordou a estrutura do Inventário, na Vitrine B e seu coroamento da Sala A. Dória do museu.

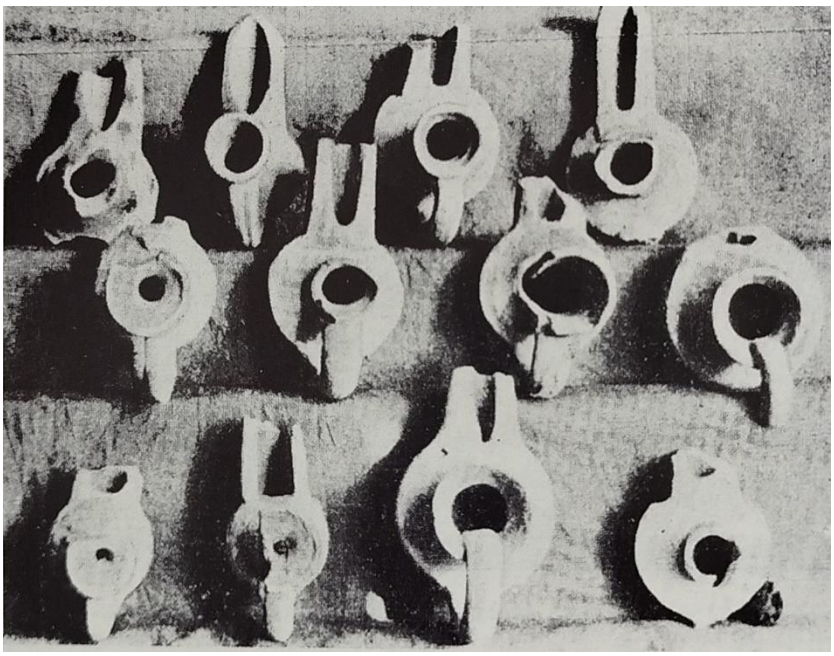


Figura 22: Candeias árabes (as mesmas da figura anterior) vistas pela parte superior
Fonte: (Viana, 1945c p.335)

Novamente uma noção importante para compor a pintura mental de como Abel Viana estudou e publicou peças presentes no Inventário de 1898, que fizemos questão de neste

ponto do nosso estudo assinalar, passa pelo facto de que este, claramente, valorizou muito as instâncias onde o Inventário anotava detalhes como a proveniência de determinados exemplares, fazendo com que este, mesmo que inconscientemente desse um certo destaque às peças que estavam providas dessas informações. Porém, de forma muito assertiva para com o estudo de elementos de um inventário como este, não deixava de estabelecer possibilidades para os restantes exemplares, como acontece com os que podem ser verificados nas Figuras. 21 e 22 que ainda agora abordámos, onde Viana apresenta a leitura de que os restantes exemplares terão provavelmente todos sido provenientes de escavações que se deram na cidade e nos arrabaldes da mesma (Viana, 1945c pp.334-335).

Deste modo, estes dois primeiros artigos, que pela sua extensão relativamente reduzida e pelo consequente menor número de exemplares pertencentes ao catálogo do Inventário de 1898, permitiram que fossem por nós aprofundados os estudos de Viana sobre esses exemplares ao detalhe, serviram para perceber que o Inventario de Vargas assume todo o leque da coleção do museu aquando da sua elaboração, mesmo que a sua faceta mais extensa e trabalhada por Abel Viana tenha sido a secção lapidar, posteriormente referenciada por autores como José d'Encarnação (1984).

Contudo, o impacte de um registo como o Inventário de 1898 não se resume à sua componente lapidar e acreditamos que esta síntese das peças de outro tipo, presentes no Inventário e trabalhadas por Viana nestes dois artigos permitem-nos avançar sem esquecer que o Inventário, enquanto documento, não se resume a uma singular tipologia de peças.

Mantendo o critério, anteriormente proposto neste ponto do nosso estudo, de organizar os artigos abordados no mesmo de acordo com a sua tipologia, ao invés de seguir uma ordem cronológica dos mesmos, uma vez que, na nossa visão por vezes artigos de Abel Viana na revista *Arquivo de Beja* conectam-se em conteúdo como autênticas continuações, de modo que um constante alternar sobre tópicos caso seguíssemos a ordem cronológica resultaria num ponto confuso e de difícil entendimento no nosso estudo, sendo isto algo que procurámos evitar com o aplicar deste critério.

7.2.1 O Inventário de 1898 nas *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo-Alentejo*

Desta forma, vamos agora focar a nossa atenção numa série de artigos com a denominação comum de *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo-*

Alentejo ou variantes muito similares desta. Estes, tratam-se de um conjunto de artigos de conteúdo variado sem propriamente um tema único entre eles ou dentro deles, no fundo, tratando-se de uma compilação de uma série de notas com o intuito de complementar publicações anteriormente elaboradas por Viana ou antecipar o arquivo de alguns pormenores que este pretendia colocar mais detalhadamente em futuras publicações. Estas *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo-Alentejo* viram a sua publicação durante diversos anos, começando no ano de 1946 e estendendo-se até mesmo à década de 60 do século XX.

As primeiras menções ao "Antigo Inventário", que são por Abel feitas nesta série de artigos começam no Volume IV, Fascículo I-II do ano de 1947, sendo a primeira destas uma breve menção ao caracter incompleto do Inventário de 1898 e da sua informação que muito incomodou Abel Viana no decorrer dos seus estudos. Esta menção, acontece no contexto de uma visita de Abel no dia 5 de dezembro de 1942 ao cemitério pré-romano da Alfarrobeira e foca-se no facto de que o Inventário não regista a esmagadora maioria dos objetos neste cemitério registados. Viana procura no Inventário que estava a organizar aquando desta nota, tratar "com o desenvolvimento possível" os objetos que incluir neste, corroborando com a ideia de que as instâncias nas quais o Inventário de Vargas fornece informações mais aprofundadas das peças catalogadas serem muito valorizadas nos estudos de Viana a este documento e sendo um primário obstáculo denotado por este quando não se verificam essas informações (Viana, 1947a pp.6-10).

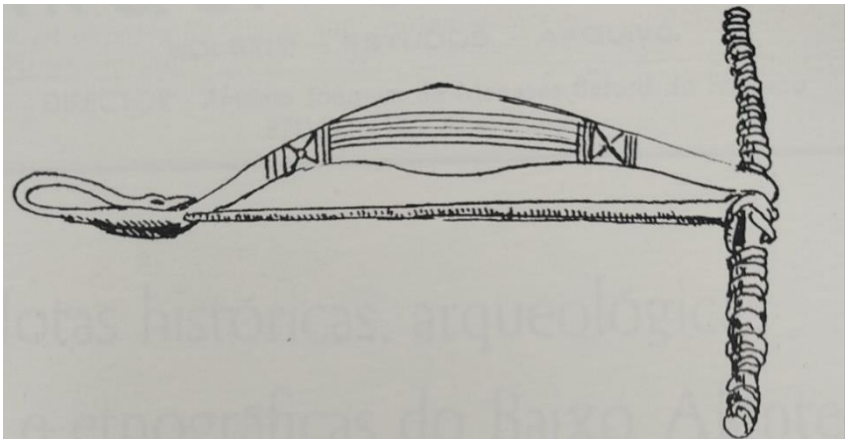


Figura 23: Desenho de AV baseado no de JLV da fíbula de quintos
Fonte: (Viana, 1947a p.39)

Ainda no mesmo artigo, o Inventário de 1898 retorna a ser mencionado, contudo desta vez com um maior protagonismo, uma vez que, a menção ocorre no contexto de uma fíbula achada numa sepultura da idade do ferro, período final, em junho do ano de 1945 na Herdade das Carretas. Uma semelhança entre esta fíbula identificada na Herdade das

Carretas e outra achada em Quintos (Figura.23), catalogada no Inventário de Vargas e publicada em Vasconcelos (1903) é evocada por Viana (Viana, 1947a pp.35-39).

Apesar da comparação entre ambos os exemplares não ser propriamente importante para o nosso estudo, novamente é levantada a questão de o registo da fíbula achada em Quintos que se verifica no Inventário de 1898 apontar somente "Fíbula em bronze, achada em excavações em Quintos. Depositada pelo Cons.º Francisro X. de Menezes. Retirada em 9-4-917", denota-se assim um claro padrão de opinião em múltiplas instâncias, nas quais Viana evoca o Inventário e as informações que retira dele. Esta fíbula encontra-se catalogada no Inventário de Vargas com o n.º3 da página 76 deste, sendo uma peça que estava no mostrado B da Sala A. Dória (Viana, 1947a pp.38-39).

O segundo artigo das *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo-Alentejo* a trabalhar o Inventário de 1898, naquilo que na nossa visão é o abordar mais substancial que este documento teve na revista *Arquivo de Beja* além da série de artigos que se focam na Secção Lapidar do museu, encontra-se no Volume XIV, Fascículo I-IV de 1957. Neste artigo, Viana foca-se em materiais cerâmicos, chegando então ao ponto onde aborda o catálogo feito em 1894 por José Umbelino Palma, documento e personalidade com a qual já estamos familiarizados, sendo o catálogo focado na cerâmica exposta na "Sala Gomes Palma" do Museu Arqueológico Municipal de Beja (Viana, 1957 pp.8-34).

Viana, numa descrição aprofundada desse catálogo de José Umbelino Palma, aponta o facto de o Inventário manuscrito de Joaquim António de Vargas, quando aborda a cerâmica desta sala, manter a numeração estabelecida pelo catálogo impresso de Umbelino Palma de 1894, facto este que através do nosso estudo da estrutura do Inventário foi possível confirmar através da nota de Vargas presente no mesmo, sendo então claro que nesta sala, no que diz respeito às cerâmicas, Joaquim António de Vargas pegou no trabalho executado por José Umbelino Palma, retificando aquilo que considerou merecedor de correções (Viana, 1957 pp.12-13).

Conclui-se, assim, que Vargas registou a existência de 141 peças, aproximadamente duas dúzias além daquelas que Umbelino Palma registou, porém, os números 9, 24, 32, 43 e 94 do catálogo de Palma não foram identificados no museu por Vargas. Vale notar que mais tarde, neste mesmo artigo, Viana aponta que os acrescentos de Vargas aconteceram também em mosaicos e cimentos, sendo os números 47 e 48 exclusivos do

Inventário. Viana procede a listar o acréscimo feito por Vargas, este que podemos verificar na Tabela 1, com a sua numeração e conteúdo (Viana, 1957 pp.12-13).

Terminando as menções ao Inventário de 1898 neste artigo com a noção de que este, tal como o catálogo de Umbelino Palma, não falam em amostras de mármore, mesmo que se refiram a placas de mármore componentes de sepulturas ou de restos de edifícios, podemos concluir que nestas *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo-Alentejo* os estudos de Abel Viana permitem compreender o contributo deste documento além daqueles que já existiam como era o catálogo de 1894, acentuar os pontos que Viana considera deficientes nas informações presentes no Inventário e ir além de uma mera listagem de páginas e número de catálogo nesta representação dos primeiros estudos de Abel Viana aos elementos deste Inventário (Viana, 1957 pp.25-29).

7.2.2 A *Secção Lapidar* do Inventário de 1898 sob a visão de Abel Viana

Aproveitando o contexto fornecido pelos artigos que até agora neste ponto foram aprofundados, de modo a entender a maneira como Abel Viana estudou peças inseridas no Inventário objeto deste estudo, vamos finalmente adentrar aquilo que, na nossa visão, foi realmente a maior atenção que este documento recebeu durante várias décadas, assim como a mais extensa publicação que pudemos identificar de peças deste, totalizando quase cinco dezenas com informações diretamente obtidas do mesmo, encontrando-se isto então na série de artigos de Abel Viana inseridos na revista *Arquivo de Beja* denominados como *Museu Regional de Beja: Secção Lapidar*.

Começando, então, pelo artigo com a denominação *Museu Regional de Beja: Secção Lapidar* inserido no Volume I, Fasciculo I do ano de 1944, que foi o primeiro dos três desta "série" a ser publicado, Viana introduz este com a já anteriormente abordada noção de que a vasta e variada coleção epigráfica que Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas reuniu em Beja teve um imenso impacto num momento embrionário daquilo que víria a ser o Museu Arqueológico Municipal de Beja e posteriormente o Museu Regional de Beja, passando pelas transições que abordámos em maior detalhe no quarto capítulo. Contudo, Abel Viana confirma-nos a noção de que o acervo epigráfico inicial do Museu Arqueológico Municipal não era constituído unicamente pelos exemplares que Cenáculo deixou na cidade, mas sim também por outras inscrições provenientes das mais variadas áreas urbanas da cidade de Beja e arredores da mesma (Viana, 1944e pp.349-350).

Numa nota de rodapé, Viana menciona Joaquim António de Vargas como "antigo bibliotecário", reforçando a sua noção dos aspetos abordados no tópico anterior deste estudo e a primeira abordagem ao Inventário neste artigo surge igualmente numa outra nota de rodapé. Viana após mencionar o Inventário abre numa nota, o espaço para desenvolver uma descrição reduzida deste documento, muito interessante por ter sido um dos poucos momentos nos quais a opinião de Abel Viana relativamente ao Inventário de Vargas foi exposta de forma direta, sem termos de recorrer às entrelinhas dos seus textos para tentar perceber essa sua opinião (Viana, 1944e p.350).

Abel Viana aponta, então, o Inventário de 1898, de forma condizente com o que foi por nós verificado no ponto de estrutura do mesmo, como sendo um grosso livro encadernado de papel almaço, branco, de 25 linhas, contendo 392 páginas todas numeradas, tendo algumas de suas folhas marcas de água como a palavra "RENOVA" soto-posto a um feixe de três raminhos atados com uma fita e letras como "IPS&C" em monograma e até em baixo das folhas a palavra "PORTO". Estando escriturado até à página 301 e na página 391 sendo possível encontrar-se o índice, Viana confirma-nos que o rótulo, apesar de quase impossível leitura nos dias de hoje, de facto dizia "Inventário dos objetos existentes/no Museu Archeologico da Camara/Municipal de Beja, em 24 de março/de 1898, organizado peço bibliothecario e/conservador do referido museu" (Viana, 1944e p.352).

Apesar de Viana demonstrar uma certa valorização pela organização deste Inventário por salas e galerias e dentro destas a sua divisão ainda mais especifica em vitrines, mostradores e panóplias, este aqui, evoca a deficiência de informação que nos outros artigos já foi por nós evidenciado, lembrando da dificuldade de estabelecer uma segura identificação dos objetos inventariados, assim como, da falta de informação por uma caligrafia que apesar de ser uniforme e bem lançada é miudinha e dificulta substancialmente a leitura e interpretação dos já reduzidos dados que este documento nos fornece (Viana, 1944e p.352).

Avançando para as peças propriamente estudadas por Viana, abordando informações que consideramos importantes reter dos estudos, de modo a fugirmos à tentação de uma transcrição integral do artigo em si. A primeira peça catalogada no Inventário abordada neste artigo trata-se de uma lápide em mármore fragmentado que surge na página 133 do Inventário de Vargas com o número 29. Abel Viana denota que a reprodução de Vargas deste exemplar é diferente da que José Leite de Vasconcelos faz e também da sua, outra

nuance muito acentuada nos estudos de Viana a este Inventário, regularmente demonstrando discordar de algumas leituras de Vargas das inscrições no exemplares, tal como, retorna a acontecer no exemplar da página 130, n.º16 que teve o seu estudo também publicado aqui neste artigo (Viana, 1944e pp.352-356).

Outro mármore fragmentado, n.º10 da página 104 do Inventário, assim como um cipo de n.º5 e uma lápide de n.º6, ambos da página 127 foram também aqui estudados por Viana, porém, apesar de valerem a nossa menção neste ponto não contribuem significativamente para o nosso objetivo de entender a maneira como se percecionava os estudos que elaborou recorrendo ao Inventário de 1898 (Viana, 1944e pp.352-354).

É no contexto do estudo das peças n.º32 da página 135 e n.º26 e 27 da página 133 do Inventário de Vargas que Viana abre novamente uma nota de rodapé para frisar a sua dificuldade com a ausência de informações presentes neste documento, salvando-se instâncias como no caso da peça n.º27 onde informações do Inventário comparadas com algumas obtidas através do jornal *O Bejense* permitiram clarificar a origem desta peça, demonstrando na nossa visão, que o Inventário nestes estudos de secção lapidar de Abel Viana funcionou como uma ferramenta guia complementada por outras fontes de informação para sustentar estes estudos. Isto evidencia alguns constrangimentos na utilização deste documento, causados por detalhes como o seu caracter manuscrito que dificultou a utilização deste por parte de Abel Viana (Viana, 1944e pp.358-359).

Na porção final deste artigo, Viana publica estudos a uma série de outras peças presentes no Inventário de 1898, nomeadamente um cipo fragmentado com inscrição que se insere na página 133 com o n.º25 e um fragmento de pedra tumular inserido na página 136 do Inventário, com o n.º36 (Viana, 1944e pp.360-362).

Contudo, os dois últimos casos que muito contribuem para a nossa aprofundada visão dos estudos de Viana no Inventário, por nós proposta neste ponto, surgem na forma de uma memória sepulcral em forma de pipa, correspondendo a uma cupa funerária (Vargas, 1898 p.129, n.º14) encontrada no já mencionado sítio de Pé da Cruz no ano de 1893, onde neste Abel Viana abre uma nota de rodapé que além de sintetizar melhor que qualquer outra a visão deste do Inventário de Vargas e da elaboração do mesmo, relembra-nos um dos aspetos mais únicos da obra de Abel Viana, estando este aspeto nos pequenos tons irónicos com os quais Viana coloca algumas afirmações, tal como surge nesta nota de

rodapé onde se afirma que "As reproduções do Inventário são sempre duvidosas." (Viana, 1944e pp.360-362).

Encerrando este primeiro artigo da série denominada *Museu Regional de Beja: Secção Lapidar* corroborando com a nota de rodapé ainda agora transcrita, no estudo de um fragmento de pedra tumular, com uma inscrição e encontrado na muralha demolida para se edificar o palácio das repartições (Vargas, 1898 p.137, n.º37), Viana aponta que o Inventário de 1898 está repleto de lapsos de cópia cometidos nas suas reproduções, procedendo a expor os mesmos, naturalmente evocando a ideia de que este documento era já, à época dos seus trabalhos, profundamente comprometido por estes defeitos da sua elaboração (Viana, 1944e pp.360-362).

O segundo artigo que Abel Viana dedica ao estudo do *Museu Regional de Beja: Secção Lapidar* logo na sua primeira página assume-se como uma continuação do artigo abordado, prosseguindo assim com o estudo de Abel Viana às lápides de época romana exatamente do ponto que o artigo anterior terminou.

Inserido no Volume II, Fascículo I a II da revista, publicado no ano de 1945, este artigo, apesar de conter peças muito importantes, assume-se como aquele que menos contribui para a visão que neste ponto pretendemos demonstrar aquando comparado com os outros dois artigos, muito pelas descrições incluídas neste focarem-se mais nas informações obtidas de fontes paralelas ao Inventário. Levando-nos a teorizar que seria pelo facto de Viana a este ponto ter determinado que seria benéfico para o seu estudo procurar alternativas a este documento, sempre que assim fosse possível pelas reduzidas descrições do Inventário não serem suficientes para o efeito pretendido.

Não conseguimos afirmar com certeza e fundamento que Abel Viana complementou o seus estudos a buscar informações sobre os exemplares em imprensa local como o jornal *O Bejense*, pelo caracter problemático das descrições e informações presentes no Inventário ou se simplesmente tentou nos seus artigos dispor a mais variada informação sobre as peças que este conseguiu identificar e guiar os leitores a onde poderiam buscar a informação, contudo o interessante é que gradualmente se tornam mais proeminentes as referencias a *O Bejense*, à revista *O Archeologo Português* e ao catálogo de José Umbelino Palma.

Tendo esta noção e partindo para os exemplares trabalhados por Viana, são aqui neste artigo trabalhados, num momento inicial, três cipos com inscrição, um primeiro achado

no Rossio do Carmo no ano de 1885, fragmentado, catalogado por Vargas na página 126 do Inventário com o n.º2, outro mais tarde no artigo, mas também inserido na página 126 com o n.º1 e outro que se encontra catalogado na página 131 do Inventário com o n.º20. Também uma memória sepulcral em forma de pipa inserida na página 130 com o n.º19 é descrita por Viana neste momento inicial (Viana, 1945d pp.97-102).

Em todos estes casos as descrições e estudos de Viana são bastante triviais dentre os seus estudos, sem grandes destaques importantes de se incluir neste tópico, uma vez que a nossa proposta não é aqui, tal como referimos anteriormente, fazer uma transcrição dos estudos que Abel Viana fez às peças do Inventário de Vargas, mas sim contribuir para uma entendimento da visão que este tinha deste documento em si.

No momento que Abel Viana dedica a sua atenção a uma inscrição catalogada na página 132 do Inventário de Vargas com o n.º24, na descrição da mesma este aponta que Joaquim de Vargas teria escrito sobre esta no ano de 1889, como se pode calcular, trata-se de um simples erro de escrita, sendo claro que Viana pretendia referenciar o ano do Inventário "1898", tendo trocado os últimos dígitos desse ano. Como sabemos, Abel Viana apresentava um acentuado rigor no desenvolvimento dos seus trabalhos, pelo que a presença de um erro destes, por mínimo que seja, é uma consequência direta do impressionante número de publicações que este produzia no período no qual este artigo foi publicado, contudo, recorrendo ao Inventário de 1898 em si verifica-se que esta instância não passa de uma gafe (Viana, 1945d p.102).

Neste artigo, uma lápide de elevada importância que surge trabalhada é a lápide que assumiu a denominação de "Lápide de *Serapis Pantheo*", esta que foi evocada em muitas outras ocasiões por Viana, nos mais variados contextos, como por exemplo, elemento de ligação entre tópicos, como se pode verificar no artigo Viana (1947b, pp.84-85) para justificar os fundamentos identificados daquilo que seria um templo romano na cidade de Beja, algo que aproximadamente meio século depois seria confirmado na prática por escavações arqueológicas no local que se apontava para a existência desses fundamentos, mais uma vez denotando o caracter precursor deste autor. Lápide esta que também foi muito trabalhada em Vasconcelos (1913, pp.344-345) e Encarnação (1984, pp.303-305 - IRCP 231).

Respetivamente ao que o Inventário de 1898 descreve sobre esta, Viana menciona que faz a sua catalogação na página 104 com o n.º9 e omite a geminação que ocorre na

primeira linha da inscrição nesta lápide. Vargas sobre este exemplar tem a descrever, "era do museu Cenáculo, e foi encontrada em 6 de Fevereiro de 1794 fora da porta de Aviz. Oferecida pelo bispo D.António Xavier de Sousa Monteiro" (Viana, 1945d pp.102-104).

Após Abel Viana trabalhar uma lápide com inscrições catalogada na página 111 e 112 do Inventário com o n.º32, do exemplar n.º29 da página 110, destacamos que é neste artigo também que Viana trabalha o fragmento de lápide encontrado na parede do Convento da Conceição, por muito que a descrição de Abel do mesmo neste momento seja extremamente simplista (Viana, 1945d pp.104-107).

Oito cipos sem grandes peculiaridades relativas ao Inventário são aqui trabalhados, apresentando os momentos de concordância e discordância comuns entre as leituras de Viana e Vargas, não entrando em detalhes por não considerarmos oportuno. Estes cipos encontram-se, na página 126 do Inventário com o n.º3, página 128 n.º 9, 10 e 12, página 129 n.º13, página 130 n.º17, página 134 n.º31 e página 138 n.º39 (Viana, 1945d pp.106-128).

Diferente dos restantes e digno de se destacar, aquando do trabalhar de um cipo que o Inventário de 1898 descreve como "fragmento de pedra tumular encontrada na muralha demolida para se edificar o palácio das repartições", Viana não fica indiferente ou se abstém de comentários ao que este considera um "enorme lapso" por parte de Joaquim António de Vargas. Segundo Abel a denominação "fragmento de pedra tumular" atribuída a um dos cipos mais completos e bem delineados, que na sua visão se poderia honrar qualquer museu, é completamente equivocada, sendo aqui novamente uma das instâncias onde a opinião de Abel acerca da falta de rigor do Inventário volta a ser evidenciada pelos seus comentários, este cipo então insere-se na página 136 do Inventário de Vargas com o n.º35 (Viana, 1945d p.112).

Ainda neste artigo são trabalhados dois mármores fragmentados, um destes encontrado na muralha de D.Dinis no prédio de António Romão dos Santos, respetivo oferente deste exemplar, catalogado na página 102 do Inventário de 1898 com o n.º5 e o outro destes representado na página 104 do Inventário com o n.º11. Em modos de fechar as peças pertencentes ao Inventário de 1898 aqui trabalhadas, também um marco miliário que servia de degrau de escada num quintal, catalogado no Inventário Velho na página 102 deste, n.º2, foi aqui mencionado (Viana, 1945d pp.114-120).

Adentrando-nos, assim, naquele que é o terceiro e último artigo de Abel Viana dedicado ao estudo em particular do *Museu Regional de Beja: Secção Lapidar*, em semelhança com o que estudámos anteriormente, este também se apresenta como uma continuação exata do ponto onde o artigo anterior foi interrompido, estando inserido então igualmente no Volume II de 1945, contudo no Fascículo III a IV. Neste artigo, Viana começou a referenciar o Inventário com uma maior clareza o que facilitou a identificação das peças. Por outro lado, a separação entre as proveniências das informações dispostas por Viana está menos acentuada, quase nula por vezes, o que nos dificulta o destaque de informações que sejam diretamente retiradas do Inventário de 1898.

Prosseguindo, então, o seu estudo de inscrições de época romana, sem grandes diferenças registadas daquilo que se verificou nos artigos anteriores e sem grandes destaques além das típicas concordâncias e divergências entre as leituras de Abel Viana e de Joaquim António de Vargas, de modo a não cairmos numa repetição do que foi já abordado neste ponto do nosso estudo, vamos fazer uma breve passagem pelos restantes exemplares trabalhados de época romana, apenas aprofundando quando considerarmos oportuno e vamos focar-nos no principal contributo deste artigo para este ponto, passando então esse pelo entendimento de como Abel Viana trabalhou inscrições de outras cronologias e realidades além da romana dentre as catalogadas no Inventário de 1898.

Deste modo, Viana estuda neste seu finalizar da parcela romana dos exemplares nestes artigos abordados, três cipos, um primeiro catalogado na página 108 n.º22, um segundo recebido do Snr. Ernesto Monteiro, destacado pelo facto de não ter invocações a entidades da mitologia romana conhecidas como Deuses Manes, algo ao que tudo aparenta incomum em exemplares de natureza como a deste, estando então inserido na página 130 n.º15 e por fim o terceiro destes cipos tendo sido encontrado na Herdade do Zambujal, perto da Vidigueira, também inserido na página 130 do Inventário de 1898 com o n.º17 (Viana, 1945e pp.235-237).

Além deste cipo, Viana também trabalha fragmentos de lápide como o que se verifica na página 126 do Inventário com o n.º4 e aquele que foi identificado em 1892 na Herdade dos Alfares que se encontra na página 128 com o n.º11. Por fim também peças como o marco miliário encontrado no muro do curral do concelho em 1891 (Vargas, 1898, p.127, n.º7), uma pedra com inscrição empregada como pia (Vargas, 1898, p.135, n.º33) e um fuste com inscrição muito apagada encontrado empregado como peão no cunhal da Quinta de Santa (Vargas, 1898, p.106, n.º15), foram também trabalhadas por Viana, num

formato de descrição que como apontámos anteriormente mistura as diversas informações das diversas fontes de onde este as retirou (Viana, 1945e pp.232-238).

Tendo terminado os estudos das inscrições romanas presentes no Inventário de 1898, Abel Viana aventura-se, assim, na exposição de estudos que fez a peças inseridas noutras cronologias. Começando pelas lápides de época visigótica, Viana somente aborda uma inscrição desta cronologia, o que nos leva a acreditar que somente existisse esta identificada à época deste artigo. Trata-se de uma peça bastante curiosa, uma vez que, uma inscrição visigótica (claramente anterior) encontra-se no verso de uma estela e no outro verso verifica-se uma inscrição de cronologia árabe, mais curioso ainda e digno de vigorar destacado neste ponto é que esta peça surge catalogada no Inventário de 1898, contudo somente registando a inscrição árabe, não surgindo em momento algum uma referência a esta inscrição de época visigótica (Viana, 1945e pp.238-239; Dias & Gaspar, 2006 pp.46-48, n.º4).

Avançando para as lápides de época árabe, no total, segundo Viana, o museu no momento de produção deste artigo possuía no seu acervo três exemplares desta cronologia, contudo como foi aludido, a estela anteriormente referida, na sua face de inscrição árabe é a única das três que se verifica parte do catálogo do Inventário Velho do museu, estando inserida nas páginas 135 e 136 deste e registada como item n.º34. As restantes não se encontrarem como parte do catálogo do Inventário de 1898, novamente denotam a imprecisão que se verificou na produção deste documento, uma vez que, notícias que aludem ao momento em que estas foram achadas são aqui parcialmente transcritas por Viana, notícias estas do jornal *O Bejense* que saíram ambas no ano de 1893, não justificando assim estas lápides não se verificarem como parte do Inventário de 1898, a não ser que, no momento de produção do mesmo, estas peças por algum motivo não estivessem no museu ou estivessem parcialmente perdidas (Viana, 1945e pp.239-240).

Continuando a linha cronológica estabelecida por Abel Viana, no que diz respeito a lápides de época portuguesa medieval, somente um dos exemplares apresentado surge listado no Inventário de 1898, sendo este uma lápide de inscrição em gótico monacal que se encontra na página 103 do inventário com o n.º6. Já no domínio de lápides do século XVI, das que são aqui trabalhadas nenhuma surge verificada como parte do Inventário de 1898 (Viana, 1945e pp.240-242).

Por fim, Abel Viana dedica as últimas páginas deste artigo, consequentemente fechando os seus estudos da secção lapidar do Museu Regional de Beja na revista *Arquivo de Beja*, ao estudo de lápides do século XVII e XVIII, dentre estas de carater mais comum, Viana assinala uma lápide proveniente de uma parede sul da igreja de Nossa Senhora da Guia por cima do arco da Porta de Aviz, estando este exemplar na página 107 n.º18 do Inventário de Vargas, também nesta página mas com o n.º27 Viana trabalha aqui uma lápide que encimava a torre dos sinos do Convento da Conceição que foi depositada no museu pelo estado. Um cipo fragmentado sem peculiaridades de serem por nós aqui descritas surge na página 127 com o n.º8 (Viana, 1945e pp.244-257).

Abel Viana destaca aqui, uma lápide que foi encontrada na muralha da cidade e que merece "especial carinho e respeito" por ser uma peça intimamente ligada com a restauração da independência nacional tendo uma forte simbologia a si associada e surgindo na página 107 do Inventário com o n.º16. Tal como, outra lápide da página 105 e de n.º13 pela sua descrição evocar, uma última vez nestes artigos, o caracter pouco exato e impreciso do Inventário, noção esta que tanto perpetuou em todo este estudo da secção lapidar por Abel Viana, "o inventário regista com a sua frequente falta de exactidão (…)" (Viana, 1945e pp.244-257).

Deste modo, damos como terminada a análise dos artigos da revista *Arquivo de Beja* com a denominação *Museu Regional de Beja: Secção Lapidar*, acreditamos que neste foi delineada a linha de pensamento de Abel acerca do Inventário de Joaquim António de Vargas, num pormenor que mais nenhum artigo de Viana por nós lido, mesmo que não referenciado neste ponto foi capaz de apresentar.

Consideramos, assim, que o objetivo desta porção deste ponto foi atingido, pela nossa proposta não passar por uma minuciosa transcrição de todos os estudos de Viana a cada peça presente no Inventário, ou um estudo dos exemplares em si e como autores posteriores refletiram nas análises de Viana, mas sim funcionando como uma compilação de noções que este autor demonstra nos seus trabalhos e um pequeno guia de como o mesmo abordava as peças presentes no Inventário.

7.2.3 *Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes*, outras menções ao Inventário de 1898

Tendo considerado aqui que a substância do principal objetivo deste ponto do nosso estudo surge no mesmo adequadamente sintetizada com este mergulhar nos artigos de

Abel Viana dedicados à secção lapidar do museu na revista *Arquivo de Beja*, reservámos um pequeno espaço, no final deste ponto, para duas menções que consideramos particularmente interessantes de ainda vigorarem neste tópico, por muito que não sejam acrescentos decisivos às noções anteriormente delineadas pelo nosso estudo.

De tal forma, introduzimos aqui uma "série" de artigos de Abel Viana na revista *Arquivo de Beja* publicados entre os anos de 1944 e 1946 e que à semelhança dos últimos três que aqui abordámos são continuações diretas uns dos outros, partilhando sempre a denominação *Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes*. Viana, nestes artigos, transita sobre múltiplos tópicos vagamente relacionados com o tópico focal evocando nestes muitas citações à imprensa local, formando assim uma das "séries" de artigos mais completas e diversificadas, com um tópico definido, dentre aqueles que lemos de autoria de Abel Viana e uma leitura que mesmo não sendo muito impactante neste ponto, noutros tópicos anteriores ajudou-nos a transmitir algumas das ideias pretendidas.

O Inventário de 1898 é somente no decorrer destes oito artigos evocado duas vezes e apenas uma das evocações feitas por Viana seria verdadeiramente digna de se incluir neste ponto, contudo, já que a nossa intenção é dentro do nosso objetivo de não cair em repetições e redundâncias neste tópico do nosso estudo, deixar o mesmo o mais completo possível vamos então aqui incluir ambas. Desta forma, a primeira surge em Viana (1945a), aquando este aborda uma série de citações que iniciou a transcrição anteriormente, sendo então uma destas relativa à inscrição que já anteriormente aqui neste ponto abordámos que foi achada na parede do Convento da Conceição, não sendo desenvolvido aqui por Viana muito sobre a mesma, além de uma transcrição diferente da que já havia apresentado no artigo da secção lapidar onde esta foi incluída e do número da mesma no catálogo em 1945, sendo então o n.º B-98 (Viana, 1945a p.177).

No entanto, a principal menção ao Inventário de 1898 surge em Viana (1945b), a determinado ponto, faz a listagem de uma série de objetos provenientes do Convento da Conceição, de um edifício que este simplesmente denomina como "Hospício", do Palácio dos Infantes, da Casa dos Corvos e do Largo do Duque, Largo de Santa Maria e imediações destes.

Sobre esta listagem Viana diz "Assinalo com um asterisco os objetos por mim já identificados. Nos parêntesis vai a numeração: na romana, a do antigo inventário, levando também indicação de página; em algarismos vulgares a do catálogo em elaboração",

sendo possível verificar as peças presentes no Inventário de Vargas com anotação das páginas e se haviam sido identificadas por Viana nas Tabelas.2 a 6 (Viana, 1945b pp.419-434).

Pela falta de um aprofundamento por parte de Viana nesta extensa lista sobre detalhes das peças provenientes do Inventário de 1898, damos este ponto do nosso estudo concluído com estas tabelas em anexo, a realidade é que as peças do Inventário de Vargas foram constantemente trabalhadas e evocadas por Viana no decorrer da sua obra, pelo que, um abordar de todas as menções deste tipo não seria condizente com a proposta deste estudo.

Consideramos que o objetivo deste tópico foi exemplificar a visão de Abel Viana acerca do Inventário de 1898 enquanto ferramenta para os seus estudos e evidenciar que tipo de destaques as peças provenientes deste documento assumiram nestes estudos, utilizando artigos dentro da vasta lista dos que foram por nós lidos de autoria de Viana e que demonstrassem, com uma maior profundidade, estes aspetos.

Dando, assim, como concluída esta parcela do nosso trabalho relembramos que a revista *Arquivo de Beja* foi separada dos restantes estudos de Viana feitos a peças do Inventário de 1898 noutras publicações por considerarmos que os próximos estudos que iremos abordar, por muito que apresentarem as características particulares da escrita de Viana, são consideravelmente diferentes dos que surgem na revista *Arquivo de Beja*.

8. Outras menções ao Inventário de 1898 na bibliografia disponível

Tendo optado por uma segmentação que nos levou a dedicar todo o tópico anterior do nosso estudo a uma compreensão aprofundada de como Abel Viana desenvolveu os seus estudos incidentes no Inventário de 1898 particularmente na revista *Arquivo de Beja*, que dirigiu durante um período. Foi-nos possível assim, através desse mergulhar nos trabalhos de Viana perceber que estes seus estudos passavam muito mais por uma análise e publicar de peças do museu que coincidiam com as temáticas que se propunha a desenvolver e que consequentemente estavam catalogadas no Inventário, do que passavam por um estudo dedicado a este documento. Surge então o Inventário de Vargas nas publicações de Viana muito mais como uma ferramenta utilizada de modo auxiliar às suas descrições do que como elemento central destas, ao contrário do que se acreditava.

É difícil compreender por completo, com o estado atual das investigações incidentes no Inventário de 1898, quais das peças presentes neste documento foram publicadas como um todo, isto porque um estudo que reorganize o conteúdo deste Inventário ainda não foi realizado e nem sempre é feita uma menção ao mesmo aquando peças que sabemos fazer parte deste são publicadas. Relacionar peças ao Inventário seria um estudo a ser desenvolvido com uma metodologia e intuito completamente diferente daquele que aqui apresentamos, que se propõe principalmente a contextualizar este documento e entender o impacto que teve na Arqueologia e Museologia bejense.

Na verdade, o Inventário de 1898, como sabemos, é uma representação de sensivelmente todo o espólio do Museu Arqueológico Municipal de Beja à data de março de 1898 e pela sua vasta extensão e variedade de conteúdos, torna-se inevitável que exemplares catalogados neste documento tenham sido estudados e até mesmo publicados em bibliografia posterior. Porem, a inexistência de um estudo como o anteriormente descrito torna a identificação de exemplares presentes no Inventário de Vargas noutras publicações aquando da ausência de menção ao documento em si, um levantamento totalmente dependente do estudo de terceiros.

8.1 Além de o *Arquivo de Beja*, como o Inventário de 1898 surge nas publicações de Abel Viana

Porém, seguindo um caminho, na nossa visão, mais condizente com a investigação que aqui apresentamos, partimos para uma identificação de menções que consideramos contribuidoras para um entendimento do Inventário e expandindo até ao seu autor, além daquelas que no decorrer deste estudo foram anteriormente apresentadas. De tal forma, o principal estudioso, que utiliza e refere o Inventário de 1898 foi sempre Abel Viana, contudo, a realidade é que a não ser os artigos que se apresentassem como uma reprodução de temáticas já abordadas na *Arquivo de Beja*, a forma como Viana refere o Inventário noutras publicações assume-se como muito mais contida e direta.

Acreditamos que esta mudança de registo por parte de Viana seja atribuída ao facto de o *Arquivo de Beja*, por ter sido dirigido por si, se apresentar como um espaço mais condizente para este desenvolver as temáticas da forma minuciosa que sempre o agradou, enquanto noutras publicações, este focava-se numa eficaz passagem da informação pretendida. Deste modo, ficam no tópico anterior os comentários de Viana que denotam a sua opinião, apresentando-se as suas menções ao Inventário em publicações como a

Revista de Guimarães muito mais dinâmicas e restritas à informação se pode obter através deste documento.

Para ilustrar esta ideia, recorremos a Viana (1953) como um bom exemplo a ser aqui apresentado, neste artigo Abel Viana trabalha uma espada e aquando aponta que esta peça se encontra catalogada no Inventário, limita-se a transcrever a informação que o documento disponibiliza, "Espada encontrada no cemitério público de Beja, quando procediam à abertura do cabouco para um jazigo". O mesmo acontece quando contextualiza a figura de Joaquim António de Vargas, escrevendo somente, "O Museu Regional de Beja, antigo Museu Arqueológico Municipal, foi inaugurado a 29 de novembro de 1892, sendo o prestimoso Vargas o seu primeiro conservador", nota esta que já havíamos aludido, mas que se apresenta diferente do registo de Viana que anteriormente verificámos (Viana, 1953 p.186-188).

No fundo, Abel Viana aparenta nas publicações externas à revista *Arquivo de Beja* não conceder muita importância a denotar as suas experiências pessoais com o Inventário de 1898 enquanto ferramenta de trabalho, focando somente na informação que se pode obter através deste documento. Isto é também verificável ao evocarmos novamente Viana (1943) da revista *Brotéria*, pois neste, em múltiplos momentos Viana evoca o catálogo das cerâmicas da Sala Gomes Palma elaborado em 1894 por José Umbelino Palma, que como verificámos noutro tópico, foi essencialmente retificado no Inventário de Vargas.

Por muito que esta opção de Viana pelo catálogo impresso se possa resumir ao facto deste ter sido propriamente publicado e acessível a um leitor que pretenda verificar a informação por si disposta, não seria atípico, conforme verificado no ponto anterior, assumir que Viana listasse a informação de ambos, sendo aqui na nossa ótica, uma forma de perceber que para si as retificações do Inventário de 1898 não são imprescindíveis de serem assinaladas, não comprometendo assim este documento a validade do catálogo de Umbelino Palma (Viana, 1943).

O ponto mais importante de reter neste momento é que através de Abel Viana, o Inventário de 1898 e Joaquim António de Vargas propagaram-se na produção bibliográfica além da revista *Arquivo de Beja*, mesmo que de maneira muito restrita. Contudo não é a nossa intenção ficar pela obra de Viana, sendo necessário para entendermos o impacte que este documento e o seu autor tiveram de forma

contemporânea ou posterior à sua elaboração, localizar menções a ambos noutros contextos.

Percorrendo e filtrando então os catálogos de publicações como as recém mencionadas *Revista de Guimarães* e *Brotéria*, tal como estendendo a outras publicações que vão assumir relevância no decorrer deste tópico do nosso estudo, buscámos temáticas nas quais poderiam estar inseridas peças que temos conhecimento estarem presentes no Inventário de 1898, assim como fizemos uma adequada filtragem por região. Dentre os múltiplos artigos que verificámos, como forma de identificar informações contribuintes para a narrativa pretendida neste ponto do nosso estudo, o nome de José Leite de Vasconcelos começou a destacar-se pelo seu contacto com Joaquim António de Vargas, tendo este ocorrido de uma forma muito distinta e contrastante com aquela que vigorou na obra de Abel Viana (Vasconcelos, 1902 pp.243-248).

8.2 José Leite de Vasconcelos e o contacto com Joaquim António de Vargas

Para chegarmos a José Leite de Vasconcelos, um elemento demonstrou-se crucial, sendo este o periódico que anteriormente neste estudo já referenciámos, *O Bejense*. Com efeito, a 9 de janeiro de 1897 (n.º1884), nos meses próximos à elaboração do Inventário é relatada de forma superficial uma visita de Leite de Vasconcelos ao Museu Arqueológico Municipal de Beja. "Realizou-se no domingo, como noticiámos, a visita do nosso amigo e Sr. Dr. Leite de Vasconcellos ao nosso museu. Foi demorada e dela oportunamente se dará conta em O Archeologo portuguez".

A realidade é que, *O Bejense* era o periódico da imprensa local de Beja referencia no que diz respeito aos estudos arqueológicos até ao falecimento de seu diretor, Umbelino Palma e apesar de termos estudado meses chave no decorrer da última década do século XIX, não foram feitas menções ao Inventário que o conservador do museu desenvolvia. Este periódico teve uma interrupção a 17 de setembro de 1897, apenas retornando em 1911, sendo impossível perceber se em 1898 este trabalho de Joaquim António de Vargas seria mencionado (Viana, 1944c pp.64-68).

Adentrando-nos, assim, na figura de José Leite de Vasconcelos, sua relação e contributo para o nosso objeto de estudo, fazemos primeiramente uma breve contextualização sobre esta personalidade para que um leitor casual a entenda, por muito que, na nossa visão José Leite de Vasconcelos seja de uma tal dimensão para a

Arqueologia nacional que uma simples contextualização nunca transmitirá o seu contributo por completo ou fará jus ao mesmo.

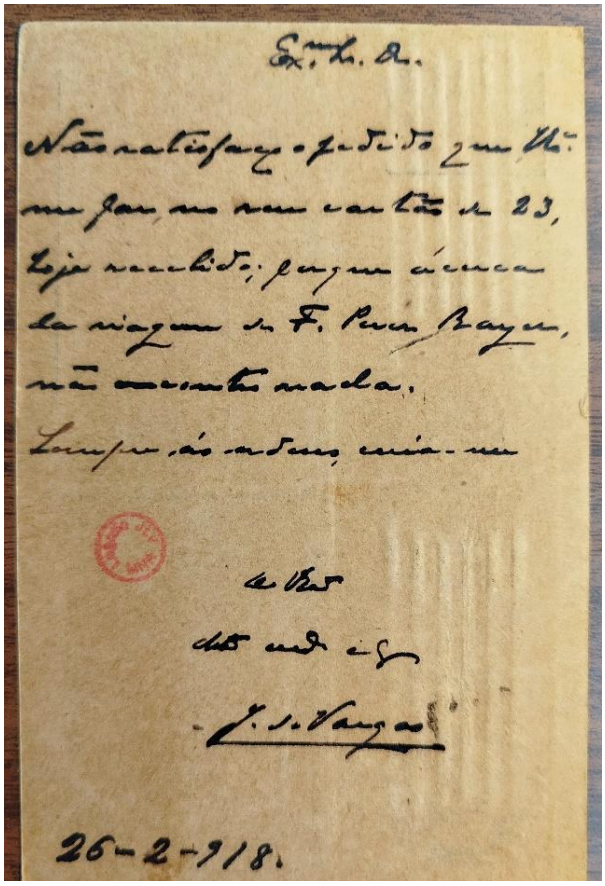
No entanto, as origens de Leite de Vasconcelos remontam a 1858 em Ucanha, uma povoação localizada naquilo que à época era o concelho de Mondim da Beira que hoje se apresenta extinto, sendo a povoação de Ucanha na atualidade parte do município de Tarouca. Em 1886 estudou medicina no Porto, disciplina que por pouco que tenha sido uma presença na sua obra, foi na qual se diplomou. Sendo apontado por estudiosos do seu legado, como Carlos Fabião (2008), que o contraste entre o seu berço numa aldeia do interior beirão e o cosmopolitismo de uma das maiores metrópoles portuguesas terá sido um fator chave para despertar em si o interesse pelo registo das tradições populares.

Após um breve período onde exerceu, de facto, medicina, no ano de 1887 Leite de Vasconcelos assumiu o cargo de conservador e professor de Numismática da Biblioteca de Lisboa, tendo sido este o projeto que o levou em 1890 a recuperar numerosas epígrafes e ex-votos do santuário do Endovélico de S. Miguel da Mota, no Alandroal, algo que pela sua relevância e extensão permitiu o concretizar de um sonho para esta figura, que se apresentou na forma do Museu Etnográfico Português no ano de 1893, posteriormente foi conhecido como Museu Etnológico e atualmente como Museu Nacional de Arqueologia (Vasconcelos, 1915; Machado, 1965; Fabião, 2008 pp.100-101; Cardoso, 2018 pp.128-129).

Por muito que a sua história continue, por exemplo com o facto de em 1911 se ter tornado professor na Universidade de Lisboa, é com o Museu Etnográfico Português que indiretamente esta irá convergir com Joaquim António de Vargas, pois em 1895 José Leite de Vasconcelos fundou a revista *O Archeologo Português*, que se tratava da publicação periódica do Museu Etnográfico Português e tinha a pretensão de tratar os temas arqueológicos de um modo específico e inovador à época, despegando-se das dissertações daquele tempo que o seu fundador considerava "estéreis". Naturalmente, pela cronologia desta publicação e pelos trabalhos de Vargas no Museu Arqueológico Municipal de Beja estarem a decorrer durante a publicação da primeira série desta revista, a certo ponto estas realidades iriam cruzar-se, mesmo que de forma não relacionada ao documento do Inventário em si (Vasconcelos, 1915; Cardoso, 2018 pp.119-129).

Levanta-se então a seguinte questão, existe alguma referência ao Inventário de 1898 na primeira série da revista *O Archeologo Português*? Para a qual procurámos obter uma

resposta através de uma leitura de diversos artigos de dita primeira série da revista, filtrando a nossa atenção naturalmente para os artigos que incidissem nas regiões de Beja e seus arredores, Baixo Alentejo ou até mesmo Alentejo de uma forma mais generalizada. A conclusão que nos foi possível então atingir foi de que existiram pontos onde foram factualmente trabalhadas peças que temos a certeza estarem catalogadas no Inventário, no entanto, em momento algum destes artigos é levantada a existência deste documento como ferramenta auxiliar ou é listado o número de catálogo e página de determinado objeto neste.


Ex.mo S. Dr.

Não satisfaço o pedido que V.Ex.ª me faz, no seu cartão de 23, hoje recebido; porque ácerca da viagem de F. Pereira Bayer, não encontro nada.

Sempre ás ordens, envia-me

de V.Ex.ª

dto. mdo. e g.

J. de Vargas

26-2-918.

Figura 24: Última correspondência de JAV a JLV (26 de fevereiro de 1918)

Fonte: Vargas (1918), Biblioteca do MNA

Um bom exemplo de instância onde tal acontece, verifica-se em Vasconcelos (1903, pp.162-163), onde inserida numa "Anacleta archaelogica" se apresenta a fíbula de bronze identificada na povoação de Quintos no município de Beja que vigorou também nos estudos de Abel Viana. Sabemos que esta peça está catalogada no Inventário, contudo José Leite de Vasconcelos não faz referência ao mesmo ou à leitura que Joaquim António Vargas faria desta peça, referindo somente que se deslocou até Beja e nessa viagem teve a oportunidade de a estudar com vista a publicar na revista (Viana, 1947a pp.35-39).

Definindo aqui um padrão que ocorre também noutras instâncias onde se verificam descrições similares de peças presentes no Inventário, como por exemplo no segmento onde José Leite de Vasconcelos relata a cabeça que representaria Júlio César, podemos assumir que esta ausência de referencias seria uma extensão da prática comum nos estudos de Leite de Vasconcelos associada à sua rede de correspondentes, uma vez que, por motivos de praticidade é evidente que em vários momentos do seus estudos este autor

solicitava aos museus, detalhes de peças especificas que pretendia estudar, ao invés de recorrer aos fastidiosos inventários (Vasconcelos, 1902 pp.243-248; Serras, 2010 p.38).

Esta sua rede de correspondentes era ampla e complexa e tornava viável essas práticas, sendo o epistolário de Leite de Vasconcelos um elemento amplamente estudado na Arqueologia nacional, pelo que para o nosso estudo consultámos presencialmente a correspondência com Joaquim António de Vargas. A realidade é que esta correspondência surge já listada em alguns estudos como é o caso de Coito (1999) e Serras (2010) que listam essa vasta gama de informantes com os anos de começo e fim de dita correspondência, é possível perceber que Joaquim António de Vargas surge então listado como informante de Leite de Vasconcelos entre os anos de 1900 e 1918 (Figura.24).

Esta relação de correspondência direta entre José Leite de Vasconcelos e Joaquim António de Vargas surge mesmo representada na revista *O Archeologo Português*, pois em Vasconcelos (1902), são trabalhadas inscrições achadas em Beja no ano de 1900 e apesar de ditas inscrições serem posteriores ao Inventário de 1898, Vargas surge aqui mencionado. A realidade é que neste são reproduzidos por Vasconcelos desenhos que Vargas lhe terá enviado, por via de correspondência, das inscrições que foram identificadas, "Próximo da igreja do carmo, ao abrir-se um cabouco para edificações, encontrou-se, como me diz o Sr. Vargas na referida carta, uma sepultura completa; mas os estúpidos trabalhadores estragaram tudo, salvando-se apenas um cippo marmoreo com uma inscrição. Aqui o reproduzo também, segundo o desenho que o mesmo Sr. me enviou", demonstrando uma relação de troca de informações que apesar de não se verificar repetida muitas vezes na obra publicada de Leite de Vasconcelos, demonstra um impacto de Vargas em estudos arqueológicos de sua época.

É seguro assim refletir, com a noção de que existem vinte espécies epistolares pertencentes a Joaquim de Vargas no epistolário de José Leite de Vasconcelos, entre os anos de 1900 e 1918, apresentando informações sobre achados arqueológicos na cidade de Beja, cópias de inscrições e respostas a pedidos efetuados por Leite de Vasconcelos, assim como através das pontuais instâncias em *O Archeologo Português* nas quais Vargas surge mencionado, que a relação entre ambos era muito mais direta. Destacamos a correspondência de número 22352, como um particular momento de destaque para essa relação direta, uma vez que nesta, de acordo com o que a leitura permite, Vargas agradece o envio do "notável trabalho sobre as Religiões da Lusitania".

Abre-se, desta forma, caminho para especular que seria também alimentada esta relação, além da correspondência, pelas visitas de José Leite de Vasconcelos a Beja, onde certamente teria também um contacto muito direto com Joaquim António de Vargas, verificando-se assim uma dinâmica distinta da que se verifica nos estudos de Abel Viana (*O Bejense*, 1897, n.º1884; Coito, 1999; Serras, 2010 p.42).

No nosso entendimento, a explicação lógica para esta dinâmica tão distinta é bastante simples, uma vez que, Viana para conseguir a interpretação de Vargas das peças que estavam catalogadas no Inventário de 1898 teria que utilizar este documento como uma ferramenta auxiliar aos seus estudos, enquanto que, isto não se verificava com Leite de Vasconcelos pois ele teria um acesso a essas interpretações diretamente através de Vargas, fosse pela via das correspondências trocadas ou através de visitas presenciais ao museu, onde se pode assumir que ambos discutissem ditas interpretações, ultimamente justificando assim que o Inventário seja evocado de forma muito mais acentuada na obra de Abel Viana (*O Bejense*, 1897, n.º1884; Viana, 1944e).

Tendo neste tópico do nosso estudo a intenção de entender o impacte que Joaquim António de Vargas e o seu Inventário de alguma forma tiveram, além do *Arquivo de Beja*, sabemos que ambos em reduzidas instâncias foram referenciados de uma forma que não fosse somente uma reprodução do discurso relativo a estes dois elementos iniciado pelos trabalhos de Abel Viana. É do nosso interesse aqui então, não nos restringindo ao Inventário, de modo a incluirmos o máximo de informação relevante, entender como a figura de Joaquim António de Vargas vigora na produção bibliográfica, repositórios e plataformas *online*, tal como em outros recursos com o intuito de demonstrarmos e percebermos o impacte que esta figura teve, abrindo o caminho para reflexões finais associadas a toda a trajetória do nosso estudo.

8.3 Bases de dados *online* e como Joaquim António de Vargas surge representado nestas

Tendo, assim, bem assente a noção de que, tal como se verifica em toda a informação respetiva a Joaquim António de Vargas, aquilo que vamos nesta secção deste ponto averiguar está marcado por uma escassez de detalhes e superficialidade das informações passíveis de serem obtidas. Desta forma, procurando identificar repositórios ou plataformas *online* que apresentassem informações ou citações relativas a Vargas, foi

possível identificar-se uma no *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*, sistema este muitas vezes abreviado para o acrónimo *SIPA*.

No *SIPA*[9], foi possível identificar um registo para o setor urbano da "Mouraria de Beja", parte da União das Freguesias de Beja (Salvador e Santa Maria da Feira), tendo este registo o número IPA de "00022623". O motivo que nos leva a falar sobre este registo está na bibliografia do mesmo onde surge listado "VARGAS, Joaquim António de, Apontamentos para a História de Beja, Boletim municipal de Beja, n.º2 e 4 (cap. II), Beja, 1920", ou seja, tendo sido duas das rubricas das que verificámos no *Boletim do Município de Beja* uma das referências bibliográficas da página, algo que faz sentido, pois segundo o que foi visto no tópico do nosso estudo onde a abordámos, de facto algumas destas rubricas transmitiam informações relevantes sobre as ruas de Beja.

Igualmente através da utilização de motores de pesquisa *online*, foi possível identificar uma base de dados denominada *PhiloBiblon*[10], sendo esta segundo os direitos autorais da página um projeto da Universidade da Califórnia em cooperação com outras instituições de ensino.

Nomeado pela visão de Richard de Bury de uma biblioteca ideal, o *PhiloBiblon* no fundo, trata-se de uma base de dados de autores da Península Ibérica da Idade Média até ao início do Renascimento. Isto pode parecer pouco condizente num momento inicial, pois Joaquim António de Vargas claramente viveu no fim do século XIX e inicio do século XX, fazendo pouco sentido ter um catálogo de registo nesta base de dados, porém não se trata de Joaquim António de Vargas em si quem tem catálogo, mas sim algumas das suas rubricas novamente no *Boletim do Município de Beja*, por estas reproduzirem excertos de autores que se inserem no âmbito deste projeto, como por exemplo o "Dinis, 6o Rei de Portugal, Instituição da Feira de Beja, anual e com duração de um mês, escrito/a 1292-01-22" como surge listado no site.

Por muito que várias das rubricas estejam representadas nesta base de dados pelo facto de reproduzirem informações desses outros textos, nenhuma informação adicional sobre Vargas ou sobre outra publicação do mesmo que gerasse efeitos similares é através deste site obtida. Novamente vemos, assim como na instância anterior, essencialmente os *Apontamentos para a História de Beja* como uma referência bibliográfica que vai além

[9] Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx
[10] Disponível em: https://philobiblon.upf.edu/html/

do esquecimento no qual caiu o seu autor, representando bem assim que a sua produção bibliográfica que deste sobreviveu teve um impacto, mesmo que este seja profundamente específico e reduzido. A obra de Joaquim António de Vargas gerou um contributo para a História de Beja, algo que acreditamos, através deste estudo, ter sido uma das suas grandes preocupações (Vargas, 1923d pp.55-57).

8.4 Como circulam as informações relativas ao Inventário de 1898 e seu autor na atualidade

Procurámos, naturalmente, sair do espectro de informações que podem ser obtidas através do estudo e publicação de peças feito por Abel Viana relativamente ao Inventário de 1898 e Joaquim António de Vargas em si, uma vez que esta tende a ser a informação mais vezes replicada na produção bibliográfica posterior à de Viana e que incida sobre peças presentes no acervo que o Inventário aborda. Por muito que esse foco não tenha conduzido a muitas instâncias onde tal se verifique, visto que, a informação que circula sobre estes dois elementos acaba por se restringir à informação passível de ser obtida através da série de artigos, dedicados por Abel Viana, à secção lapidar do Museu Regional de Beja que já neste estudo analisámos, citando mesmo estes artigos como origem dessa informação apresentada.

Dentre estas instâncias de reprodução do discurso presente na obra de Viana, uma rubrica que se encontra inserida no jornal *Diário do Alentejo* e é atribuída a José d'Encarnação, um epigrafista, professor e profundo conhecedor das inscrições da região de Beja, chamou-nos a atenção por incluir em algumas de suas edições menções ao Inventário de 1898 e a Joaquim António de Vargas no contexto de inscrições nela estudadas.

Deste modo, Joaquim António de Vargas é evocado nesta rubrica uma primeira vez a 25 de setembro de 2023, quando José d'Encarnação decide abordar um tema relacionado com a pedra que anteriormente abordámos como tendo sido achada na parede do Convento da Conceição, de tal forma é então referido que a informação relativa a esta peça ter sido recuperada da parede do convento é originária do Inventário, sendo Vargas aqui descrito por Encarnação como conservador do museu. Tal como previamente discutimos, é possível entender que estas informações seguem estritamente as que foram apresentadas por Abel Viana e posteriormente retrabalhadas por José d'Encarnação,

contudo, como iremos verificar no desenvolver desta ideia, a inserção destas numa rubrica servirá um propósito maior mesmo que esse não seja intencional (Encarnação, 2023).

A 3 de maio de 2024, Joaquim António Vargas e o seu Inventário retornam a ser evocados por José d'Encarnação, desta vez com vista a refletir sobre a inscrição que ainda neste ponto apontámos como presente em Vasconcelos (1902, p.245). Nesta rubrica é inserida uma parcial transcrição da descrição que Viana apresenta do Inventário de 1898 e uma reprodução do que estaria escrito no rótulo deste documento, tal como verificámos no ponto anterior deste estudo. Já a 29 de novembro de 2024, quando é estudado o cipo achado próximo ao sítio de Pé da Cruz, a descrição do Inventário feita por Viana retorna a ser parcialmente transcrita. O conteúdo em si destas rubricas não se apresenta muito oportuno de incluir neste tópico, estando o nosso foco mais em reter que informações relativas a Joaquim António de Vargas e o seu Inventário surgem aqui dispostas (Encarnação, 2024b; Encarnação, 2024c).

Sendo, então, a mais recente rubrica que aborda aspetos relacionados com o Inventário de 1898, à data de desenvolvimento do nosso estudo, a de 2 de maio de 2025, demonstrando assim que é algo decorrente e ativamente a abordar conteúdos do Inventário Velho do museu de Beja nas realidades que aborda, abre-nos portas para uma reflexão. Por muito que a informação nestas rubricas apresentada por José d'Encarnação, relativa ao Inventário, não desenvolva além daquilo que Viana apresentou e que o seu autor havia já desenvolvido em produções bibliográficas emblemáticas como Encarnação (1984), a realidade é que um segmento num jornal está predisposto a atingir um público consideravelmente diferente de bibliografia científica e especializada (Encarnação, 2025).

A maior facilidade de entendimento das informações neste tipo de texto por parte de um público interessado em Arqueologia mas mais casual, na nossa visão torna as reproduções de José d'Encarnação às informações que Viana apresenta, neste contexto bastante benéficas para auxiliar neste processo de reabilitação do Inventário de 1898 e Joaquim António de Vargas na História da Arqueologia de Beja, uma vez que, ativamente insere estas ideias no imaginário de um público que o jornal *Diário do Alentejo* é capaz de captar mas que seria menos provável de mergulhar em bibliografia arqueológica.

No fundo, acreditamos que por muito que esta rubrica, quando evoca os elementos centrais do nosso estudo, não coloque informação nova em circulação, claramente não

sendo o foco da mesma, permite-nos entender que por subtil que seja, o Inventário enquanto ferramenta, deixou um impacte no domínio do desempenho da função para a qual foi desenvolvido, impacte este que se verifica a atingir um público mais generalizado através de textos que estão a ser publicados até cento e vinte sete anos após a elaboração deste documento, por muito que, o foco não esteja de todo no Inventário e este seja apenas mencionado de forma a contextualizar.

Tal acaba por confirmar o verificado noutros trabalhos de José d'Encarnação, como no já mencionado *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* de 1984, quando Encarnação, abordando lápides romanas trabalhadas previamente por Abel Viana, reconhece a existência do Inventário, mas não menciona diretamente as interpretações do mesmo, "Vargas, citado por Abel Viana (1946)" (Encarnação, 1984 p.361).

Verifica-se, na maioria das instâncias onde o Inventário de 1898 surge nesta obra a menção ao facto de Viana dar "também a versão do inventário" ou interpretações provenientes deste, mas que se encontram como reproduções do texto de Viana, "Não encontrámos no museu esta peça que Abel Viana classifica como «fragmento sub-rectangular de lápide», assinalando que estava «estalada no ponto em que se vê a segunda letra». Encontrada, como refere o Inventário, «em uma sepultura de tijolo», poderá ser romana, mas o pouco que dela nos chegou é insuficiente para formularmos um juízo minimamente documentado." demonstrando que Encarnação parte dos estudos de Viana e o Inventário de Vargas surge para contexto (Encarnação, 1984 p.297).

Dentre a correspondência entre Joaquim António de Vargas e José Leite de Vasconcelos e a acentuada utilização do Inventário de 1898 por parte de Abel Viana, a passagem do tempo, na nossa conceção, confirma o que já em tópicos anteriores deste estudo refletimos. O Inventário de Vargas, por muito que durante décadas tenha sido renegado à estante de um arquivo, foi um registo muito característico do período pelo qual a Museologia em Beja e de forma mais generalizada em Portugal, estava a atravessar aquando da sua elaboração e por imprecisões que este tenha apresentado no decorrer de décadas posteriores à sua elaboração, acima destas está o importante passo para a Museologia na região de Beja e principalmente pelo contributo permanente que gerou para a produção arqueológica associada a esta cidade.

9. Considerações finais e perspetivas em aberto

De uma forma geral, reunindo neste ponto as principais ideias que podem ser retidas através das informações que foram dispostas no decorrer do nosso estudo, tal como, as perspetivas em aberto que igualmente são resultantes deste, podemos concluir que o Inventário de 1898 se apresenta na História da Arqueologia e Museologia da cidade de Beja como um evidente reflexo dos intensos, de certa forma até imprevistos, avanços com que estas disciplinas se depararam no final do século XIX nesta região do país.

Sendo um produto próprio de uma época, marcada por um crescimento desproporcional à preparação que as instituições apresentavam, muito disso podendo ser evidenciado pela necessidade de um novo espaço que conduziu à transição do Museu Arqueológico Municipal de Beja até ao Museu Rainha Dona Leonor que ainda atualmente reside no Convento da Conceição, o Inventário surge como uma instância bastante evidente da presença de uma consciência de ser feito um adequado registo do acervo do museu. Sendo considerado necessário, com a grande afluência de ofertas e aquisições, o catalogar das peças presentes dessa instituição.

Devido a esse facto, é natural que o Inventário de 1898, de forma condizente à relação de qualquer documento com a época em que foi elaborado, seja marcado por algumas das particularidades que à época não incomodariam na sua utilização, mas que a comprometem na atualidade. Já na década de quarenta do século XX, como verificámos, quando Abel Viana recorre a este Inventário para os seus estudos do acervo do museu, as peculiaridades do final do século XIX que vigoram no documento apresentavam-se como leves constrangimentos à utilização deste. Contudo, devemos reter que o Inventário de Vargas, por impreciso ou falho que possa nas décadas posteriores parecer, sem dúvida cumpriu o propósito para que foi desenvolvido, tendo-se demonstrado nas ocorrências em que foi utilizado como uma ferramenta crucial, tal como se verifica mesmo nesses primeiros estudos de Abel Viana no Museu Rainha Dona Leonor.

Em muitos momentos apontámos subtis comentários de Viana relativos à sua experiência de utilização do Inventário, estes com o singular intuito de demonstrar a extensão do uso que fez do documento. Ditas observações são provenientes de uma exposição prolongada do Inventário de 1898 como uma ferramenta de trabalho, não se tratando de uma crítica estruturada que procura retificar os aspetos nos quais o Inventário necessitava de uma atualização, ou sequer se tratavam de uma análise deste documento à

época na qual foi elaborado, não diminuindo assim o impacte que este documento teve nesses estudos.

No fundo, esta ideia deve passar pelo facto de não podermos ignorar os aspetos que apontam para que o Inventário de 1898 seja um documento feito numa fase na qual a Museologia em Beja dava os seus primeiros passos, sendo um dos primeiros documentos desta tipologia a serem elaborados na região. Estes aspetos existem e são por nós, no decorrer deste estudo abordados, porém, sabemos que Abel Viana, independentemente das dificuldades que verificou com a utilização do Inventário de Vargas, continuou a optar por recorrer ao mesmo por saber que sem este elemento seria muito mais difícil elaborar os seus estudos, sendo na nossa visão, seguro apontar este como um ponto dentre os quais o Inventário cumpriu a função para a qual foi desenvolvido.

Acreditamos mesmo que o Inventário de 1898 foi além da sua pretensão inicial, pois, de forma quase acidental, este documento acabou por abordar o acervo inicial não só do Museu Arqueológico Municipal de Beja, do qual o seu autor, Joaquim António de Vargas, foi bibliotecário e conservador, como também do Museu Rainha Dona Leonor que teve em parte o seu arranque possibilitado através do acervo herdado do museu municipal. Isto, tornando assim o Inventário de 1898, na nossa conceção, um dos principais documentos chave para o entendimento da coleção inicial de ambos os museus, ao lado de outros importantes contributos como o catálogo feito em 1894 por José Umbelino Palma.

Deste modo, considerando que a nossa dissertação é uma contextualização do Inventário de 1898, na dimensão do contributo deste documento como ferramenta de trabalho para o estudos da coleção inicial do Museu Rainha Dona Leonor. Acreditamos que o nosso estudo cumpriu aquilo que foi nele proposto, abrindo a porta para muitas perspetivas em aberto que se verificam como resultado da reintrodução de um inventário como este na discussão relativa à História da Arqueologia e Museologia em Beja.

O principal caminho para estudos futuros que pretendemos deixar em evidência com esta dissertação, é a necessidade de elaboração de um aprofundado estudo de reorganização dos conteúdos do Inventário e de identificação de peças catalogadas neste. Sabemos que este estudo começou a ser feito no MRDL. Contudo, não foi finalizado e, apesar de se ter apresentado tentador, não foi por nós feito pelo tempo disponível para a dissertação não ser compatível com um estudo dessa natureza de forma paralela à

proposta de contextualização que definimos para o nosso estudo, algo que iria então gerar um resultado insuficiente na nossa visão em ambas as propostas. Tal realidade levou-nos a optar por nos mantermos fieis à proposta apresentada à Universidade de Évora e ao Museu Rainha Dona Leonor, porém incentivamos ativamente que no futuro este estudo seja desenvolvido por se mostrar fortemente necessário.

Ainda abordando um certa incompatibilidade com a nossa proposta, um levantamento que consideramos benéfico para o MRDL seria, partindo do Inventário de 1898 e dos detalhes que este documento nos fornece relativo a como as salas do Museu Arqueológico Municipal de Beja estavam dispostas, desenvolver uma reconstituição de como estariam organizadas essas salas, uma vez que apesar de existirem relatos, um documento como o Inventário de Vargas permite um rigor maior que abriria a possibilidade para tal reconstituição.

Tirando, parcialmente, o foco do Inventário em si e colocando sobre o seu autor, neste estudo procurámos deixar o ponto incidente na personalidade de Joaquim António de Vargas o mais completo de um ponto de vista biográfico, porém, o nosso estudo não se apresenta como uma biografia deste, existindo uma obrigação para com a componente de contextualização do Inventário de 1898 que não nos permitiu expandir a investigação por caminhos que pretendíamos, de forma a, não eclipsar o propósito deste estudo. No entanto, por muito que acreditemos não existir muita mais informação que permita um maior aprofundar em Joaquim António de Vargas, de um ponto biográfico, além do que foi neste estudo incluído, esperemos que se prove o contrário e colocamos um eventual estudo em parceria com instituições como o Arquivo Distrital de Beja como um caminho muito interessante para ser explorado.

De forma similar, por serem conteúdos que, apesar de relevantes para a coleção inicial do Museu Rainha Dona Leonor, contribuíam mais para entender a figura de Joaquim António de Vargas do que o Inventário de 1898, e pela dificuldade acrescida de à data de elaboração deste estudo o Museu Nacional de Arqueologia encontrar-se encerrado, não foram por nós abordados em grande detalhe os conteúdos da correspondência entre Vargas e José Leite de Vasconcelos. Apesar de excecionalmente termos conseguido aceder a dita correspondência e à informação pretendida desta para construir a narrativa apresentada neste estudo e entender a dinâmica entre estas duas personalidades, esta correspondência na nossa visão, tratando-se de vinte exemplares com tópicos variados, poderia ser alvo de

um estudo no futuro, por exemplo como um complemento a um estudo de acervo do Museu Arqueológico Municipal de Beja.

Na nossa conceção, sejam os objetivos que pelo nosso estudo foram abrangidos, relativos ao Inventário de 1898 em si ou futuros estudos sobre peças emblemáticas que compunham a coleção do Museu Arqueológico Municipal de Beja, à entidade que foi este museu e a maneira como este estava distribuído através de um estudo de reconstituição da planta deste ou até mesmo essa componente mais biográfica de Joaquim António de Vargas, muitos dos nossos resultados e as perspetivas em aberto por eles geradas teriam perfil para contribuir como eventuais comunicações, apresentações, exposições e artigos incentivados pelo Museu Rainha Dona Leonor.

O foco do nosso estudo passou principalmente por reabilitar um documento importante e singular na génese do Museu Rainha Dona Leonor, contribuindo ativamente através deste estudo com detalhes para o enriquecimento da história desta instituição que por noventa e oito anos tem mantido a sua dedicação e preocupação em valorizar a história da cidade de Beja e de sua região envolvente. Passou também, o foco, por um visibilizar de um ator regional na medida do seu contributo pela produção de conhecimento e património arqueológico. Sendo o nosso principal interesse, no decorrer deste estudo, um adequado contributo para a História da Arqueologia e Museologia de uma região com a qual temos tão profunda relação.

10. Fontes e documentação consultada

10.1 Fontes e documentação de Arquivo

Boletim da real associação dos architectos civis e archeologos portuguezes VIII. 3(1-2). (1898). Arquivo digital do Museu Arqueológico do Carmo. Disponível em https://museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/arqueologia_historia/serie_3/Tomo%20VIII/s3_tomo_VIII_Bol1-2.pdf Acedido a 5 de agosto de 2025.

Boletim do Municipio de Beja. *1(7)*. (1920). Comissão Executiva da Camara Municipal de Beja. Arquivo da Biblioteca Municipal de Beja.

Boletim do Municipio de Beja. *2(2)*. (1923). Comissão Executiva da Camara Municipal de Beja. Arquivo da Biblioteca Municipal de Beja.

Decreto n.º 3:782. (29 de Janeiro de 1918). Ministério de Instrução Pública, Secretaria Geral.

Palma, J. U. (1894a). *Catálogo da Sala Gomes Palma: Cerâmica.* Typ. de "O Bejense". Beja. Arquivo do Museu Rainha Dona Leonor.

Palma, J. U. (1894b). *Catálogo da Sala Gomes Palma:Mosaicos e cimentos.* Typ. de "O Bejense". Beja. Arquivo do Museu Rainha Dona Leonor.

Processo de casamento de Joaquim António Vargas e D. Mariana Amélia de Brito Palma (1891). PT/ADBJA/DIO/CEBJA/003/0158/00012 (D0.Cx.0158). Arquivo Distrital de Beja. Disponível em https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/be5e5c7603a24e658d61078499b54e94?isRepresentation=false&selectedFile=36336899&fileType=IMAGE Acedido a: 15 de fevereiro de 2025. Reproduzido neste estudo em concordância com a licença CC BY-SA 4.0. Disponível em https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/.

Vargas, J. A. de. (1898). *Inventário de 1898.* Arquivo do Museu Rainha Dona Leonor.

Vargas, J. A. de. (1900). [Carta] 1900 dezembro 12, Beja [a] José Leite de Vasconcelos [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, Portugal. CoR 3481/22341.

Vargas, J. A. de. (1902). [Carta] 1902 julho 28, Beja [a] José Leite de Vasconcelos [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, Portugal. CoR 3481/22343+A.

Vargas, J. A. de. (1904). [Carta] 1904 janeiro 05, Beja [a] José Leite de Vasconcelos [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, Portugal. CoR 3481/22349.

Vargas, J. A. de. (1905). [Carta] 1905 julho 29, Beja [a] José Leite de Vasconcelos [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, Portugal. CoR 3481/22352+A

Vargas, J. A. de. (1910). [Postal] 1910 abril 04, Beja [a] José Leite de Vasconcelos [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, Portugal. CoR 3481/22357

Vargas, J. A. de. (1918). [Postal] 1918 fevereiro 26, s.l. [a] José Leite de Vasconcelos [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, Portugal. CoR 3481/22360

10.2 Periódicos

O Bejense (Série I) – n.º53 (20 de dezembro de 1861), n.º1626 (05 de março de 1892), n.º1636 (14 de maio de 1862), n.º1645 (16 de julho de 1892), n.º1656 (1 de outubro de 1892), n.º1706 (16 de setembro de 1893), n.º1870 (03 de outubro de 1896), n.º1884 (9 de janeiro de 1897).

O Bejense (Série II) – n.º727 (08 de julho de 1926), n.º776 (15 de outubro de 1927).

11. Bibliografia

Abreu, A. A. (1996). *Relendo a "Arqueologia Prática" de Abel Viana.* Câmara Municipal de Viana do Castelo. Viana do Castelo.

Alarcão, J. de. (2018). *A Lusitânia e a Galécia: Do séc.II A.C. ao séc.VI D.C.* Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Allen, R. & Ford, B. (Eds.). (2019). *New Life for Archaeological Collections.* University of Nebraska Press. Lincoln.

Almeida, F. de. (1970). *História da Igreja em Portugal* (Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Vol. 3). Civilização Editora. Porto-Lisboa.

Alvarez, J. C., & Patrão, S. (2009). *Normas de Inventário-Espólio Documental: Artes plásticas e artes decorativas.* Instituto dos Museus e da Conservação. Lisboa.

Aparício, A. M. (1999). *Os Seminários da Diocese de Beja: Subsídios para a sua História* (Seminário de Beja). Rei dos Livros. Lisboa.

Barros, B. G. da M. N. de. (2014). *Frei Manuel do Cenáculo e os primórdios da Museologia em Portugal: A Oração do Museu de 1791 e o álbum Lápides do Museu Sesinando Cenaculano Pacence.* [Dissertação de Mestrado em Património Público, Arte e Museologia]. Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes. Lisboa.

Bell, J. (1997). *Como realizar um projecto de investigação*. Gradiva. Lisboa.

Bernardes, J. P. & Encarnação, J. d. (2018). O templo romano de Faro. *Anais do Município de Faro*, *40*, 17–40.

Brigola, J. (2014). Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814): O coleccionador compósito. *Revista Artis, 2.* (Separata com numeração própria). Disponível em https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/14009 Acedido a: 15 de dezembro de 2024.

Caeiro, F. da G. (1959). *Frei Manuel do Cenáculo: Aspectos da sua actuação filosófica.* Instituto de Alta Cultura. Lisboa.

Cardoso, J. L. (2002). Correspondência anotada de Abel Viana a O. da Veiga Ferreira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, *10*, 415–608.

Cardoso, J. L. (2012). José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Joaquim Fontes (1892-1960) vistos através da correspondência conservada nos Arquivos do Museu Nacional de Arqueologia e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia. *O Arqueólogo Português V*, *2*, 77–187.

Cardoso, J. L. (2014). Abel Viana (1896-1964): Uma vida de arqueólogo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, *21*, 475–510.

Cardoso, J. L. (2015). Cinquenta anos depois. Abel Viana e a Arqueologia portuguesa. *Al-Madan II*, *19*, 159–168.

Cardoso, J. L. (2018). José Leite de Vasconcelos (1858-1941): uma vida fecunda. *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa. Primeiros textos de pré-história, história e heráldica*, *2*, 113-130.

Carvalho, D. (2022). Gabinetes setecentistas na História da Arqueologia Portuguesa: espaços, proprietários e artefactos. *Conimbriga, 61, 295-325.*

Carvalho, D. M. da S. R. de. (2019). *Antiguidades, Gabinetes e Colecionadores: Em torno da Arqueologia, no século XVIII em Portugal.* [Dissertação de Mestrado em Arqueologia]. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Lisboa.

Coito, L. C. (1999). Epistolário de José leite de Vasconcelos. *Suplemento de O Arqueólogo Português*, *1*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa.

Coito, L. C., Cardoso, J. L., & Martins, A. C. (2008). *José Leite de Vasconcelos (1858-1941): Fotobiografia.* Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa.

Cunha, M. (2008a). As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz). Reflexões sobre a Antiguidade Tardia. *Vipasca, II, 2,* 678-685.

Cunha, M. (2008b). As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz). Do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia. *Suplemento de O Arqueólogo Português*, *4*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa.

Deus, M de, Matias J. & Vale, F. do. (2016). D. Fr. Manuel do Cenáculo: Percursos por Santiago do Cacém in Deus, M. (Coord.) *Dom Frei Manuel do Cenáculo: Itinerários por Santiago do Cacém*. Junta de Freguesia da União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra. Santiago do Cacém.

Dias, M. M. A. & Gaspar, C. I. S. (2006). *Catálogo das Inscrições Paleocristãs do Território Português.* Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa.

Encarnação, J. d. (1984). *Inscrições romanas do Conventus Pacensis: Subsídios para o estudo da romanização.* [Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia]. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras. Coimbra.

Encarnação, J. d. (2002). O sexo dos deuses romanos. *Scripta Antiqva*, *1*, 517–525.

Encarnação, J. d. (2023, setembro 25). Arqueologia A grande afeleação! *Diário do Alentejo*. Disponível em https://diariodoalentejo.pt/pt/noticias/17045/a-grande-afeleacao.aspx Acedido a: 24 de junho de 2025.

Encarnação, J. d. (2024a). Apostilas epigráficas–15. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, *26–27*, 241–256.

Encarnação, J. d. (2024b, maio 3). Cleópatra viveu em Beja! *Diário do Alentejo*, 12. Disponível em https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/115106/1/Cle%C3%B3patra%20viveu%20em%20Beja.pdf Acedido a: 24 de junho de 2025.

Encarnação, J. d. (2024c, novembro 29). Não derrubo essa parede! *Diário do Alentejo*, 27. Disponível em https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/117260/1/N%C3%A3o%20derrubo%20essa%20parede%21.pdf Acedido a: 24 de junho de 2025.

Encarnação, J. d. (2025, maio 2). Afinal, Crise é nome… bonito! *Diário do Alentejo*, 18. Disponível em https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/118685/1/Afinal%2C%20Crise%20%C3%A9%20nome...%20bonito%21.pdf Acedido a: 24 de junho de 2025.

Fabião, C. (1989). Para a história da arqueologia em Portugal. *Penélope. Fazer e desfazer a História*, *2*, 10–26.

Fabião, C. (2008). José Leite de Vasconcellos (1858–1941): Um archeólogo português. *O Arqueólogo Português IV*, *26*, 97–126.

Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica* (2.ª ed.). Monitor.Lisboa.

Fonseca, H. A. (1996). *O Alentejo no século XIX: Economia e Atitudes Económicas*. Imprensa Nacional. Lisboa.

Goes, M. L. C. de. (1988). *Beja: XX séculos de História de uma cidade.* (Vol. 1). Câmara Municipal de Beja. Beja.

Goes, M. L. C. de. (1998). *Beja: XX séculos de História de uma cidade.* (Vol. 2). Câmara Municipal de Beja. Beja.

Gosden, C., & Marshall, Y. (1999). The cultural biography of objects. *World archaeology*, *31 (2)*, 169–178.

Guerra, A. (2018). Olhares setecentistas sobre a escrita do Sudoeste: Frei Manuel do Cenáculo e o seu entorno. *Anuari de Filologia. Antiqva et Mediaevalia.*, *8*, 764–781.

Guerreiro, J. S. (1996). A diocese de Beja no final do século XIX: a intervenção de D. António Xavier de Sousa Monteiro. *Lusitania sacra*, *8–9*, 35–169.

Lopes, M. C. (2003). *A cidade romana de Beja: Percursos e debates acerca da" civitas" de Pax Ivlia.* Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia. Coimbra.

Macedo, M. J. & Teixeira, T. (Coords.) (2018). *Roteiro Histórico de Beja.* Câmara Municipal de Beja. Beja.

Machado, J. L. S. (1965). *Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dro Leite de Vasconcelos*. Ministério da Educação Nacional. Lisboa.

Marques, P. C. A. (1997). *A sociedade bejense de meados do século XIX à Primeira República: Elites e vida associativa.* [Dissertação de Mestrado em Sociologia]. Universidade de Évora. Évora.

Martins, A. C. (2008). José Leite de Vasconcelos (1858–1941) no contexto da política de salvaguarda patrimonial. *O Arqueólogo Português IV*, *26*, 183–251.

Martins, A. C. (2014). A Sociedade Archeologica Luzitana no contexto da arqueologia de oitocentos. *Setúbal Arqueológica*, *15*, 203–217.

Martins, A. C. (2017). A Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses e o Museu Arqueológico do Carmo: alguns percursos internacionais (abordagem preliminar). *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, 99-131.

Martins, J. P. O. (1953). *Portugal Contemporâneo* (7.ª ed., Vol. 3). Guimarães & C.ª Editores. Lisboa.

Mesquita, A. P. (2021). *Da ruína à prosperidade proposta de reabilitação/requalificação da antiga fabrica de moagem: Moinhos de Santa Iria-Beja.* [Dissertação de Mestrado em Arquitetura]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação. Lisboa.

Morais, R. (2009). Um caso exemplar: Cenáculo e o coleccionismo no Portugal de setecentos. *CADMO–Revista de História Antiga.*, *19*, 209–228.

Nunes, M. J. P. (1993). *Beja na 2ª metade do sec.XIX: Aspectos políticos e culturais.* [Dissertação de Mestrado em História Política e Cultural do séc.XVIII-XIX]. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Beja

Oliveira, M. (2013). A comunidade ilustrada na 2ª metade do sec XVIII: Frei Manuel do Cenaculo e o seu universo de correspondentes. *Lusitania Sacra*, *27*(1), 175–202.

Paixão, F. J. A. da G. (2004). *A colecção de pesos e medidas do Museu Regional de Beja: Um projecto expositivo.* [Dissertação de Mestrado em Museologia]. Universidade de Évora. Évora.

Páscoa, M. (2004). D. Fr. Manuel do Cenáculo e Félix Caetano da Silva-Relações de Mecenato na Escrita da História de Beja. *Poligrafia* (Separata), *11–12*, 275–298.

Patrocínio, M. D. S. do. (2006). O registo das antiguidades lusitânicas do Sul no legado documental de D. Manuel do Cenáculo. *Promontoria. Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*, *4*(4), 17-36.

Pickard, A. J. (2013). *Research methods in information* (2.ª ed.). Facet Publishing. London.

Ribeiro, J. S. (1847). *Beja no anno de 1845 ou primeiros traços estatisticos d'aquella cidade*. Typ. de A. L. da Cunha. Funchal.

Rolo, A. M. da S. (2010). *A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora).* [Dissertação de Mestrado em Arqueologia]. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Lisboa.

Rolo, A. M. da S. (2018). *O mundo funerário romano no nordeste alentejano – Portugal. O contributo das intervenções de Abel Viana e António Dias de Deus.* [Dissertação de Doutoramento em Arqueologia]. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Lisboa.

Serras, M. A. A. (2010). *Alguns informantes de José Leite de Vasconcelos: Análise da correspondência dirigida ao Director do Museu Etnológico Português.* [Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ambiente]. Universidade de Évora. Évora.

Stake, R. E. (1995). *The art of case study research.* Sage Publications. Thousand Oaks.

Tadeia, H. R. D. (2013). *Contributos para o estudo da colecção de pintura do Museu Rainha Dona Leonor (Beja).* [Dissertação de Mestrado em Estudos do Património]. Universidade Aberta. Lisboa.

Teixeira, M. E. da L. R. B. (2021). *Do Objeto ao Museu.* Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Museologia. Lisboa.

Vargas, J. A. de. (1920a). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja, 1(1)*, 12–15.

Vargas, J. A. de. (1920b). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja, 1(2)*, 23–31.

Vargas, J. A. de. (1920c). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja, 1(3)*, 45–46.

Vargas, J. A. de. (1920d). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja, 1(4)*, 57–63.

Vargas, J. A. de. (1920e). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja 1 (6)*, 85–94.

Vargas, J. A. de. (1920f). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja, 1 (8)*, 124–128.

Vargas, J. A. de. (1921a). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja, 1 (9)*, 142–143.

Vargas, J. A. de. (1921b). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja, 1 (10)*, 156–160.

Vargas, J. A. de. (1921c). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja, 1 (11)*, 175–176.

Vargas, J. A. de. (1921d). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja, 1 (12)*, 186–191.

Vargas, J. A. de. (1922a). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja, 1 (13)*, 198–206.

Vargas, J. A. de. (1922b). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja, 1 (14)*, 221–224.

Vargas, J. A. de. (1922c). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja, 1 (15)*, 230–240.

Vargas, J. A. de. (1922d). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja, 1 (16)*, 248–256.

Vargas, J. A. de. (1923a). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja, 2 (1)*, 9–12.

Vargas, J. A. de. (1923b). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja, 2 (2)*, 23–27.

Vargas, J. A. de. (1923c). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja, 2 (3)*, 39–44.

Vargas, J. A. de. (1923d). Apontamentos para a História de Beja: Coligidos pelo Bibliotecario Municipal. *Boletim do Municipio de Beja, 2 (4)*, 55–62.

Vasconcelos, J. L. de. (1902). Archeologia lusitano-romana: 1. Inscripção de Alfazeirão: 2. Inscripção achada em Lisboa: 3. Antiguidades de Pax Iulia (Beja). *O Archeologo Português*, *7*(10–11), 241–248.

Vasconcelos, J. L. de. (1903). Analecta archaeologica: 1. Antiguidades de Quintos: 2. Inscripções romanas do Museu de Beja: 3. Cabeça romana de Beja: 4. Arco romano de Beja: 5. Cossoiros: 6. Sepultura romana do Museu de Beja: 7. Inscripção romana do Museu de Coimbra: 8. Antigualhas do Museu de Faro. *O Archeologo Português*, *8* (7-9), 162-172.

Vasconcelos, J. L. de. (1913). *Religiões da Lusitania.* (Vol. 3). Imprensa Nacional. Lisboa. Disponível em https://archive.org/details/religiesdalusita03vasc/page/344/mode/2up Acedido a: 10 de julho de 2025.

Vasconcelos, J. L. de. (1915). *Historia do Museu Etnológico Português (1893-1914).* Imprensa Nacional. Lisboa.

Vaz, F. A. L. (2001). Ciência e técnica na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814). *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e Técnica.* Évora. 262-274.

Vaz, F. A. L. (2004). As Bibliotecas e os Livros na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo in Cátedra, P. M., López-Vidriero, M. L. & Páiz Hernández, M. I. D. (eds.) *La Memoria de los Libros. Estudios sobre la historia del escrito y de la lectura en Europa y America, Salamanca, Instituto de Historia del Libro y de la Lectura*, (Vol.2). (Separata com numeração própria). Cilengua. Centro Internacional de Investigación de la Lengua Española & Instituto de Historia del Libro y de la Lectura. Salamanca. Disponível em https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/3416 Acedido a: 15 de dezembro de 2024.

Vaz, F. A. L. (2011). *Em Beja com os olhos no mundo: O papel dos meios de informação no episcopado de Frei Manuel do Cenáculo.* Colibri- CIDEHUS/EU. Évora.

Vaz, F. A. L. (Coord.). (2009). *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo: repertório de correspondência, róis de livros e doações a bibliotecas*. Biblioteca nacional de Portugal. Lisboa.

Vaz, F. A. L., & Calixto, J. A. (Coords.) (2006). *Frei Manuel do Cenáculo: Construtor de Bibliotecas*. Caleidoscópio. Casal de Cambra.

Viana, A. (1943). O "Tombo" do Hospital de Beja. *Brotéria*, *37*(4). (Separata com numeração própria).

Viana, A. (1944a). Lápide Romana com figura zoomórfica. *Arquivo de Beja*, *1*(1), 41–42.

Viana, A. (1944b). Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes. *Arquivo de Beja*, *1*(2), 206–212.

Viana, A. (1944c). Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes. *Arquivo de Beja*, *1*(1), 64–78.

Viana, A. (1944d). Museu Regional de Beja: Ferragens artísticas, esculturas de osso, proto-históricas, machados da idade do bronze, ferragens romanas, jóias de ouro, fivelas, amuletos e outros objectos. *Arquivo de Beja*, *1*(2), 155–166.

Viana, A. (1944e). Museu Regional de Beja: Secção Lapidar. *Arquivo de Beja*, *1*(1), 349–364.

Viana, A. (1945a). Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes. *Arquivo de Beja*, *2*(1–2), 175-208.

Viana, A. (1945b). Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes. *Arquivo de Beja*, *2*(3–4), 401-450.

Viana, A. (1945c). Museu Regional de Beja: Alguns objetos da Idade do Bronze, da Idade do Ferro e da Época Romana, Cerâmica Argárica Cerâmica Árabe. *Arquivo de Beja*, *2*(3–4), 309–339.

Viana, A. (1945d). Museu Regional de Beja: Secção Lapidar. *Arquivo de Beja*, *2*(1–2), 97–128.

Viana, A. (1945e). Museu Regional de Beja: Secção Lapidar. *Arquivo de Beja*, *2*(3–4), 232–265.

Viana, A. (1946). Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes. *Arquivo de Beja*, *3*(1–2), 161–226.

Viana, A. (1947a). Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo-Alentejo. *Arquivo de Beja*, *4*(1–2), 3–39.

Viana, A. (1947b). Restos de um templo romano em Beja. *Arquivo de Beja*, *4*(12), 77–88.

Viana, A. (1952). Epigrafia Pacense: As pedras de Cenáculo. *Arquivo de Beja, 9* (1-4), 3-17.

Viana, A. (1953). A Propósito de uma espada do Museu de Beja. *Revista de Guimarães*, *63*(1–2), 183–191.

Viana, A. (1954). Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo-Alentejo. *Arquivo de Beja*, *11*(1–4), 3–31.

Viana, A. (1957). Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo-Alentejo. *Arquivo de Beja*, *14*(1–4), 3–57.

Viana, A. (1962). *Algumas noções elementares de arqueologia prática.* Edição do Autor. Beja.

Yin, R. K. (2008). *Case study research: design and methods* (4.ª ed.). Sage Publications. London.

12. Webgrafia

Gordalina, R. & Costa, A. (2005). *Mouraria de Beja*. SIPA. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22623 Acedido a: 28 de maio de 2025.

Digitarq. (2024). Processo de casamento de Joaquim António Vargas e D. Mariana Amélia de Brito Palma. Disponível em https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/b5989e9c9b874387a0a539ced40f0227 Acedido a: 15 de fevereiro de 2025.

Catálogo da Biblioteca Municipal de Beja. (s.d.). Joaquim António Vargas. Disponível através do motor de pesquisa em http://catbib.cm-beja.pt/ipac20/ipac.jsp?profile= Acedido a: 28 de dezembro de 2024.

PhiloBiblon. (2021a). Vargas (1920-02), "Apontamentos para a História de Beja", Boletim do Município de Beja. Disponível em https://philobiblon.upf.edu/xtf/servlet/org.cdlib.xtf.dynaXML.DynaXML?source=/unified/Display/14869BITAGAP.Reference.xml&style=Reference.xsl&gobk=http%3A%2F%2Fphilobiblon.upf.edu%2Fxtf%2Fsearch%3Frmode%3Dphilobitagap%26mstype%3DM%26everyone%3DBITAGAP%20manid%201491%26text-join%3Dand%26browseout%3Dmsed%26sort%3Dtitle Acedido a: 23 de maio de 2025.

PhiloBiblon. (2021b). Vargas (1920-03), "Apontamentos para a História de Beja", Boletim do Município de Beja. Disponível em https://philobiblon.upf.edu/xtf/servlet/org.cdlib.xtf.dynaXML.DynaXML?source=/unified/Display/14870BITAGAP.Reference.xml&style=Reference.xsl&gobk=http%3A%2F%2Fphilobiblon.upf.edu%2Fxtf%2Fsearch%3Frmode%3Dphilobitagap%26mstype%3DM%26everyone%3DBITAGAP%20manid%201491%26text-join%3Dand%26browseout%3Dmsed%26sort%3Dtitle Acedido a: 23 de maio de 2025.

PhiloBiblon. (2021c). Vargas (1920-04), "Apontamentos para a História de Beja", Boletim do Município de Beja. Disponível em https://philobiblon.upf.edu/xtf/servlet/org.cdlib.xtf.dynaXML.DynaXML?source=/unified/Display/14871BITAGAP.Reference.xml&style=Reference.xsl&gobk=http%3A%2F%2Fphilobiblon.upf.edu%2Fxtf%2Fsearch%3Frmode%3Dphilobitagap%26mstype%3DM%26everyone%3DBITAGAP%20manid%201491%26text-join%3Dand%26browseout%3Dmsed%26sort%3Dtitle Acedido a: 23 de maio de 2025.

PhiloBiblon. (2021d). Vargas (1920-06), "Apontamentos para a História de Beja", Boletim do Municipio de Beja. Disponível em https://philobiblon.upf.edu/xtf/servlet/org.cdlib.xtf.dynaXML.DynaXML?source=/unified/Display/14872BITAGAP.Reference.xml&style=Reference.xsl&gobk=http%3A%2F%2Fphilobiblon.upf.edu%2Fxtf%2Fsearch%3Frmode%3Dphilobitagap%26mstype%3DM%26everyone%3DBITAGAP%20manid%201491%26text-join%3Dand%26browseout%3Dmsed%26sort%3Dtitle Acedido a: 23 de maio de 2025.